

DELTA DO PARNAÍBA

Bases Conceituais, Interdisciplinaridades e Desafios
Para o Turismo Comunitário



Shaiane Vargas da Silveira
Edvania Gomes de Assis Silva

Organizadoras

DELTA DO PARNAÍBA: BASES CONCEITUAIS, INTERDISCIPLINARIDADES E DESAFIOS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO

Shaiane Vargas da Silveira
Edvania Gomes de Assis Silva
Orgs.

1ª Edição
Parnaíba/PI – 2021



FNDE
Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação

Organização:

Shaiane Vargas da Silveira
Edvânia Gomes de Assis Silva

Revisão:

Adriana Olival Costa

Capa:

Matheus Araujo de Oliveira

Fotografia:

Júlio César Lopes
Matheus Araujo de Oliveira

Tradução:

Glauber Lima Moreira
Ícaro Silveira Lima

Organização dos Originais:

Francisco Gerlilson Souza Julio
Lucas de Oliveira Ferreira

Financiamento:

Fundo Nacional de Desenvolvimento
da Educação - FNDE

Editora:

SIEART



FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde – Parnaíba
Serviço de Processamento Técnico

S586d Silveira, Shaiane Vargas.

Delta do Parnaíba: bases conceituais, interdisciplinaridades e desafios para o turismo comunitário. [e-book] / Edvânia Gomes de Assis Silva, Shaiane Vargas Silveira (orgs). – Parnaíba: Sieart, 2021.

268p. il.

ISBN: 978-85-54245-48-1

(Tradução: Glauber Lima Moreira, Ícaro Silveira Lima)

1. Turismo Comunitário. 2. Delta do Parnaíba. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Sustentabilidade Econômica. 5. Piauí. I. Título.

CDD: 338.479 22

PREFÁCIO

O turismo é um dos segmentos econômicos que mais cresceu em todo mundo nas últimas décadas. Mesmo em um momento de reclusão e de crise global sua importância é inegável. A retomada do crescimento e as oportunidades para o futuro são promissoras. No caso do Brasil, as oportunidades são ainda mais especiais, devido à grande diversidade e aos inúmeros atrativos naturais e culturais, tão peculiares em cada uma das regiões do país.

Justamente devido a esse grande potencial, esse segmento vem apresentando taxas de crescimento cada vez maiores, se estabelecendo como uma das principais atividades econômicas do país, geradora de receitas, emprego e renda. Mesmo com os recentes desafios, já vivenciamos uma alavancagem dos números de impacto para patamares de antes da crise. Por outro lado, este mesmo turismo gerador de oportunidades, tem apresentado, em algumas regiões, impactos negativos amplamente sensíveis à sociedade e com consequência cada vez maiores.

Atualmente vivemos um mundo de muitas mudanças. A pandemia nos fez descobrir (ainda mais) o quanto somos frágeis e como não temos o total controle sobre a natureza, o nosso desenvolvimento e o nosso futuro. Mas não é só esta pandemia que nos fez estes alertas. Nas últimas décadas a humanidade vivenciou diversas crises e impactos que demonstraram – e continuam demonstrando – o quanto este modelo de crescimento é insustentável, com consequências negativas ao meio ambiente, à sociedade e aos próprios empreendimentos econômicos.

Um modelo de desenvolvimento, onde não importam os meios e os recursos e que se baseiam exclusivamente em um olhar econômico de lucro, se mostrou, ao longo do tempo, um caminho inviável para a humanidade. Como pensar em um desenvolvimento onde exista concentração de renda, uso

indevido e exagerado de recursos naturais, pobreza, miséria e tantas outras mazelas. Como pensar em um empreendimento ou um plano de crescimento de um setor externalizando todos os impactos sociais e ambientais para um coletivo excluído de seus benefícios.

Este é o desafio! Buscar conciliar – em um equilíbrio dinâmico e altamente complexo – as dimensões da sustentabilidade em todas as suas variáveis, ressaltando que nenhuma das dimensões é mais importante do que a outra.

E neste processo é imprescindível buscar a sustentabilidade econômica, gerar produtos, serviços e negócios viáveis economicamente para que se sustentem ao longo do tempo, sem se basear em subsídios, externalidades ou outros mecanismos que mascaram possíveis limitações. Não se pode perder o norte da sustentabilidade ambiental, na qual os processos produtivos e as atividades não se sobreponham aos limites dos recursos e que os serviços ambientais sejam mantidos e preservados. Também não se pode esquecer da sustentabilidade social, para garantir que a população local não seja excluída e possa participar de forma ativa nas decisões e nas oportunidades das atividades que se vislumbram. Por fim, que todo este desenvolvimento respeite os limites locais e que as tradições e modos de vida sejam considerados e valorizados.

Esta busca se mostra ainda mais desafiadora quando falamos de desenvolvimento em regiões de extrema complexidade socioambiental como o Delta do Parnaíba. Esta linda região brasileira, ao mesmo tempo que expõe seu esplendor e oportunidades para o desenvolvimento de inúmeras atividades como a pesca, a aquicultura e o turismo, apresenta aspectos socioambientais de grande importância e fragilidade.

Neste contexto, pensar em um turismo associado às atividades tradicionais e à modernidade com seus riscos e

oportunidade criam um jogo semântico de como buscar um futuro sob o imperativo da sustentabilidade.

O desafio é construir um caminho onde o turismo seja um vetor de desenvolvimento sustentável. Que considere de forma integrada todas as dimensões da sustentabilidade, que possa ser inclusivo e ainda criar o equilíbrio necessário entre as oportunidades econômicas (locais), o meio ambiente, a valorização da identidade, o modo de vida e a cultura de quem tornou esta região tão especial e atrativa.

A solução a problemas socioambientais muitas vezes aparece na contramão de suas origens. Ou seja, é a partir da participação social, do fortalecimento comunitário e do associativismo, que conseguimos quebrar essa lógica de exclusão tão difícil de se reverter. É na percepção sobre o lugar de cada um, nas perspectivas do uso de atividades tradicionais como geração de renda, e na construção coletiva que o turismo ganha bases mais justas e iguais. Do que vale um turismo onde a demanda criada por produtos e serviços são geridas de forma autóctone ao território?

Está aí a importância da integração do desenvolvimento do setor turístico ao turismo de base comunitária... um turismo inclusivo e que possa gerar benefícios às comunidades locais de forma sustentáveis. Transformando as comunidades locais em protagonistas deste desenvolvimento.

Devemos prever um maior planejamento e estruturação para atrair os investimentos externos e os turistas, ao mesmo tempo em que criamos as condições para a inserção das comunidades locais, buscando o aumento da geração de renda, e também a conservação ambiental e cultural. É com esse conceito que se constrói a interdisciplinaridade de um turismo sustentável e de base comunitária.

Com toda esta discussão, este livro não poderia ser mais adequado. Delta do Parnaíba: Bases conceituais, interdisciplinaridades e desafios para o turismo comunitário, consegue trazer ao debate todas estas questões com um olhar de quem realmente vive e busca entender este contexto local, base para um caminho sustentável.

Por isso, é com imenso prazer, que celebramos os 10 anos de existência do PET Turismo, que executa um trabalho tão importante no Delta do Parnaíba. Acreditamos que o papel do PET Turismo, desde o início de sua existência, de promover a união de esforços para o fortalecimento e aperfeiçoamento do turismo da região, o planejamento participativo entre os atores envolvidos e a qualificação, capacitação e assistência para os membros das comunidades, são chave fundamentais para a construção de um turismo de base comunitária e sustentável.

Ao longo dos anos, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) vem trabalhando com projetos socioambientais que buscam a redução das desigualdades tendo o turismo e outros setores como vetores de desenvolvimento sustentável. E esperamos que o nosso trabalho tenha sido uma inspiração para o grupo em seu início, quando da execução do Projeto Turismo Sustentável em parceria com o Ministério do Turismo e a Cooperação Espanhola. O Delta do Parnaíba tem muitas riquezas e o desenvolvimento do turismo sustentável e comunitário já é uma realidade para a região.

Parabéns aos autores e organizadoras do livro e ao PET Turismo pelos seus 10 anos em busca da sustentabilidade para o Delta do Parnaíba.

Luís Tadeu Assad

Doutor em Desenvolvimento Sustentável e Diretor-Presidente
do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade –
IABS.

SUMÁRIO

- 23 | **CAPÍTULO I - AS PERCEPÇÕES SOBRE O LUGAR E O OUTRO, NA COMUNIDADE DE BARRA GRANDE/PIAUÍ**
Shaiane Vargas da Silveira, Idevan de Sousa Gomes, Josivan Lopes Ferreira
- 43 | **CAPÍTULO II - TURISMO E IDENTIDADE LOCAL: PERSPECTIVAS DE USO DO TURISMO DE EXPERIÊNCIA PARA A COMUNIDADE CANÁRIAS/MA**
Renê de Oliveira Gomes, Fabrício Costa Silva, Erika Costa Sousa, Joais Lima da Cruz, Edvania Gomes de Assis Silva
- 64 | **CAPÍTULO III - A TERRITORIALIZAÇÃO DO TURISMO NA RESEX DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)**
Ricardo Rayan Nascimento Rocha
- 85 | **CAPÍTULO IV - COMUNIDADES AUTÓCTONES E A TOLERÂNCIA COMO MEIO DE GARANTIA PARA SUA SOBREVIVÊNCIA**
Joais Lima da Cruz
- 108 | **CAPÍTULO V - A COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE/PI E SUA CADEIA PRODUTIVA NA APA DELTA DO PARNAÍBA**
Sandra Helena de Mesquita Pinheiro, Francisco Gerlilson Souza Júlio, Erivan Santos Lima
- 129 | **CAPÍTULO VI - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO APL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA/PI**
Lucas Ferreira de Oliveira, Edvania Gomes de Assis Silva, Aline Feitosa Rêgo, Francisco Pereira da Silva Filho
- 159 | **CAPÍTULO VII - ESPAÇO GEOGRÁFICO E ESPAÇO TURÍSTICO NA CIDADE DE PARNAÍBA/PI**
John Kennedy Viana Rocha, Edvania Gomes de Assis Silva
- 184 | **CAPÍTULO VIII - PRAÇA DO AMOR: SUPORTE TURÍSTICO, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREENDEDORISMO EM PARNAÍBA/PI**
Idevan de Sousa Gomes, Antônio Matheus Moreira da Silva, José Natanael Fontenele de Carvalho
- 202 | **CAPÍTULO IX - PESCADORES DE CAJUEIRO DA PRAIA-PI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS E OS DESAFIOS DA PESCA ARTESANAL**
Acaahi Ceja de Paula da Costa
- 244 | **CAPÍTULO X - TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FOMENTO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NA COMUNIDADE FORTE VELHO/PB**
Lucas Ferreira de Oliveira, Aline Feitosa Rêgo

APRESENTAÇÃO

DELTA DO PARNAÍBA: BASES CONCEITUAIS, INTERDISCIPLINARIDADES E DESAFIOS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO

O Programa de Educação Tutorial – PET fez história na trajetória de muitos profissionais e acadêmicos brasileiros. Nossa história, que é vinculada ao Grupo PET TURISMO, está em construção desde o ano de 2010 consolidando uma contribuição sistemática em termos de pesquisa, ensino e extensão no Delta do Parnaíba. Inserido neste contexto, o Grupo PET produziu diversas ações e estudos, materializados em publicações relevantes como os livros “Meio Ambiente, Comunidades e Turismo: Experiências e Diálogos de Saberes” e “Mosaicos Geográficos do Delta do Parnaíba”.

Neste momento, ao completar 10 anos de existência, revisitamos algumas reflexões de tutores, bolsistas, voluntários e colaboradores, pois se torna relevante apresentar ao público as bases conceituais e interdisciplinares que tornam possível o diálogo entre os três cursos que compõem a nossa estrutura de trabalho. Turismo, Engenharia de Pesca e Ciências Econômicas compreendem o tripé de conhecimento que tornou possível a formação do PET TURISMO, cujo foco está no desenvolvimento de um projeto amplo de Ecoturismo de Base Comunitária no Delta do Parnaíba.

Na organização do livro “Delta do Parnaíba: Bases Conceituais, Interdisciplinaridades e Desafios Para o Turismo Comunitário” nos deparamos com a certeza de que o vínculo entre os participantes do PET TURISMO e o Delta do Parnaíba é algo permanente, pois se reflete na formação subsequente à

graduação, na atuação profissional e no ativismo social que cada um empreendeu ao longo desse período de tempo.

A demonstração dessa certeza se dará com a leitura dos textos elencados nesta publicação, que nos apresenta um debate rico e interdisciplinar sobre perspectivas teóricas, estudos empíricos, exemplos de experiências externas ao Delta e reflexões sobre os desafios nos primeiros passos de um projeto de turismo de base comunitária.

O primeiro Capítulo abre uma delicada reflexão sobre percepção, trazendo à tona visões da comunidade, hoteleiros e turistas sobre o turismo, em um dos espaços turísticos mais valorizados no litoral piauiense. “As Percepções Sobre o Lugar e o Outro, na Comunidade de Barra Grande/Piauí” foi um estudo desenvolvido para embasar a atuação do PET com a comunidade local em período que antecedeu a Pandemia de Covid 19 no Brasil.

O Capítulo 2, “Turismo e Identidade Local: Perspectivas de Uso do Turismo de Experiência Para a Comunidade Canárias/MA” compreende a importância do estudo das populações ribeirinhas e suas práticas cotidianas relacionadas com o turismo. O texto aborda a importância de desenvolver um turismo de experiência na Ilha das Canárias, localizada na Resex Marinha Delta do Parnaíba, como fator de desenvolvimento sustentável local.

“A Territorialização do Turismo na Resex Marinha Delta do Parnaíba (PI/MA)” conjuga turismo e território no Capítulo 3, abordando as intencionalidades no uso do território pelo fenômeno turístico, em especial numa unidade de conservação.

Com foco nas comunidades, iniciamos essa temática com o Capítulo 4, intitulado “Comunidades Autóctones e a Tolerância como meio de Garantia para sua Sobrevivência”. Neste capítulo o

conceito de tolerância terá destaque, partindo da premissa de que a identidade social e política determina o indivíduo como agente político.

“A Comunidade de Marisqueiras de Ilha Grande de Santa Isabel/PI e sua Cadeia Produtiva na APA Delta do Parnaíba”, compreende o capítulo 5, estudo no qual os autores apresentam o protagonismo de mulheres catadoras de marisco e o processo de produção, ainda tradicional e representativo da cultura e memória local.

Ainda com a preocupação socioeconômica, o Capítulo 6, traz a abordagem “Arranjos Produtivos Locais: Uma Análise da Contribuição do APL para o Desenvolvimento Local no Município de Parnaíba/PI”. O texto traduz a importância das atividades desenvolvidas em comunidades ou associações que tratam a produção artesanal, um elemento importante que imprime a vivência do artesão em cada objeto fabricado artesanalmente e que corrobora com o desenvolvimento local e geração de emprego e renda.

A cidade de Parnaíba, por configurar o principal centro de recepção de turistas da região Deltaica, se apresenta como foco no Capítulo 7, “Espaço Geográfico e Espaço Turístico Na Cidade De Parnaíba/PI”, no qual o estudo nos revela como a cidade de Parnaíba com sua história e transformações socioespaciais se tornou um centro regional importante para a região do meio norte do estado do Piauí. É a partir desse estudo, que o turismo se apresenta utilizando os espaços geográficos para o desenvolvimento das atividades turísticas que movimentam a economia local.

Novamente estudada a partir de sua espacialidade e dinâmica econômica, a cidade de Parnaíba será foco do Capítulo 8, intitulado “Praça do Amor: Suporte Turístico, Geração de

Renda e Empreendedorismo em Parnaíba/PI”. O capítulo revela o empreendedorismo local e contribui para uma melhor visão social sobre aqueles personagens que dia a dia dinamizam a economia parnaibana.

A economia volta a ser tema a partir da abordagem do capítulo 9, que versa sobre “Pescadores de Cajueiro da Praia-PI: aspectos socioeconômicos, culturais e os desafios da pesca artesanal”.

O Capítulo 10 encerra nossa leitura com o título “Turismo De Base Comunitária Como Fomento Para Desenvolvimento Local: Um Estudo Na Comunidade Forte Velho/PB”, e destaca como ocorre o entrelaçamento entre a comunidade local e as atividades ligadas ao turismo local, associada à prática da pesca. Ressalta ainda que Forte Velho é uma comunidade tradicional e busca no segmento do turismo, ampliar suas atividades e práticas cotidianas.

Enfim, os nove capítulos da publicação “Delta do Parnaíba: Bases Conceituais, Interdisciplinaridades e Desafios Para o Turismo Comunitário” foram concebidos para comemorar os 10 anos de atuação do PET TURISMO na região do Delta do Parnaíba e proporcionam ao leitor múltiplos olhares, que foram percorridos ao longo deste tempo por estudantes, professores, colaboradores e comunidades. Revelam ainda a centralidade em conectar lugares, pessoas e suas atividades como base para todo desenvolvimento que se requer sustentável.

As Organizadoras

PRESENTACIÓN

DELTA DO PARNAÍBA: BASES CONCEPTUALES, INTERDISCIPLINARIEDAD Y DESAFÍOS PARA EL TURISMO COMUNITARIO

El Programa de Educación Tutorial (PET) hizo historia en la trayectoria de muchos profesionales y académicos brasileños. Nuestra historia, ligada al Grupo PET TURISMO, se construye desde 2010 consolidando una contribución sistemática en materia de investigación, enseñanza y extensión en el *Delta de Parnaíba*. En este contexto, el Grupo PET produjo diversas acciones y estudios, representados en publicaciones relevantes como los libros “*Meio Ambiente, Comunidades e Turismo: Experiências e Diálogos de Saberes*” y “*Mosaicos Geográficos do Delta do Parnaíba*” [“Medio Ambiente, Comunidades y Turismo: Experiencias y Diálogos de Saberes”] y [“Mosaicos Geográficos del Delta de Parnaíba”].

En este momento, al cumplir 10 años de existencia, revisamos algunas reflexiones de tutores, becarios, voluntarios y colaboradores, pues es importante presentar al público las bases conceptuales e interdisciplinarias que posibilitan el diálogo entre los tres cursos que componen nuestra estructura de trabajo. Turismo, Ingeniería Pesquera y Ciencias Económicas componen el trípode de conocimiento que hizo posible la formación de PET TURISMO, cuya atención está en el desarrollo de un amplio proyecto de Ecoturismo de Base Comunitaria en el Delta de Parnaíba.

En la organización del libro “*Delta do Parnaíba: Bases Conceituais, Interdisciplinaridades e Desafios Para o Turismo Comunitário* [Delta de Parnaíba: Bases Conceptuales, Interdisciplinarias y Desafíos Para el Turismo Comunitario]” nos

encontramos con la certidumbre de que el vínculo entre los participantes de PET TURISMO y el Delta de Parnaíba es algo permanente, como se refleja en la formación posterior a la carrera universitaria, la actuación profesional y el activismo social que cada uno emprendió durante ese período de trabajo.

Esta certeza se demostrará con la lectura de los textos enumerados en esta publicación, que nos presenta un rico e interdisciplinario debate sobre perspectivas teóricas, estudios empíricos, ejemplos de experiencias fuera del Delta y las reflexiones sobre los desafíos en los primeros pasos de un proyecto turístico de base comunitaria

El primer Capítulo señala una delicada reflexión sobre la percepción, sacando a la luz las visiones de la comunidad, hoteleros y turistas sobre el turismo, en uno de los espacios turísticos más valorados de la costa de Piauí. “As Percepções Sobre o Lugar e o Outro, na Comunidade de Barra Grande/Piauí” [Las Percepciones sobre el Lugar y el Otro, en la Comunidad de Barra Grande/Piauí] fue un estudio desarrollado para apoyar el desempeño del PET con la comunidad local en el período que precedió a la pandemia de COVID-19 en Brasil.

El Capítulo 2, “Turismo e Identidade Local: Perspectivas de Uso do Turismo de Experiência Para a Comunidade Canárias/MA” [Turismo e Identidad Local: Perspectivas de Uso del Turismo Experimental para la Comunidad Canaria/MA] comprende la importancia del estudio de las poblaciones ribereñas y sus prácticas diarias relacionadas con el turismo. El texto aborda la importancia de desarrollar un turismo de experiencias en *Ilha das Canárias*, ubicada en la *Resex Marinha Delta do Parnaíba*, como factor de desarrollo sostenible local.

“A Territorialização do Turismo na Resex Marinha Delta do Parnaíba (PI/MA)” [La Territorialización del Turismo en la *Resex*

Marino Delta do Parnaíba (PI/MA)]” mezcla turismo y territorio en el Capítulo 3, abordando las intenciones en el uso del territorio por parte del fenómeno turístico, especialmente en una unidad de conservación.

Centrándonos en las comunidades, empezamos este tema con el Capítulo 4, titulado “Comunidades Autóctones e a Tolerância como meio de Garantia para sua Sobrevivência” [Las comunidades Naturales y la Tolerancia como medio de Garantía para su Supervivencia”. En este capítulo se destacará el concepto de tolerancia, partiendo de la premisa de que la identidad social y política determina al individuo como agente político.

El texto “A Comunidade de Marisqueiras de Ilha Grande de Santa Isabel/PI e sua Cadeia Produtiva na APA Delta do Parnaíba”, [La Comunidad de Mariscadoras de *Ilha Grande de Santa Isabel*/PI y su Cadena Productiva en la APA *Delta do Parnaíba*], comprende el capítulo 5, un estudio en el que los autores presentan el protagonismo de las mujeres mariscadoras y el proceso de producción, aún tradicional. y representante de la cultura y la memoria locales.

Aún con la preocupación socioeconómica, el Capítulo 6 trae el enfoque “Arranjos Produtivos Locais: Uma Análise da Contribuição do APL para o Desenvolvimento Local no Município de Parnaíba/PI”. [Ajustes Productivos Locales: Un Análisis de la Contribución de APL al Desarrollo Local en el Municipio de Parnaíba / PI]. El texto refleja la importancia de las actividades desarrolladas en comunidades o asociaciones que se ocupan de la producción artesanal, un elemento importante que imprime la vivencia del artesano en cada objeto elaborado artesanalmente y que corrobora con el desarrollo local y la generación de empleo y renta.

La ciudad de Parnaíba, por ser el principal centro de recepción turística de la región Deltaica, se presenta como foco en el Capítulo 7, “Espaço Geográfico e Espaço Turístico Na Cidade De Parnaíba/PI” [Espacio Geográfico y Espacio Turístico en la Ciudad de Parnaíba/PI], en el que el estudio nos revela como la ciudad de Parnaíba, con su historia y transformaciones socio espaciales, se convirtió en un importante centro regional para la región del medio norte de la provincia de Piauí. Es a partir de este estudio que el turismo se presenta utilizando espacios geográficos para el desarrollo de actividades turísticas que mueven la economía local.

De nuevo estudiada desde su espacialidad y dinámica económica, la ciudad de Parnaíba es el tema central del Capítulo 8, intitulado “Praça do Amor: Suporte Turístico, Geração de Renda e Empreendedorismo em Parnaíba/PI”. [“*Praça do Amor*: Apoyo turístico, generación de renta y emprendimiento en Parnaíba/PI”]. El capítulo revela el espíritu empresarial local y contribuye a una mejor visión social de aquellos personajes que, a diario, impulsan la economía de Parnaíba.

La economía vuelve a ser discutida en el capítulo 9, que trata del tema “Pescadores de Cajueiro da Praia-PI: aspectos socioeconômicos, culturais e os desafios da pesca artesanal”. [Pescadores de *Cajueiro da Praia-PI*: aspectos socioeconómicos, culturales y los desafíos de la pesca artesana].

El Capítulo 10 finaliza nuestra lectura con el título “Turismo De Base Comunitária Como Fomento Para Desenvolvimento Local: Um Estudo Na Comunidade Forte Velho/PB” [“Turismo de base comunitaria como Fomento para el Desarrollo Local: Un Estudio en la Comunidad *Forte Velho*/PB”], y destaca cómo el entrelazamiento entre la comunidad local y las actividades relacionadas con el turismo local, asociado a la práctica de pesca.

También destaca que *Forte Velho* es una comunidad tradicional y busca, en el sector turístico, expandir sus actividades y prácticas habituales.

Queremos destacar que los nueve capítulos de la publicación “Delta do Parnaíba: Bases conceptuales, interdisciplinariedad y desafíos para el turismo comunitario” fueron diseñados para conmemorar los 10 años de actuación del PET TURISMO en la región del Delta de Parnaíba y brindar al lector múltiples perspectivas, las cuales fueron recorridas durante este tiempo por parte de estudiantes, profesores, colaboradores y comunidades. También revelan la centralidad en conectar lugares, personas y sus actividades como base para todo desarrollo que se requiere para ser sostenible.

Traducción de Glauber Lima Moreira

PRESENTATION

THE PARNAÍBA DELTA: CONCEPTUAL BASIS, INTERDISCIPLINARITY AND CHALLENGES OF COMMUNITY TOURISM

The Tutorial Educational Program marked the trajectory of many professionals and academics from Brazil. Our history, bound to Tutorial Educational Program - Tourism Group, has been built since 2010, consolidating a systematic contribution on research, teaching and extensions on The Parnaíba Delta. In this context, the group has produced many actions and studies, materialized in relevant publications such as the books “Environment, Communities and Tourism: Experiences and Knowledge Dialogues” and “Geographic Mosaics of The Parnaíba Delta”.

At this moment, while completing 10 years of existence, we revisit reflections from tutors, scholarship students, volunteers and collaborators, as it becomes relevant to present to the public the conceptual and interdisciplinarity basis that enable the dialogue between the three courses that compose our work structure. Tourism, Fishing Engineering and Economic Sciences comprehend the tripod of knowledge that made possible the conclusion of Tutorial Educational Program focused on developing a broad project of Community Based Ecotourism in The Parnaíba Delta.

When organizing the book “The Parnaíba Delta: Conceptual Basis, Interdisciplinarity and Challenges of Community Tourism”, we face the certainty of the permanent bond between the participants of Group and the Parnaíba Delta, as it reflects on the subsequent graduations, participations in the professional

field and social activism that each participant undertook in this long period of time.

The demonstration of this certainty is in the reading of the texts listed in this publication, which present to us a rich and interdisciplinary debate about theoretical perspectives, empiric studies, examples of external experiences at the Delta and reflections about the challenges of the first steps of a community based tourism project.

The first chapter opens up a delicate reflection about perspective, bringing to the surface points of view from the tourists, community and hoteliers about the tourism in one of the most cultivated touristic spaces of Piauí's coast. "Perspectives About the Place and the Other, at the Barra Grande/Piauí Community" was a study developed to base the Tutorial Educational Program action with the local community in a period that preceded the Covid-19 pandemic in Brazil.

The second chapter, "Tourism and Local Identity: Perspectives of Experience-Tourism Use to the Canárias/MA Community" comprehends the importance of a study about the riverside populations and their daily practices related to tourism. The text touches on the subject of the importance of developing experience-tourism on Ilha das Canárias, located at the The Parnaíba's Delta Marine Extractive Reserve, as a factor of local sustainable development.

"Tourism Territorialization at the The Parnaíba's Delta Marine Extractive Reserve (PI/MA)" approaches tourism and territory at chapter 3, explaining intentions of the territory use for the touristic phenomenon, especially at a unity of conservation.

Focusing on the communities, we initiate the fourth chapter, entitled "Autochthonous Communities and Tolerance As a Way of Guaranteeing Survival". At that chapter the concept of

tolerance is highlighted, coming from the premise that social and political identity determine the individual as a political agent.

“The Seafood Women Workers Community of Ilha Grande de Santa Isabel/PI and the Productive Chain in the Environmental Protection Area at the Parnaíba Delta” comprehends chapter 5, study in which the authors present the protagonism of the seafood women workers and the process of production, still traditional and representative of the local culture and memory.

Still focusing on socio economic issues, the sixth chapter approaches “Local Productive Arrangements: An Analysis of the Local Productive Arrangements Contribution to Local Development at the munincipe of Parnaíba/PI”. The text translates the importance of activities developed in communities or associations of handmade productions, an important element that shows the living of the craftsmen in each handmade object and its corroboration with the local development and generating jobs and income.

The Parnaíba city, main center of tourists receptions in the Delta region, is the focus of chapter 7, “Geographic Space and Touristic Space in Parnaíba/PI city”. The study reveals how the city of Parnaíba with its history and socio-spatial transformations became an important regional center to the mid-north region in the Piauí state. Starting from this study, tourism presents itself utilizing geographic spaces for the development of touristic activities that move the local economy.

Once again starting from the study of its spatiality and economic dynamic, the city of Parnaíba/PI is the focus of the eight chapter, titled “Love Plaza: Touristic Support, Income Generation and Entrepreneurship on Parnaíba/PI”. The chapter reveals the local entrepreneurship and contributes for a better

social understanding about the daily economic characters at Parnaíba.

The economy comes back as the theme of chapter 9, that approaches “Fisherman from Cajueiro da Praia/PI: socioeconomic and cultural aspects and the challenges of artisanal fishing”

Chapter 10 concludes the reading with the title “Community Based Tourism as an Promotion of Local Development: A Forte Velho/PB Community Study”. It highlights how the interlacement between the local community and local tourism-related activities associated with the fishing practice actually happen. Furthermore, it detaches Forte Velho as a traditional community and looks for, in the tourism segment, the enlargement of its daily practices and activities.

At long last, the ten chapters of the publication “The Parnaíba Delta: Conceptual Basis, Interdisciplinarity and Challenges of Community Tourism” were conceived to celebrate the 10 year anniversary of the Tutorial Educational Program action at the Parnaíba Delta region and to give to the reader multiples points of view, that were covered over that time period of ten years by students, professors, collaborators and communities. They also reveal the centrality in connecting spaces, individuals and their activities as a base to all the required sustainable development.

Translation of Ícaro Silveira Lima

CAPÍTULO I

AS PERCEPÇÕES SOBRE O LUGAR E O OUTRO, NA COMUNIDADE DE BARRA GRANDE/PIAUI

Shaiane Vargas da Silveira
Idevan de Sousa Gomes
Josivan Lopes Ferreira

INTRODUÇÃO

A abordagem sobre o Turismo em espaços protegidos constitui um tema de interesse de várias áreas de conhecimento e, em especial, dos cursos que compõem o PET Ecoturismo de Base Comunitária no Delta do Parnaíba – PET TURISMO pois, o olhar das Ciências Econômicas, da Engenharia de Pesca e do Turismo proporcionam, desde a formação do grupo, o planejamento e a realização de pesquisas cujo intuito é de apoiar o desenvolvimento de produtos ecoturísticos de base comunitária junto à população residente na localidade turística de Barra Grande.

A comunidade de Barra Grande pertence ao município de Cajueiro da Praia, no litoral piauiense, na região nordeste do Brasil, a 390 km de distância da capital do estado, Teresina. A população total do município, estimada para 2020, é de 7.674 mil habitantes (IBGE, 2020). Pode-se dizer que se trata de um município com população predominantemente rural, uma vez que, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE realizado em 2010, cerca de 62,3% (4.464 mil) de sua população vivia na zona rural, enquanto que cerca de 37,7% (2.699 mil) residia na zona urbana (IBGE, 2010). De

acordo com o censo, o perfil populacional de Cajueiro da Praia é de 52,2% da população como sendo do sexo masculino (3.738 mil) e 47,8%, feminino (3.423 mil).

Com relação ao seu perfil social, os indicadores do IBGE (2020) demonstram que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH municipal, apresentou um aumento de índice de “muito baixo” para “baixo”, de 49,59% entre 2000 e 2010 (de 0,365 a 0,546). Os dados sobre a escolarização de crianças de 06 a 14 anos de idade é de 96,2%, no entanto, a evolução das taxas de matrículas indicam a ocorrência de quedas desde o ano de 2005 até 2018 (o último dado divulgado), caindo de 6.471 mil para 4.794 mil matrículas. Sendo que no ano de 2018 haviam 646 matriculados no ensino médio; 3.534 no ensino fundamental e 614 na pré-escola (IBGE, 2020). A educação em Cajueiro da Praia é precária no que diz respeito à educação pública e privada, pois como ressaltou Carvalho (2010), em 2010, Cajueiro da praia só possuía uma escola privada, a Creche Tia Adalgisa; e em relação a educação infantil, o município possuía poucas unidades de educação, sendo 14 de nível pré-escolar, 16 de nível fundamental e apenas 1 no nível médio.

Os indicadores econômicos do município demonstram que em 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes foi de R\$ 81.988,56 mil, contabilizando um PIB per capita de R\$ 8.676,02 mil; no mesmo ano, o Piauí por sua vez, atingiu um PIB de 50.378 bilhões, com um PIB per capita de R\$ 15.432,05 mil (IBGE, 2018). Nesse sentido, o PIB setorial demonstra que o eixo de suas atividades produtivas está voltado, predominantemente, para os serviços públicos (administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), pois cerca de 43% do PIB a preços correntes vem desse tipo de atividade, seguido das

atividades de comércio e serviços privados com participação de 26%; agricultura com 23% e a indústria com 3%. No que tange à arrecadação de impostos, este corresponde a 5% do PIB (IBGE, 2018). No município de Cajueiro da Praia a maioria da população vivia (ano base 2000) com rendimento inferior a um salário mínimo, de acordo com a divulgação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO.

O município possui uma faixa litorânea de 13 quilômetros, sendo a praia de Barra Grande a mais extensa, fazendo parte do pólo turístico Costa do Delta e também inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. O segmento de maior destaque no local é o Turismo de Esportes, no qual a prática do kitesurf é a mais frequente. Chama a atenção a evolução da infra-estrutura turística no local, composta por meios de hospedagem, bares e restaurantes. No setor hoteleiro percebe-se certa discrepância pois, ao analisar plataformas de reserva on-line podemos contabilizar mais de 50 opções, enquanto no Cadastur, que compreende o sistema federal de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, identificamos apenas 14 meios de hospedagem. Em 2014 este número era de sete meios de hospedagem, representando um crescimento lento na formalização dos estabelecimentos, conforme o Produto V do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções.

Apesar de poucos habitantes, IDH muito baixo, PIB per capita insuficiente aos padrões do Estado ou do Brasil, o município de Cajueiro da Praia se insere na Rota das Emoções importante território para o qual se estima uma recepção de aproximadamente 260.000 turistas ao ano, tornando evidente que o Turismo contribui de forma significativa para o

desenvolvimento econômico local. Ratifica esta constatação o fato de que a procura por serviços de hospedagem, principalmente em períodos de alta temporada, é maior do que a oferta, dado que os meios de hospedagem, na maioria das vezes se encontram sem disponibilidade para atender os clientes interessados quando efetuada procura básica em fontes como *tripadvisor* e *Airbnb*.

De forma a analisar as potencialidades do turismo na Barra Grande, o estudo de Carvalho (2010) indica que o turismo pode ser um propulsor do desenvolvimento sustentável local, mas é preciso que algumas medidas sejam tomadas no município, nos âmbitos ambiental, sociocultural e turístico, como: melhorar o sistema de coleta de lixo do município, realizar um estudo sobre a capacidade de carga local, resgatar a história, as tradições e a cultura local, melhorar a sinalização turística do município e de seus atrativos, criar um plano de marketing turístico e de desenvolvimento do turismo.

Diante dessa realidade se torna oportuno citar que no turismo “a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala” (IRVING e CAMPHORA, 2005). Tais oportunidades podem ser geradas a partir da articulação entre diversos agentes sociais, principalmente com a participação das universidades e seus projetos transformadores de caráter extensionista.

¹ A Rota das Emoções cobre um território de uma extensão de mais de 600 km entre as cidades de Barreirinhas e Jericoacoara (os dois extremos da Rota em sentido estrito) e de quase 1200 km entre São Luís e Fortaleza (a Rota em sentido largo), envolvendo 3 Estados, 14 municípios, os Órgãos de gestão de 3 Unidades de Conservação, além de uma grande diversidade de instituições, associações e agentes privados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia de percepção segundo Oliveira (2011) permite-nos a observação do mundo como sendo uma organização estruturada, cheia de formas complexas, sentido e significado, que vai além da multiplicação de objetos. Neste sentido, a compreensão do indivíduo em seu lugar social é indispensável para o entendimento da organização estrutural local. No que se refere às percepções sobre o turismo, Câmelo (2016) fala do impacto positivo e/ou negativo que o turismo pode receber numa destinação, dependendo em primeira ordem do como esta atividade será operacionalizada. Portanto, para o sucesso no desenvolvimento local é necessário que haja o atendimento dos interesses tanto dos moradores quanto dos turistas. E suas percepções sejam compreendidas entre si.

Tendo em vista que o modo como o turismo é interpretado influencia no comportamento e desenvolvimento social Silva (2019) diz que o turismo é um fenômeno humano que incorpora diversas dimensões da vida – social, cultural, ambiental, espacial e econômica, essas dimensões contribuem para as transformações nos territórios e consequentemente nos espaços envolvidos para a prática turística.

A compreensão da percepção do lugar e do outro é indiscutivelmente necessária para a compreensão da construção social e econômica das comunidades e localidades onde se pratica a atividade turística. Banducci (2001), enfatiza a importância dos estudos na perspectiva estrutural social, cultural e econômica do turismo, pois os resultados obtidos contribuem papel relevante na diminuição dos controles e das exigências do trânsito internacional, beneficiando turistas e empresários de turismo e criando nas populações o imaginário da prosperidade a partir da inserção no mercado turístico.

Antes de abordarmos a percepção de interesse deste capítulo, vamos conhecer outras, começando pela “Turística” que, segundo Silveira (2015), é de suma importância para o estudo da compreensão e da formação da imagem turística, no que se refere à contribuição para as questões referentes aos impactos sociais, culturais e ambientais do turismo nos espaços de destino. Neste contexto, a percepção está ligada de forma direta com as experiências pessoais. Artigas et al. (2015) comentam sobre isso, dizem que a reputação de um destino turístico deve ser favorável, pois isto influencia positivamente na assimilação de valor do destino e da lealdade que os turistas terão com o destino.

Um segundo tipo de percepção é a geográfica ou espacial, que segundo Silveira (2015) é indiscutível sua importância para a prática do turismo, pois é através da análise dos fatores subjetivos e cognitivos dentro da relação turismo/espço, que estratégias turísticas podem ser adotadas para o desenvolvimento do turismo local e, desta forma, contribuir para o alcance da sustentabilidade da atividade em todas as escalas espaciais.

Em contraste com a percepção espacial tem-se a percepção cognitiva, esta é a de interesse deste capítulo, pois nela se encaixam as experiências pessoais advindas da prática turística. Baloglu e McCleary (1999) definem percepção cognitiva como sendo a forma como o indivíduo percebe os atributos envolvidos no destino turístico. Criando assim conexões com o local e armazenando experiências de diferentes sujeitos que interagem entre si.

A busca dessas narrativas, sobre a percepção dos sujeitos, foi tema de estudo realizado em 2015 na Barra Grande, onde Cunha, Maia, Santos et al. (2016) realizaram pesquisa com 50 moradores locais, conduzindo questões quanto aos efeitos do turismo e as implicações dessa atividade sobre os nativos.

Na pesquisa realizada, a comunidade identificou, como principais, os seguintes aspectos positivos advindos do turismo: “geração de emprego e renda”, “aumento no consumo de produtos locais”, “melhoria da infraestrutura” e “melhoria da qualidade de vida”. Sobre a percepção da comunidade a respeito dos impactos negativos do turismo, o estudo revelou que os mais citados foram: “consumo de drogas”, a “inflação”, a “prostituição” e a “especulação imobiliária”, a “poluição da praia”.

Dentre os resultados alcançados, os autores destacam que:

Em consequência, a pesquisa evidenciou as muitas faces do modelo de turismo global e que é largamente desenvolvido em Barra Grande, provocando uma discussão acerca da exclusão social dos nativos, o que demonstra um cenário contraditório quando as inúmeras possibilidades de desenvolvimento do lugar por meio do turismo. Assim, sobram impactos: aumento e acúmulo do lixo, elevação no preço dos produtos de consumo básicos, especulação imobiliária, entre outros. Tudo isso interfere, diretamente, nos índices de qualidade de vida dos nativos. (CUNHA, MAIA, SANTOS *et al.*, 2016)

Concluem ainda o estudo realizado enfatizando a necessidade de um modelo de desenvolvimento do turismo voltado para o suprimento das necessidades locais, impactando “na melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, maior respeito ao turista e aos nativos, distribuição mais igualitária da renda, além de preservar os espaços naturais e os aspectos tradicionais [...]”

Sobre a questão do ambiente e da percepção do lugar, é importante considerar que o modo de vida, as origens dos indivíduos e suas experiências com o local, fazem dele parte do conceito de lugar. Para Moreira (2007) o conceito de lugar vai além da percepção geográfica, pois está associado ao estilo de vida do indivíduo, cultura e identidade local moldada pela experiência vivida e compartilhada por cada indivíduo.

Diante disso, Carlos (2007) enfatiza o lugar como sendo a base da reprodução da vida e composto pela tríade: habitante-identidade-lugar. Portanto, as relações que os indivíduos mantêm com os espaços em que habitam e se expressam cotidianamente, é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Nesta perspectiva, pode-se dizer que os lugares são pequenos mundos, como afirma Holzer (1999). Ainda segundo ele, o sentido desse mundo pode ser encontrado nas relações humanas, pois lugar e mundo possuem conteúdos semelhantes, ambos produzidos pela consciência humana e por sua relação com as coisas e os outros.

A abordagem da percepção neste estudo destaca ainda uma característica peculiar da Barra Grande, a concentração de muitos empreendedores que não são nativos da comunidade. Já em 2013, numa reportagem sobre o assunto, o G1 destacou a matéria “Jovens trocam agitação dos grandes centros para investir no Litoral do PI” evidenciando que negócios turísticos foram abertos por brasileiros e estrangeiros que se encantaram com a beleza local.

Carlos (2007) fala que a ideia de lugar único se recicla, pois todos os lugares se articulam aos demais e a sociedade se mundializa e se faz presente em cada lugar. Se a localização concreta do lugar lhe dá materialidade específica, sua existência pontual não exclui o mundial e por isso entende-se que a relação entre “forasteiros” e “comunidade local” não se trata de uma

relação exclusiva e sim de um reflexo de inclusão e de mundialização, onde há troca de saberes, experiências e percepções.

² <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/12/jovens-trocam-agitacao-dos-grandes-centros-para-investir-no-litoral-do-pi.html>

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir das visitas técnicas feitas pelo grupo em três diferentes datas, durante o ano de 2019, à comunidade de Barra Grande/PI. O objetivo do grupo foi coletar informações de três públicos diferentes que permeavam a região, a partir de questões aplicadas diretamente aos entrevistados. Os instrumentos foram criados para obtenção de respostas livres, com perguntas abertas com objetivo de captar a percepção dos indivíduos sobre os temas sugeridos. A partir das respostas obtidas foi elaborado um sistema de codificação, melhor delineado nos parágrafos a seguir.

Vale ressaltar que a percepção, de acordo com Oliveira (2012) refere-se à “função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais. Através da percepção um indivíduo organiza e interpreta suas impressões sensoriais dando significado ao seu meio” e, ampliamos, aos indivíduos ao seu redor. O primeiro momento foi realizado com os hoteleiros, o segundo com os próprios moradores e por fim, com os turistas.

Na pesquisa realizada com o setor hoteleiro a intuição do questionário foi a busca sobre a percepção dos mesmos sobre o local onde desenvolviam sua atividade comercial, ou seja, sobre a Barra Grande, traduzindo em duas palavras o que o local representava e indicando em seguida as potencialidades e fragilidades relacionadas à economia e ao meio ambiente local, ainda em duas palavras-chave.

No segundo questionário realizado para os moradores, a pesquisa foi focada na visão que eles tinham sobre os hoteleiros e sobre a localidade que residem, Barra Grande, seguindo a mesma estrutura, traduzindo em duas palavras o que o turismo representava para o entrevistado e indicando em seguida as potencialidades e fragilidades relacionadas à economia e ao meio ambiente local.

O último bloco de entrevistas foi feito com turistas para obter uma concepção mais crítica de um visitante para melhorias na região. Diante disso, a pesquisa foi realizada para os turistas daquela localidade, buscando ainda realizar um levantamento sobre a experiência prévia destes com o turismo comunitário.

As duas primeiras amostras do estudo foram probabilísticas, com amostragem aleatória simples. Tendo como base o universo de 40 meios de hospedagem em 2019 (segundo plataformas virtuais de reserva on-line), foi definida e atingida a amostra de 50%. No cálculo para definição da amostra dos moradores levou-se em consideração o universo de aproximadamente 1.500 habitantes e definimos como estratos as ruas adjacentes ao centro turístico da localidade para aplicação dos questionários, totalizando assim 44 indivíduos entrevistados, de forma aleatória. A amostra de turistas foi não probabilística e por conveniência, devido à falta de dados sobre a demanda turística e à forma de aplicação de forma livre e espontânea na beira da praia com um total de 52 pessoas.

Após aplicação da pesquisa a equipe se reuniu e diante dos dados coletados definiu categorias, para então indicar de forma mais objetiva os resultados relacionados à percepção do público entrevistado. Com isso, identificou-se a semelhança entre os conteúdos das respostas levantadas, para então, detectar nos fragmentos, as linguagens e situações discursivas com a noção de

corte dada por Orlandi (1984, p. 14) que entende “como unidade discursiva [...] fragmentos correlacionados de linguagem [...] um fragmento da situação discursiva, definido por associações semânticas.”

Considerou-se que tanto a noção de corte quanto a noção de enunciado possibilitam que os fragmentos possam ser analisados, identificando os arranjos socioculturais e históricos, trazendo, assim, diferentes registros discursivos através de um embasamento coerente.

Após a tabulação dos dados realizou-se a composição das nuvens de palavras em software livre, disponibilizado na internet, com objetivo de facilitar a demonstração dos resultados e seu comparativo em relação à percepção dos diferentes entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa com hoteleiros, moradores e turistas da Barra Grande, praia localizada na cidade de Cajueiro da Praia/PI foi possível observar que existe grande similaridade de percepções com respeito ao espaço turístico e aos problemas em comum enfrentados pelos três públicos.

O papel do PET TURISMO envolve o desenvolvimento de uma proposta de ecoturismo de base comunitária como uma das bases para o uso sustentável dos recursos naturais da região, visando a conservação do modo de vida tradicional e valores locais, a proteção do meio ambiente e a geração de emprego e renda para a população local. Ao incorporar esse compromisso, o PET buscou analisar diferentes percepções para iniciar assim um diálogo verdadeiro, aproximando as pluralidades que são evidentes num contexto social onde há desigualdades extremas em termos de capital.

PERCEPÇÕES SOBRE O LUGAR E O OUTRO

Ao identificar as palavras chave que caracterizam a localidade de Barra Grande podemos observar que o público hoteleiro, composto em grande parte de pessoas que não são nascidas no local, se revela pela tradução do lugar como “paraíso”, categoria que também foi mais utilizada por turistas, cujo perfil básico foi de maioria feminina, entre 21 a 30 anos de idade, proveniente do Estado do Piauí.

Figura 1 - Palavras que descrevem Barra Grande, segundo a percepção os hoteleiros



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Figura 2 - Palavras que descrevem Barra Grande, segundo a percepção dos turistas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Outras palavras também foram citadas para traduzir a percepção de hoteleiros e turistas sobre Barra Grande e as categorias nas quais foram agrupadas revelam a visão do lugar como espaço turístico, alegre/acolhedor e como vila de pescadores, apenas para hoteleiros e como espaço natural, apenas para turistas.

As respostas sobre a percepção do local colaboram para que possamos manter aquilo que Gastal e Moesch (2007, p.46) afirmam ser necessário numa experiência turística, ou seja, uma “concepção mais contemporânea e articuladora de vivências locais e globais entre cidadãos e visitantes, entre fluxos e fixos” por emanarem fatores positivos da experiência, principalmente o fator da hospitalidade, que se reflete na alegria e no acolhimento. A percepção do lugar como vila de pescadores, ainda presente no imaginário ou no cotidiano dos hoteleiros, revela a compreensão de que a comunidade se faz presente e tem outras fontes de desenvolvimento local. Tal aspecto reforça a diretriz de que o Turismo de Base Comunitária - TBC deve se complementar às demais atividades desenvolvidas pelas comunidades, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local (ICMBio, 2019).

Por outro lado, aos turistas também foi indagado sua percepção sobre a inserção da comunidade local no Turismo e a maioria respondeu que considerava baixa (21%), o que nos revela razoável envolvimento direto dos moradores com a atividade turística, em especial na administração e gerenciamento das atividades características do turismo.

Quanto à percepção da comunidade, a pergunta foi inversa, no sentido de compreender como os moradores descrevem o setor turístico na localidade, incluindo aqui as empresas hoteleiras que preenchem a maior fatia do mercado turístico local. As respostas

foram praticamente positivas, indicando em primeiro plano a categoria “renda”, que reuniu todas as demais palavras relativas a esse benefício descrito pela população.

Figura 3 - Palavras que descrevem o Turismo na Barra Grande, segundo a percepção da comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A melhoria da renda, por sinal, é um dos objetivos do turismo sustentável, que de acordo com a Organização Mundial do Turismo (2020) deve, dentre outros objetivos:

Asegurar unas actividades económicas viables a largo plazo, que reporten a todos los agentes unos beneficios socioeconómicos bien distribuidos, entre los que se cuenten oportunidades de empleo estable y de obtención de ingresos y servicios sociales para las comunidades anfitrionas, y que contribuyan a la reducción de la pobreza. (OMT, 2020)

Considerado bom/positivo, o Turismo se faz presente na região de forma crescente, ampliando número de investimentos e novos negócios, atraindo novos moradores e proprietários de casas e terrenos, promovendo novos eventos de caráter esportivo e

culturais, enfim, atraindo cada vez mais demanda para o lugar. A comunidade percebe essa evolução e aponta o turismo como bom/positivo associando a esse aspecto o desenvolvimento, o aumento de emprego, a melhoria ou geração de renda, além de benefícios e lucros que são esperados com a expansão da atividade.

Vale ressaltar que aparece de forma tímida a visão de que o setor é excessivo, mas tal indicação não faz volume em relação às demais indicações apontadas pelos entrevistados.

No levantamento das percepções sobre o lugar e o outro pode-se concluir, portanto, que hoteleiros, comunidade e turistas compartilham de fatores subjetivos e cognitivos que proporcionam atributos positivos quando lançados ao olhar de cada um. Como relata o referencial teórico deste capítulo, é através da análise dos fatores subjetivos e cognitivos dentro da relação turismo/espço, que estratégias turísticas podem ser adotadas para o desenvolvimento do turismo local, contribuindo na sustentabilidade da atividade.

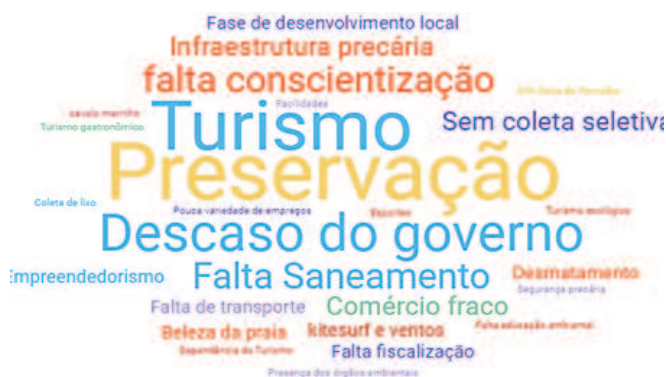
É importante registrar que a pesquisa não enfatizou fatores positivos ou negativos nos questionamentos, diferindo assim dos resultados de pesquisa anterior, cujo resultado evidenciou a percepção da comunidade sobre os impactos positivos e negativos do turismo, sendo eles “geração de emprego e renda”, “aumento no consumo de produtos locais”, “melhoria da infraestrutura” e “melhoria da qualidade de vida”; “consumo de drogas”, a “inflação”, a “prostituição” e a “especulação imobiliária” , a “poluição da praia” (CUNHA, MAIA, SANTOS *et al.*, 2016).

PERCEPÇÃO DAS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES

Para uma análise comparativa, foi efetuado o levantamento da percepção dos respondentes sobre as fragilidades e potencialidades que atingem a economia e o meio ambiente local. Neste item se identificam muitas semelhanças, das quais o “turismo” como a maior potencialidade e “falta de saneamento” como uma das principais fragilidades. No setor hoteleiro também destaca-se a “preservação” como potencialidade.

Ademais é possível visualizar muitos itens em comum, o que revela a necessidade de união das forças, entre hoteleiros e comunidade para o alcance das melhorias nos aspectos que são prejudiciais a ambos, contribuindo assim para mais duas diretrizes do TBC, quais sejam: Bem Comum - A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais e Equidade - A partilha dos benefícios deverá ser feita de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.

Figura 4 - Potencialidades e Fragilidades Econômicas e Ambientais percebidas por Hoteleiros



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

existe a possibilidade de desenvolver projetos conjuntos, com a cooperação de hoteleiros, comunidade e turistas, em busca de um bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada revelou que - para turistas e hoteleiros - a localidade de Barra Grande é considerada um “paraíso” e que os moradores locais consideram o setor hoteleiro, gerador de “renda” e “positivo” para a comunidade. Observou-se ainda que a maioria das fragilidades e potencialidades são compartilhadas por hoteleiros e comunidade local e que o maior potencial na visão de ambos é o “turismo” enquanto as maiores fragilidades são a “falta de saneamento”, “infraestrutura precária”, “descaso do governo” e “falta de coleta de lixo”.

Inserir a ação do PET num contexto de desenvolvimento do turismo requer averiguar os conflitos, pressões e todo o contexto local. Por este motivo tornou-se necessária uma pesquisa de percepção, na qual foi possível verificar que existem muito mais similitudes do que divergências, mas falta diálogo e união de forças e pluralidades para alcance de objetivos coletivos. Com base nessa realidade se definem estratégias de trabalho que, por sua vez, orientarão o PET a mobilizar sua equipe e os agentes sociais locais que percebam o turismo comunitário como uma oportunidade de desenvolvimento para todos.

REFERÊNCIAS

- AROEIRA, T.; DANTAS, A. C.; DE SEVILHA GOSLING, M. **Experiência turística memorável, percepção cognitiva, reputação e lealdade ao destino: um modelo empírico.** Turismo-visão e ação, v. 18, n. 3, p. 584-610, 2016.
- ARTIGAS, E. M.; VILCHES-MONTERO, S.; YRIGOYEN, C. C. **Antecedents of tourism destination reputation: The mediating role of familiarity.** Journal of Retailing and Consumer Services, v. 26, p. 147-152, 2015.
- BALOGLU, S.; MCCLEARY, K. W. **A model of destination image formation.** Annals of tourism research, v. 26, n. 4, p. 868-897, 1999.
- BANDUCCI, A.; BARRETTO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica.** Papirus Editora, 2001.
- CARLOS, A. F. A. *et al.* **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMÊLO, A. R. S. *et al.* **Percepção das comunidades locais sobre a turistificação da Rota Ecológica em Alagoas.** 2016.
- CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável no município de Cajueiro da Praia (PI),** Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Piauí: Teresina/PI, 2010.
- CEPRO, **Diagnóstico Socioeconômico.** Disponível em http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_e17329e00d.pdf, acesso em 05 de fevereiro de 2020.
- CUNHA, J.; MAIA, M.; SANTOS, F.; ROCHA, R.; JÚNIOR, J. Turismo (In)Sustentável Em Barra Grande (Pi): Conflitos, Impactos, Desigualdade e Exclusão Social. **Revista Geografar.** Disponível em <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/48983>. Acesso em 11 de junho de 2021
- DE OLIVEIRA, J. H. A percepção originária como primária e fundante do conhecimento em merleau-ponty. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 3, n. 06, 2011.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.
- GONÇALVES, B. B. da S. **Softwares de apoio à pesquisa científica: levantamento e análise de características.** Dissertação (Bacharel em Tecnologias da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2016. p. 32.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**. v. 4, n. 7, p. 67-78, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Censo Cidades. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/cajueiro-da-praia.html>, acesso em 05 de fevereiro de 2020.

_____. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2202083>. Acesso em 18 de abril de 2021.

_____. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/cajueiro-da-praia/panorama>. Acesso em 18 de abril de 2021.

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **ICMBio**. Turismo de Base Comunitária em Unidades De Conservação Federais: Caderno De Experiências. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf. Acesso em 11 de junho de 2021

IRVING, M. de A. e P.; CAMPHORA, A. L. **A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro**. In: Bartholo, R; Delamaro, M. e Badin, L. (Orgs.) Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, R.J: Garamond, 2005.

MOREIRA, E. V.; DE MEDEIROS HESPAÑHOL, R. A. **O lugar como uma construção social**. Formação (Online), v. 2, n. 14, 2007.

OLIVEIRA, A. O. de. **Estudo Teórico Sobre Percepção Sensorial: Comparação entre William James e Joaquín Fuster**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Juiz de Fora/MG, 2012.

ORLANDI, E. P. **Segmentar ou recortar**. In: ORLANDI, E. P. Linguística: Questões e controvérsias. Uberaba: FIUBE, 1984 p. 9-26.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço. Simpósio Nacional sobre Geografia: Percepção e Cognição do Meio Ambiente-HOMENAGEANDO LÍVIA DE OLIVEIRA**. Londrina, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo. Ed. Aleph. Série Turismo, 2000.

WLO. World Tourism Organization. **Making Tourism More Sustainable**. A Guide for Policy Makers, UNEP and UNWTO, 2005. Disponível em <https://www.unwto.org/es/desarrollo-sostenible>, acesso em 05 de fevereiro de 2020.

CAPÍTULO II

TURISMO E IDENTIDADE LOCAL: PERSPECTIVAS DE USO DO TURISMO DE EXPERIÊNCIA PARA A COMUNIDADE CANÁRIAS/MA

Renê de Oliveira Gomes

Fabício Costa Silva

Erika Costa Sousa

Joais Lima da Cruz

Edvania Gomes de Assis Silva

INTRODUÇÃO

O turismo por si é uma atividade intrinsecamente experiencial, na medida que, o indivíduo sai do seu local habitual para viver em espaços diferentes do seu convívio habitual e rotineiro. O turismo de experiência desenvolvido e praticado em comunidades tradicionais é capaz de agregar valores e identidade local. Portanto, “no desenvolvimento do turismo, não basta apenas ter o enfoque do governo e da iniciativa privada, mas tanto quanto, o olhar dos primeiros, é indispensável a visão da comunidade local face ao processo de planejamento e implantação” (CABRAL, CYRILLO, 2008, p. 2).

Quando nos referimos às comunidades tradicionais é muito comum se pensar logo na ideia de aldeias indígenas e quilombos. No entanto, é necessário esclarecer que o conceito de comunidades tradicionais também insere outros povos como os ribeirinhos. De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estes podem ser definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

As populações ribeirinhas, são povos que vivem nas beiras dos rios e geralmente são extremamente pobres e sofrem com os assoreamentos, a erosão e, ainda com as poluições dos rios. É neste cenário que está inserido Canárias – MA, povoado localizado na Ilha de mesma denominação (**Figura 1**), no município de Araisos – MA. Segundo Vieira et al. (2014), Canárias é considerada a segunda maior ilha em extensão do Delta, e está situada junto à barra das Canárias, limite entre os estados do Piauí e Maranhão.

Figura 1 – Ilha das Canárias, comunidade Canárias - objeto de estudo



Fonte: adaptado pelo autor (2017)

A Ilha das Canárias, está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, cujo ecossistema é composto por uma rica biodiversidade e paisagem composta de mangues, dunas fixas e móveis, ambientes antrópicos, rios e fauna peculiar de território costeiro. Silva (2016) destaca que Canárias é a maior e a mais populosa das cinco comunidades existentes na ilha, sendo os outros: Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio, respectivamente. Conforme, Vieira et al. (2014, p. 540) destaca, no povoado das Canárias - MA vivem cerca de 299 famílias e aproximadamente 1.800 habitantes, sendo essa população constituída em sua grande maioria por pessoas jovens e adultas.

A atividade turística passou a ter uma crescente representatividade para a Ilha das Canárias -MA, a partir do ano 2000. De fato, a presença do turismo é mais habitual na comunidade das Canárias -MA, que passou a ser explorada por visitantes provenientes de várias origens, seja por grupos conduzidos por agências de turismo de Parnaíba, com a finalidade de conhecer a comunidade, ou de forma ocasional, simplesmente por visitantes que percorriam a região deltaica e que por curiosidade aportavam na ilha (MATTOS; IRVING, 2003).

Nesta comunidade ribeirinha, dentre outras tantas, as atividades desempenhadas são poucas, como o artesanato que é bastante explorado pelas mulheres e a agricultura familiar e pesca. Sabendo-se que esses são os principais meios de renda financeira e complemento à alimentação, possuindo também a caça e extrativismo vegetal e animal.

Este trabalho apresenta como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como viabilizar o turismo de experiência sob a perspectiva de geração de renda e

desenvolvimento turístico na comunidade ribeirinha de Canárias? Amenizando ainda problemas estruturais como a contração econômica de renda. E, como objetivo central, propõe-se a analisar as possibilidades e alternativas de geração de renda por meio do turismo, agregando valores para a comunidade residente em Canárias - MA.

O respaldo dessa proposta é baseado no uso de informações adquiridas por meio da literatura, o qual são materiais já elaborados, composto principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem deste método reside no fato de permitir ao investigador a cobertura mais abrangente de vários fenômenos ocorrente ao que foi abordado. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, que pode se moldar no decorrer do processo, permitindo o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos.

Utilizou-se o método direto e indireto, que segundo Luckesi e Passos (1996), essas são as duas formas bastante comuns de apropriação do conhecimento. No método direto o indivíduo faz a observação da realidade de maneira direta com o objeto a ser conhecido. No método indireto será feito a utilização de um estudo já produzido, ou seja, será feita uma compreensão da realidade por intermédio de leituras já adquiridas e assim apresentando argumentos para fundamentar e provar tal afirmação.

Por fim, as escolhas dos métodos na pesquisa foram para trazer ao leitor uma breve explanação sobre os problemas encontrados na comunidade de Canárias e como pode-se viabilizar o processo pelo qual eles estão vivendo, para que haja a geração de renda e desenvolvimento no local.

A seguir, discute-se a relevância que o Turismo de Base Comunitária (TBC), inserido no contexto do Turismo de

Experiência (TE), vem apresentando para estreitar a relação entre comunidade, turistas e visitantes.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TURISMO DE EXPERIÊNCIA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Turismo de experiência gera grandes impactos econômicos para os seus destinos. De acordo com o SEBRAE (2015), este é um nicho de mercado que evidencia uma nova forma de fazer turismo, em que existe uma relação real com o espaço visitado, mesmo que não seja o ideal, é o factual e é o que o turista procura. Esta ação turística está associada com as pretensões do homem moderno, cada vez mais interligado e em procura de experiências que façam sentido. É um modo de atingir o consumidor de forma mais enternecedora, por meio de experiências que comumente são organizadas para aquele fim. O intuito é estimular vivências e o engajamento em comunidades locais que geram aprendizados significativos e memoráveis.

Dessa forma, o Turismo de Base Comunitária (TBC) além de envolver a população tradicional, desenvolve também um diferencial no produto ecoturístico, passando a representar uma alternativa econômica e uma ferramenta para a conservação do meio ambiente. A ideia por trás desse conceito é promover um turismo mais justo, que coloque a população local no protagonismo em todas as etapas (planejamento, implementação e monitoramento) e leve em consideração a sustentabilidade social e ambiental das atividades.

O trabalho justifica-se no contexto de que a maior ou principal fonte de renda da comunidade se contempla na pesca

extrativista, que cada vez mais decresce com a diminuição do pescado da região, que se dá muitas vezes pela forma desordenada e imprudente da realização de sua atividade. Entretanto, conforme SILVA *et al.* (2016) no livro Meio ambiente, comunidades e turismo, a implantação geral gera grandes dificuldades:

O ecoturismo e a pesca se aliada causa estranheza entre os pescadores pois esta nova forma de atividade secundaria não é trabalhada como uma possibilidade de ajudar na geração de empregos e renda por dois motivos: 1) Organização dos pescadores em grupos para um fim proposto; 2) informações insuficientes sobre a função do ecoturismo em comunidades. A conversa como o presidente do sindicato para na seguinte frase: *“aquí não tem esse tipo de atividade (ecoturismo) não, ou seja, ecoturismo, pois os pescadores precisam de uma coisa que dê logo retorno e como eles não sabem ainda sobre o que é isso de fato e como se faz é melhor deixar como está.”* E continua: *“os pescadores têm até medo de mexer com outra coisa, mas se der certo trabalhar com isso é bom para ajudar mais ainda as famílias do Delta”*. (Presidente do Sindicato dos Pescadores de Araioses). (SILVA *et. al*, 2016, p. 22).

Toda e qualquer atividade profissional requer um treinamento específico para que se obtenha, desta forma, tarefas executadas de maneira correta, com profissionalismo, e obtendo, portanto, bons desempenhos. No turismo, a preparação de todo o trade, das redes hoteleiras, dos bares e restaurantes, das lojas de souvenir, é fator chave para o sucesso de cada negócio, sendo essencial para que se obtenha bons retornos econômicos e

satisfação de seus clientes. A preparação a qual fora referida, para que se obtenha êxito e bons retornos financeiros em todo e qualquer negócio, inclusive no turismo, trata-se da qualificação profissional.

Contudo, superando as dificuldades na busca para amenizar os impactos naturais e descentralização da renda econômica da comunidade, o Turismo de Experiência proporciona conjuntamente com o Ecoturismo de base comunitária uma opção de renda sustentável.

A proposta de implantação do Turismo de experiência ao qual trata este capítulo requer como toda execução de serviços e segmentação turística, uma preparação, um treinamento, uma qualificação profissional, com objetivo único de transformar meros nativos em profissionais capacitados e aptos para vender seus produtos e serviços garantindo a seus visitantes atendimento de qualidade, gerando a satisfação destes.

TURISMO TRADICIONAL E TURISMO DE EXPERIÊNCIA: ALGUNS ASPECTOS

O turismo tradicional, de acordo com Ibáñez e Villalobos (2012) baseia-se principalmente no turismo de massa e no desenvolvimento de grandes instalações de alojamento e lazer. Os turistas que praticam este tipo de atividade, regularmente possuem hábitos de consumo e exigem serviços aperfeiçoados.

Diferente do turismo tradicional, por assim dizer, o Turismo de experiência busca proporcionar aos visitantes uma experiência aprofundada em uma determinada cultura, além da conexão entre as pessoas em prol da troca de conhecimentos e visões de vida. Para isto, é preciso tempo para se construir um espaço de interação. Em contrapartida, podemos perceber que o turismo tradicional, como o Turismo de Massa, possui um ritmo mais

acelerado e superficial do que o Turismo de Experiência.

O Turismo de base comunitária (TBC), inserido no contexto do Turismo de experiência pode estreitar a relação entre comunidade, turistas e visitantes. Atualmente, vislumbra-se que o relacionamento do consumidor com os produtos é rápido e temporário. Normalmente, as experiências únicas geradas neste segmento ocorrem em uma comunidade de cultura diferente do seu habitual. Não é a única forma de se realizar Turismo de experiência, mas é a mais comum e a mais incentivada, pois nada melhor do que a diversidade cultural para se ter vivências variadas.

Os impactos destas atividades podem variar em diferentes magnitudes dependendo da sua origem e das variáveis que são afetadas. Embora, na prática seja difícil medi-los, em teoria é relativamente fácil identificar alguns dos fatores determinantes de sua magnitude. Para citar alguns: o volume de chegadas de turistas, a estrutura e as raízes culturais da localidade, as características do meio ambiente, a estrutura da economia e a estrutura política do país e das comunidades, nas quais estão se visitando.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015) para a implantação do conceito de experiência, há a necessidade de se entender a diferença (**Tabela 1**) entre o turista tradicional e o turista que busca experiência.

Tabela 1 - Diferença entre Turismo Tradicional e Turismo de Experiência

Turismo tradicional	Turismo de experiência
Apresenta características funcionais	Tem foco na experiência do consumidor
É orientado pelo produto e pela concorrência	É orientado para oferecer experiências de forma integral e exclusiva
Entende que as decisões de consumo são racionais	O turista é visto como consumidor racional e emocional
As ferramentas utilizadas são quantitativas e verbais	As ferramentas são multidisciplinares e bastante variadas
Outros	Andar em barcos pesqueiros, ir para a roça, trilhas ecológicas

Fonte: SEBRAE (2015)

Observando-se a tabela, percebe-se que nessa modalidade turística o estímulo aos sentidos e ao sentimento de pertencimento dos viajantes passa a ser muito importante, não mais a experiência coletiva. Tenta-se criar uma ligação emocional com o destino. E, com isso, diferencia-se da concorrência na opinião dos turistas. O turista irá buscar momentos memoráveis, que lembre pelo resto de sua vida. Sebrae (2015, p. 10) ainda reforça que “também é importante que a experiência seja holística e integrada, de modo que diferentes produtos e serviços sejam entregues em uma mesma experiência, ativando o maior número de sentidos e sentimentos possível”.

IDENTIDADE LOCAL: CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES

Sendo uma ilha que margeia o Delta, em Canárias, é evidente a exuberante potencialidade do aspecto visual do ambiente, porém, se deve buscar com mais profundidade as relações da comunidade local com os aspectos da região, suas culturas, seu artesanato e suas práticas diárias que criam vínculos com os princípios do ecoturismo. Nessa vertente, Soares (2009) estabelece cinco critérios para determinar o turismo de experiência:

- Emoções únicas – viver aquele momento único, que venha ser uma ocasião jamais vivenciada em sua rotina, caracterizando como experiências memoráveis.
- Exclusividade – com o aumento do número de turistas, tornando destinos massificados, surge a busca pela exclusividade, por aquele momento e sensação única, direcionada para cada tipo de pessoa.
- Uso dos cinco sentidos – entra em questão o uso dos sentidos humanos, passando a utilizá-lo para melhor direcionar produtos e serviços, que venha proporcionar uma melhor satisfação.
- Interação – uma maior interação do indivíduo entre os serviços e produtos, vindo a proporcionar a abertura para diferentes tipos de emoções e sensações.
- Despertar de sonhos e sentimentos – suprir as necessidades dos indivíduos, para depois trabalhar os sonhos, utilizando em primeira instância valores mentais, emocionais e imateriais. (SOARES, 2009, p. 39-40).

Os critérios acima, no âmbito do turismo de experiência, traduzem uma proposta de trabalhar com o emocional, com a criação de marcas, de destinos e produtos que atinjam as mentes e as emoções dos clientes.

Durante a exploração e conhecimento da área (**Figura 2**) observou-se uma pequena escola municipal e uma simbólica igreja católica, situadas próximo a uma única praça pública na comunidade.

Figura 2 - Igreja e praça central na comunidade Canárias



Fonte: PET - Turismo (2017)

Na ocasião, encontrou-se pescadores nativos da localidade (**Figura 3**) em que proporcionaram a oportunidade de uma troca de experiência e conhecimento, além de uma vivência com o grupo de pesquisa.

Figura 3 - Diálogo entre pesquisadores PET Turismo e moradores de Canárias



Fonte: PET Turismo (2017)

Ao longo da conversa, foram levantados alguns temas importantes a respeito de seus modos de vida, bem como: atividade pesqueira, condição de salubridade, meio ambiente e turismo comunitário, bem como o entendimento sobre o papel da população local como agente participativo no processo de desenvolvimento econômico, social e turístico daquela área.

Assim, como em outras áreas ribeirinhas, Canárias está inserida fortemente como comunidade tradicional pesqueira, pois conjuntamente com a atividade turística, têm na pesca (**Figura 4**) a sua principal atividade desenvolvida.

Figura 4 - Pescadores em atividade às margens da comunidade



Fonte: PET - Turismo (2017)

Com a presença marcante de técnicas e apetrechos tradicionais que retiram da natureza o que ela é capaz de repor, esses ambientes são fundamentais para manter o modo de vida e a reprodução social dessa população local.

Na roda de conversa, um dos moradores da comunidade de Canárias relatou que o trabalho com a pesca é realizado de forma cíclica, ou seja, períodos em que há uma maior quantidade de pescados e outros não, com destaque para a pesca artesanal e a

cata do caranguejo-uçá. Segundo Santos et al. (2014) a cata do caranguejo (**Figura 5**) é feita exclusivamente por homens, de forma individual ou coletiva, praticamente 100% dos caranguejos são destinados à venda para atravessadores. Já a pesca artesanal é feita entre as famílias, com o uso de barcos ou pesca de arrasto, enquanto os homens pescam, as mulheres realizam as catas do marisco (*Mesodesma mactroides*), sururu (*Mytella charruana*), entre outros.

Figura 5 - Presença de caranguejo em área de mangue



Fonte: PET - Turismo (2017)

Essas atividades garantem o sustento dessas famílias, que destinam boa parte para a venda, mas sempre guardam um pouco para sua própria alimentação. Portanto as atividades de subsistência são consideradas importantes, devido à dificuldade de locomoção até a cidade de Araisos. Grande parte dessas famílias, plantam, criam e pescam tudo o que consomem, e têm modos de vida consideravelmente sustentável.

E sobre a participação da comunidade com o desenvolver da atividade do turismo na área, os mesmos enxergam como importante, na medida em que, a presença do(s) visitante(s) naquele espaço possibilita uma estreita interação com o público de fora (turistas) e gera movimento econômico e renda para os ribeirinhos, este último resultante da produção e comercialização de produtos como: artesanato e culinária.

A princípio, os serviços oferecidos estão concentrados nas pousadas e também com algumas construções ribeirinhas que estão tomando forma de uma maneira provisória para se adequar às necessidades dos turistas que aparecem na comunidade. Casas de moradores foram transformadas em hospedarias e com uma estrutura caseira de café da manhã, almoço e jantar.

Alguns empreendimentos como bares, já ocupam os espaços iniciais de encontro com os turistas que aportam no trapiche (**Figura 6**), e o transporte da região que por conta da areia fofa só permite veículos de tração 4x4.

Figura 6 - Quadriciclos 4x4 apostos ao fundo do píer de desembarque na comunidade



Fonte: PET - Turismo (2017)

Ainda sobre o desenvolver do turismo, segundo os moradores, poderia existir um acompanhamento mais efetivo sobre aquela área. Este relato abriu espaço para mencionarem que a comunidade carece de uma atenção mais participativa, pois o território está inserido dentro de uma área rica em biodiversidade, costumes e apresenta-se, potencialmente, como produto turístico.

Vale destacar que o uso turístico em áreas protegidas é condicionado ao número de pessoas que as Unidades de Conservação podem suportar. Nesse sentido, de acordo com o ICMBio (2017) é fundamental respeitar o zoneamento da Unidade de Conservação (UC) e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades do TBC e para a definição de normas para a visitação; assim como buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.

Para Dias (2003, p. 83), o estudo de capacidade de carga turística compreende “a análise da quantidade de turistas que um espaço pode suportar sem interferir de maneira significativa no meio físico, no comportamento da comunidade receptora e na experiência do visitante.” Porém, há controvérsias, pois existem dificuldades na elaboração do conceito e operacionalização da capacidade de carga, porque seu ponto pode ser visto de forma diferente e conflitante por diferentes grupos.

Durante o percurso de visitação e avaliação da comunidade, fora organizado um bate-papo construtivo com os demais moradores. A tutora deu início ao ciclo de palestra com a apresentação do grupo PET – Turismo e seus objetivos para com a comunidade. Abordou assuntos como o Ecoturismo de Base comunitária, explanando sobre seu conceito e principais

características e assuntos como Turismo de vivência. Logo após, os petianos deram continuidade abordando assuntos como: Trilhas ecológicas, Pesca esportiva, passeios na natureza, cultivo de ostras e cultivo de peixes em sistemas de Aquaponia.

Por fim, realizou-se uma escuta acerca do conhecimento que eles possuem do plano de desenvolvimento comunitário, porém o mesmo não possui um envolvimento da Associação Comunitária local, o que resulta em uma desorganização na comunidade e, conseqüentemente, propicia uma dificuldade em desenvolver as suas potencialidades.

Sobre potenciais experiências (**Tabela 2**), o uso do turismo de experiência com a prática do TBC se delimita por fatores-chave para o entrelace participativo entre produção econômica e desenvolvimento da atividade turística para a comunidade Canárias.

Tabela 2 - Aspectos que podem despertar o imaginário do turista e levá-lo a viver emoções únicas

Elemento de experiência	Manifestação
Gastronomia	Pescado e frutas tropicais
Paisagem	Fauna, flora e rios
Arte	Artesanato com matéria prima e comemorações festivas local
Costume	Histórias e relatos de vivência
Outros	Andar em barcos pesqueiros, ir para a roça, trilhas ecológicas

Fonte: Adaptado pelo autor (2017)

Vale ressaltar também que, problemas como a falta de fiscalização ao acesso a comunidade e a ausência na sinalização turística (**Figura 7**), acarreta uma ação depredatória tanto por atuações da comunidade local e dos turistas, quanto pelos empresários que estão situados na região

Figura 7 - Única placa de sinalização presente na área



Fonte: PET - Turismo (2017) - atividades em curso.

Figura 8 - Pousada localizada na comunidade Canárias



Fonte: PET Turismo (2017) (2017)

Também ocorrem conflitos entre os atores envolvidos na prática do turismo, ou seja, entre a comunidade local e a iniciativa particular (empresários); tal situação produz uma animosidade perceptível na postura da comunidade em relação à falta de organização das

Algumas dessas atividades são proporcionadas pelos condutores de veículos 4x4, a exemplo dos quadriciclos e pela atuação de algumas pousadas (Figura 8) na entrada da comunidade. Contudo, a falta de coesão por parte da associação dos moradores e pescadores da área demonstra uma desvalorização dos aspectos sociais da comunidade.

A comunidade presente demonstrou interesse na realização de algumas atividades, o que acarretou uma roda de conversa ao término das apresentações. Os diálogos se deram sobre as dificuldades encontradas na comunidade, como a geração de renda. Algumas pessoas falaram como é difícil conseguir um emprego na comunidade e a dificuldade de abrir seu próprio negócio sustentável. Falou-se também sobre a dependência econômica voltada para a pesca extrativista e a diminuição do pescado na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma preliminar pode-se verificar que esse modelo de atividade não é visto como algo diferente da prática comum de turismo exploratório, devido ao perfil do visitante e também do pouco serviço que visa à condução desse modelo dentro de comunidades locais.

De fato, por uma frequente distorção dos princípios que perfazem a prática do ecoturismo, torna-se quase comum a falta

de perspectiva da comunidade em função dos benefícios que esse modelo tem em manter e fortalecer os aspectos sociais, ambientais e econômicos de uma área com atratividades presentes.

Pode-se perceber também que durante a realização do ciclo de palestra a comunidade presente demonstrou interesse na realização de algumas práticas, o que acarretou em uma roda de conversa ao término das apresentações. Os diálogos se deram sobre as dificuldades encontradas na comunidade, como a geração de renda, visto que foram ressaltadas dificuldades na busca de empregos na região ou até mesmo na abertura do próprio negócio de forma sustentável, além da dependência econômica provinda da pesca extrativista que tem sido afetada pela diminuição do pescado no decorrer dos últimos anos na região deltaica.

Os meios de geração de renda sustentável proposto pelo PET podem ser de grande importância para as famílias presentes na comunidade, o que contribuiria para a economia local, a não degradação do meio ambiente e a inclusão social. Também se verificou que para alavancar um destino turístico necessita-se de efetivo empenho do poder público e do setor privado, bem como a necessidade de políticas públicas e leis para orientar e normatizar a atividade do turismo.

É imprescindível que haja a participação do ecoturismo e do turismo de experiências como elementos participativos nas comunidades tradicionais, contudo, é preciso haver um planejamento e gestão atuantes para que as partes envolvidas - natureza e sociedade - tenham seus limites respeitados.

A ênfase na experiência relaciona-se diretamente com a cultura contemporânea e com um novo sujeito, que já não se satisfaz apenas com produtos e serviços de qualidade, mas buscam viver acontecimentos únicos. No caso específico do

Turismo, trata-se de novas demandas de natureza simbólica, muito além dos imperativos das necessidades básicas de repouso e lazer.

É válido salientar que foi percebido a incipiente presença do poder público, principalmente nas áreas de saúde e educação, que juntas são deficitárias para o desenvolvimento local da comunidade.

Portanto, através da análise dos aspectos teóricos, foi possível ampliar os conhecimentos acerca da atividade turística em Unidades de Conservação e analisar, também, a necessidade e a importância de existir um turismo sustentável, uma vez que, a adoção desta concepção traria maiores benefícios a todos os envolvidos, principalmente, ao ambiente natural. Reconhecendo, contudo, os impactos da atividade turística nas diferentes dimensões, seja ambiental, econômica e sócio cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

CABRAL, C.; CYRILLO, M. **O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC)- análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do

MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, v. 27, 2008

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOOGLE. Google Earth. Versão 9. 1.45. 6. 2017. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: 26 out. 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Cortez editora, 1996.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: Um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, UFRJ. Rio de Janeiro. 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes. ICMBio: Brasília, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, B. R. S *et al.* **Identidade local e comunidades tradicionais na APA do Delta do Parnaíba**. IV Seminário de Extensão Universitária e I Mostra de Comunidades, UFPI: 2014

SEBRAE: **Turismo de Experiência**. CCS Editora e Gráfica, Recife – PE, 2015.

SILVA, E. G. A.; *et al.* Mosaicos Geográficos e Ecoturismo de Base Comunitária na APA Delta do Parnaíba. In: SILVA, E. G. A. **(org) Meio Ambiente, Comunidades e Turismo**: experiências e diálogos de saberes. Parnaíba: EDUFPI, 2016. Cap. 1. p. 13-25.

SOARES, T. C. **Características do Turismo de Experiência**: Estudos de caso em Belo Horizonte e Sabará sobre inovação e diversidade na valorização dos clientes. 2009. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do IGC – UFMG para obtenção do título de bacharel em Turismo.

VIEIRA, A. F.; PUTRICK, S. C.; CURY, M. J. F. A geografia, o desenvolvimento regional e o turismo na Ilha das Canárias, estado do Maranhão – MA – Brasil. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, p. 537, 2014.

CAPÍTULO III

A TERRITORIALIZAÇÃO DO TURISMO NA RESEX DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)

Ricardo Rayan Nascimento Rocha

INTRODUÇÃO

O presente capítulo visa a um debate, em termos teóricos e empíricos, acerca de como vem ocorrendo a territorialização do turismo na RESEX Delta do Parnaíba (PI-MA) na perspectiva de relevar outros caminhos investigatórios no âmbito local-regional desse fenômeno natural-turístico tão importante para dinâmica socioespacial do interior dos estados do Maranhão e Piauí.

Assim, compreende-se que o fenômeno turístico é sistematizado sob diversos caminhos teóricos e empíricos a partir de variadas ciências e áreas de produção de conhecimento. Por conta disso, nesse capítulo será discutido o turismo à luz do conhecimento turístico e geográfico, acionando conceitos-chave para a compreensão dessa atividade moderna que vem gerando uma série de desdobramentos econômicos e socioespaciais nas economias mundiais. Assim, cabe-nos, inicialmente, situar o que se concebe como turismo e território, pensando-os conjugados.

TERRITÓRIO E TURISMO

Em sua espacialidade, o turismo “elege para o seu acontecer, porções de espaço cujas vantagens comparativas são maiores frente a outras possibilidades espaciais” (CRUZ, p. 38, 2005) à

medida que redefine os lugares turísticos no processo de turistificação. Nessa perspectiva, pode-se nominalizar essas porções do espaço apropriadas pelo turismo como territórios turísticos. Aqui, situa-se nesse presente capítulo que não se concebe o surgimento de destinos turísticos como espaços turísticos, já que conforme a teoria miltoniana, o espaço é totalidade, embora existam teorizações que apontam a existência desse conceito como alternativa à concepção de região turística (BOULLÓN, 2002) que busca explicar como o turismo delibera, para fins turísticos, porções do espaço urbano e natural. Para melhor compreensão, cabe-nos tecer algumas considerações sobre espaço; território; e territorialização turística.

Nessa concepção, em detrimento do conceito de “região turística” em que o espaço é homogeneizado, ou seja, que absorve as discontinuidades que não são turísticas, defende-se uma maior aplicabilidade do conceito de espaço turístico como categoria de análise, pois “traduz”, empiricamente, o fenômeno turístico. Entretanto, cabe aqui entender qual espaço o turismo ganha materialidade e desenvoltura, uma vez que tal atividade concorre, paralela e concomitantemente, com outras atividades econômicas (comércio, indústria, etc.) na apropriação de porções estratégicas do espaço geográfico. Assim, é necessário apreender o seu substrato, ou seja, a base (não estática) para o seu acontecer, pois ao identificar a conjugação entre o espaço geográfico e o turismo, chega-se às respostas sobre “o que caracteriza, particularmente, a abordagem do fenômeno turístico através da categoria espaço?”. (SANTOS, 1985).

Como falado, existem discussões teóricas que recorrem à acepção de espaço turístico como categoria teórico-metodológica na tentativa de abstrair a performance desse fenômeno no

processo de mercantilização dos lugares e seus variados aspectos. É como se existisse uma área delimitada para o usufruto, estritamente, da atividade turística que não penetra o espaço banal, ou seja, o cotidiano de outras instâncias (social, política, ambiental, cultural...). Contudo, compreendemos o espaço, antes de turístico, como social e, conseqüentemente, geográfico; ou seja, “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985, p. 49).

Continuando, conforme Cruz, “o turismo constitui apenas um dos agentes de produção do espaço e mesmo quando dominante, concorre com outras atividades antrópicas que formam o conjunto de forças responsável pelo direcionamento desse processo” (CRUZ, 1999, p. 263) e essa reflexão por si só revela que não tem como usar o conceito de espaço turístico já que este não é totalidade socioespacial (ainda que haja divergências empíricas já que o turismo, no meio técnico-científico-informacional, vem turistificando lugares remotos, por exemplo).

A dialética entre o fenômeno turístico e o conceito de território remete à noção de que essa atividade econômica, para o seu acontecer, manifesta-se a partir de outras instâncias como a instância socioespacial ao ponto de pensarmos que o turismo se reproduz a partir do consumo do espaço. Para Santos (1985, p. 12), o espaço geográfico é a “instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica, ou seja, isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida [...]”. Assim, reafirma-se que o espaço é totalidade e abarca diversas dimensões (econômica, social, cultura, política, ambiental...).

Portanto, o espaço turístico (apropriadamente concebido como território turístico) nada mais é que uma instância contida

em uma instância macro que é o espaço geográfico: a instância econômica e socioespacial sob a personificação do território turístico. Com isso, o espaço geográfico é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p, 111).

Assim, aplica-se o conceito de território usado (ou uso do território) como uma ferramenta metodológica para a compreensão da dinâmica socioespacial dos territórios turísticos em uma escala global-local. Entende-se que “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social...” e por conta dessa dinâmica, o conceito de território, como nas próprias palavras de Santos, é “impuro e digno de constante revisão”.

Em associação ao turismo que “edifica” seu território no processo de turistificação dos lugares, Cruz (1999, p. 1) aponta que essa atividade econômica passa de uma posição passiva para se tornar um agente condicionador de sua construção e reconstrução do espaço na criação de territórios para o seu acontecer. Nessa perspectiva, os fenômenos que “disputam” suas territorialidades no espaço geográfico devem ser compreendidos através da dialética objeto-ação à luz de sua conexão em uma ordem global ao local. Assim, um determinado fenômeno que produz seu território, embora com suas singularidades, aciona e reproduz uma lógica global.

Refletindo sobre a criação de territórios turísticos, Santos (1996:83 apud CRUZ 1999, p. 13) contextualiza que “a paisagem resulta do arranjo espacial de sistema de objetos (naturais e sociais)”. Sendo assim, a paisagem do turismo não é algo dado como “natural”, senão, resultado de uma racionalidade econômica para um determinado fim, nesse caso, o fazer turístico

onde existe uma premeditação (política, normativa, econômica, empresarial, etc.) na valorização da paisagem para a prática do turismo; sendo que, embora não se desloque no espaço (pensando a fixidez do produto turístico), assume constantemente novos significados (CRUZ, 1999).

O produto turístico é compreendido por sua fixidez espacial, umas das principais características do fenômeno turístico, ou seja, “dessa necessidade de se consumir o produto in situ resulta a necessidade dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas” (CRUZ, 1999, p. 13). Ao passo de “consumir” o espaço, turisticamente, essa prática é “intermediada pelos sistemas de objetos e de ações... no qual, o consumo acontece através de um conjunto de serviços, que dão suporte ao fazer turístico” (CRUZ, 1999, p. 14). O fenômeno turístico aciona uma rede de serviços diretos (bares, restaurantes, meios de hospedagem, agências de viagens...) e indiretos (bancos, farmácias, supermercados...) permeando outros fenômenos como o subemprego; a flexibilidade do trabalho; os baixos salários; personificados pelo discurso do progresso; e desenvolvimento do local que o mesmo vem sendo potencializado.

A prática do turismo atinge àqueles que nem mesmo são compreendidos ou compreendem-se na lógica dessa atividade, devido ao “modo como se dá a apropriação de um dado espaço pelo turismo que depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. (CRUZ, 1999, p. 3). No turismo, a paisagem e as relações sociais envolvidas no destino turistificado são “coisificados” perante à estrutura econômica que os rege. Isso favorece o discurso de ser uma atividade conciliatória entre o homem e o meio devido aos poucos impactos visíveis, ambientalmente. Entretanto, a instância social e econômica

apresenta outras abstrações em que o lugar não é dado como homogêneo e sim, heterogêneo, reafirmando as singularidades de cada destino turístico, criando uma “guerra” dos lugares, ou seja, “uma busca de lugares produtivos” (SANTOS; SILVEIRA, 2014, p. 296), onde as empresas acabam disputando o lugar no processo de turistificação dos destinos.

Assim, a análise do turismo não pode ser alheia a um contexto mais amplo e da totalidade quanto à sua dinâmica socioespacial que permeia o cotidiano do “espaço banal” de quem nem sabe que é “sujeitado” por essa atividade econômica. Com isso, muitas porções do espaço geográfico possuem seus usos ordenados para atender a organicidade do fenômeno turístico, tendo assim, territórios como “meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Como apresentado, a produção e o consumo do espaço acontecem como reflexo da fixidez do produto turístico, ocasionando a relação demanda - oferta que sustenta o mercado turístico no uso do território. Nessa perspectiva, para Santos (2000, p. 12-13), o território é usado enquanto recurso para os agentes econômicos que verticalizam o espaço urbano; e abrigo, através da coexistência dos sujeitos que buscam “se adaptar ao meio geográfico local ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares”.

Para contextualizar e ilustrar o debate conceitual proposto, apresenta-se, a seguir, como vem se dando a territorialização do turismo na RESEX Delta do Parnaíba, apontando a relação do território como recurso e abrigo, este pelas comunidades tradicionais e extrativistas; aquele pelo Estado e empresariado local-regional.

TERRITÓRIO USADO VERSUS TERRITÓRIO NEGADO: O TERRITÓRIO TURÍSTICO DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)

Localizado entre os estados de Piauí e Maranhão, o Delta do Parnaíba caracteriza-se por apresentar extensas planícies flúvio-marinhas cortadas por uma rede de canais, formadores das ilhas do delta. Resultado de processos de acumulação flúvio-marinha e sob influência das características desses ambientes, desenvolvem-se extensas áreas de mangues com uma vegetação altamente especializada, dominada por um clima quente e úmido (ZEE-Baixo Rio Parnaíba, 2002). Por sua dinâmica física e socioespacial, o território do Delta do Parnaíba vem sendo normatizado por unidades de conservação (figura 1) de cunho federal nas categorias de APA e RESEX.

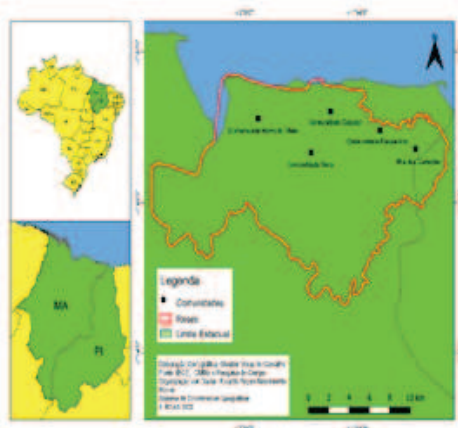
Nesse contexto, uma delas é a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (figura 2), localizada entre o Piauí e o Maranhão, que traz algumas questões e inquietações sobre o uso do território; a prática do fenômeno turístico; a apropriação da paisagem; e o desafio ambiental. Com uma área de 275,6 km, a normatização e gestão do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) vem sendo feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA (ZEE, 2002). Tal Unidade de Conservação - UC engloba 5 (cinco) comunidades/vilarejos: Canárias, Torto, Morro do meio, Caiçara e Passarinho, assim como possui limites municipais com Ilha Grande/PI, Água doce/MA e Araisos/MA.

Figura 1 – UC's do Delta do



Fonte: ROCHA (2018)

Figura 2 – RESEX Delta do



Fonte: ROCHA (2018)

De acordo com Mattos (2003), em meados da década de 1980, sob a influência do mercado nacional e internacional que estava interessado no consumo dos atrativos naturais, o Delta do Parnaíba (PI-MA) passou a ser explorado, turisticamente, através de agências de viagens, comercializando-o por meio do turismo. Nesse contexto, o município de Parnaíba/PI enquanto principal cidade litorânea do Piauí para o acontecer turístico do Delta do Parnaíba (PI-MA), aos poucos, foi centralizando toda uma rede de serviços diretos (meios de hospedagem, aeroporto, rodoviárias, agências de viagens, restaurantes e dentre outros) e indiretos (bancos, farmácias, supermercados, etc.) para a prática do turismo na perspectiva de sua dinâmica e operacionalização.

Com isso, a partir de 2002, o Programa “Melhores Práticas para o Ecoturismo” – MPE/FUNBIO, iniciativa pública do Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, incentivou a criação do Polo de Ecoturismo Delta do Parnaíba apontando a potencialidade turística da região (MATTOS, 2003).

É importante contextualizar que o Delta do Parnaíba (PI-MA) está localizado entre os “Lençóis Maranhenses” e o litoral cearense, sendo uma abrangência territorial que acaba favorecendo a criação de uma demanda potencial de turistas e visitantes. Por conta disso, com o passar dos anos, foi criada a Rota das emoções, roteiro integrado entre os estados de Maranhão, Ceará e Piauí sob o olhar empreendedor do SEBRAE.

Assim, devido à fragilidade ambiental da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), foi elaborado um Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Baixo Parnaíba pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA em busca de um modelo de desenvolvimento sustentável a ser explorado pela iniciativa pública, privada e pelas comunidades nativas. Com esse estudo, o ecoturismo enquanto segmento turístico foi apontado como uma alternativa turística da região vide as singularidades naturais existentes.

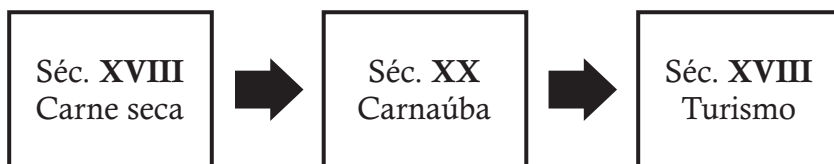
Nessa perspectiva, pode-se temporalizar o uso do território do Delta do Parnaíba por meio das seguintes atividades principais (figura 3), considerando a atuação de outras atividades mesmo com um recorte comercial, apesar da predominância da relação com a subsistência das comunidades locais.

³ O objetivo principal de um programa de Melhores Práticas era compartilhar práticas com chances de sucesso entre os atores da indústria turística: prestadores de serviços e grupos de interesses como as comunidades tradicionais, entre outras. Esse modo de fazer pode atuar como catalisador de mudanças.

⁴ “Esse roteiro integrado é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª edição, implementado pelo SEBRAE e Ministério do Turismo.

⁵ “Um dos objetivos, não menos importante desse projeto-piloto, além de fornecer subsídios à proteção e desenvolvimento da área de estudo, foi testar a parceria entre instituições diversas, que estão constituindo um consórcio público para realizar planejamento integrado dentro do Programa ZEE. Esse Programa é coordenado, em nível nacional, pelo Ministério do Meio Ambiente e o Consórcio ZEE Brasil foi formalmente instituído por Decreto Presidencial em 28 de dezembro de 2001” (ZEE-MMA, 2002).

Figura 3 - Periodização do uso do território do Delta do Parnaíba



Fonte: MATTOS (2008); CNPT (1999 apud ROCHA (2018))

Acerca dos dois municípios relevantes do ponto de vista do setor de serviços em predisposição às comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), de um lado, situa-se o município de Araiões à 462 km da capital, São Luís/MA e do outro, Parnaíba, segunda maior cidade do Piauí (e a maior cidade litorânea). Essa região foi ocupada, inicialmente, por índios e posteriormente, foi transformada em uma área de grande interesse comercial por conta de missões de jesuítas em busca da realização do extrativismo local, resultando na categorização de Parnaíba enquanto vila, em 1893. Devido ao fato de ser uma área de sesmaria, a parte do território piauiense que cabe também ao Delta do Parnaíba virou uma área de “caminhos do gado”, no qual, em meados do séc. XVIII, a economia local girava em torno do comércio da carne seca, fazendo exportação de charque para outros estados brasileiros, além de países europeus como Portugal e Espanha (MATTOS, 2008).

Por conta da intensa atividade comercial, essa área de embarque e desembarque ficou conhecida como Porto das Barcas, símbolo cultural e turístico do município de Parnaíba no contexto atual e que vem sendo ocupada por agências de viagens que comercializam passeios para o Delta do Parnaíba (PI-MA). Se antes, o Porto das Barcas era “palco” do processo de

comercialização de charque; na modernidade, foi transformado em um complexo turístico, transformando-se em um dos principais cartões-postais de litoral piauiense.

Devido ao mercado da carne, esse ciclo econômico foi o caminho de desenvolvimento do município de Parnaíba/PI por conta da intensa ocupação e modernização (inserção da energia elétrica, infraestrutura urbana, etc.), virando um dos principais portos do país (MATTOS, 2008). Entretanto, houve um declínio de tal ciclo dando protagonismo ao comércio da carnaúba, principalmente, em meados do século XX. Conforme Mattos (2008, p. 43), “até o final da década de 60, Parnaíba teve papel de destaque na vida econômica do Estado, em função, basicamente, das atividades de exportação e importação desenvolvidas em torno de seu porto”.

Entretanto, tal ciclo levou à decadência do Porto das Barcas enquanto centro comercial, surgindo como alternativa, a modernização, ou seja, a criação de projetos de desenvolvimento local voltado para a malha rodoviária e centralização urbana de Parnaíba, no contexto do litoral (e do interior).

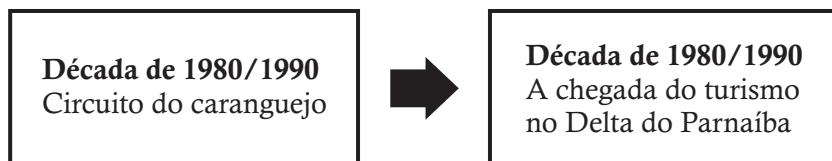
Embora tenham havido ciclos econômicos proeminentes no uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA) e de seus municípios limites, é importante considerar que houve um êxodo da população local para outros estados devido à centralização de renda existente para as poucas famílias de alto poder aquisitivo no contexto local e à desigualdade social-regional.

Apesar disso, é interessante observar que tais ciclos econômicos contribuíram para tornar o Delta e o município de Parnaíba como uma centralidade geopolítica, historicamente e, conseqüentemente, no contexto atual (mesmo que 65% desse território, administrativamente, sejam do Maranhão). Nessa afirmativa, o próximo ciclo que se transformou como sucessor da

economia local, como já apontado, foi à atividade turística conforme estudos realizados pelas Diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba (2002).

Pensando as “novas” dinâmicas econômicas que fazem uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA), outras atividades assumem um protagonismo local, isto é, considerando e “costurando” o “emaranhado” que tal território possui através de seus ciclos econômicos. A cata do caranguejo como forma de subsistência, por exemplo, torna-se um comércio local devido ao crescente fomento do turismo. Podemos dizer que tais atividades (figura 4) se complementam e estão associadas no contexto econômico local do uso do território do Delta do Parnaíba:

Figura 4 – Ciclos econômicos do caranguejo e turismo no Delta do Parnaíba



Fonte: Mattos 2008) apud Rocha (2018)

Por conta da intensa extração de caranguejo no Delta do Parnaíba, o IBAMA apontou essa área como a maior produtora de caranguejo do mundo. Devido a essa especificidade tão preocupante pela fragilidade ambiental, pensando a enorme capacidade de extração natural e devido à capacidade de carga de alto impacto na biodiversidade local, diversos órgãos ambientais assim como entidades e associações deram início à criação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (MATTOS, 2008).

Contextualizando a sua dimensão turística, tal região vem presenciando o processo de turistificação local desde, principalmente, a década de 1990, na qual, passeios turísticos

começaram a ser oferecidos pelas operadoras turísticas da região. Como já apontado, no Porto das Barcas pelas agências de Parnaíba e Porto dos Tatus no município de Ilha Grande.

Turisticamente ou não, voltando um pouco aos ciclos econômicos, existe uma “hegemonia” piauiense no uso desse território que se oficializa, principalmente, na comercialização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), além de liderar o comércio pesqueiro que é realizado no território maranhense (ICMBio, 2009 *apud* MATTOS, 2006). Isso coloca o município de Parnaíba como uma centralidade política e socioeconômica do Delta do Parnaíba (PI-MA), devido a ser o principal centro urbano e do setor de serviços, proeminente, no entorno da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

Em relação à atuação do turismo no Delta do Parnaíba, existem diversas narrativas, hipóteses e reflexões, perpassando por suas instâncias sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Talvez essa seja apenas mais uma entre tantas leituras que já existem, porém, busca-se fugir de algumas certezas e assim, descortinar sua aparência em busca de atingir a essência econômica desse paraíso, aparentemente intocável. Compreende-se, inicialmente, que por ser área/objeto inserido em unidades de conservação – UCs, o turismo em sua dimensão ambiental, através do ecoturismo (turismo sustentável; turismo de base comunitária; etc.) vem sendo proposto como alternativa econômica no contexto local em meio à pesca artesanal e à cata do caranguejo-uçá.

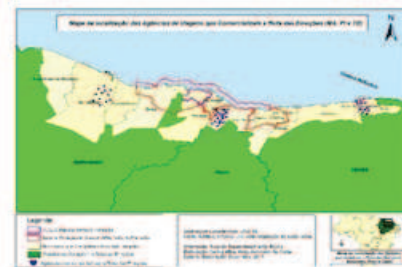
É possível identificar que o território, enquanto recurso e abrigo, assume posições muito bem definidas. De um lado, agentes econômicos personificados pelo Estado e pelas agências de viagens do contexto local e nos limites municipais do Delta do Parnaíba (PI-MA) mercantilizam a sua paisagem, oferecendo roteiros voltados para o segmento do ecoturismo. Isso é reflexo do

discurso do desenvolvimento sustentável enquanto substrato para que essa atividade aconteça em um ambiente frágil como o Delta, principalmente por ser uma atividade associada à ausência de impactos sociais e ambientais. Do outro, comunidades tradicionais que, historicamente, lutam em defesa de seus territórios, coexistindo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) enquanto UC; e que pelejam também por uma relação de sustento, sobrevivência e abrigo. Isso se confirma pelo extrativismo da cata do caranguejo e a pesca artesanal como atividades predominantes desses sujeitos.

Na figura 5, é possível identificar a densidade de agências de viagens que vêm turistificando o Delta do Parnaíba, sobretudo, centralizando esse setor de serviços no âmbito intermunicipal e interestadual. Os municípios de Barreirinhas (MA); Parnaíba (PI) e Jijoca de Jericoacoara (CE) englobam a totalidade de agências de viagens que oferecem roteiros turísticos, tendo o Delta do Parnaíba como um dos principais destinos turísticos.

Tal atuação dos municípios no âmbito regional-local de turistificação do Delta promove o surgimento de uma demanda turística nacional de turistas advindos, principalmente, da região Sudeste e de outros estados do Nordeste, conforme é apresentado na figura 6.

Figura 5 – Agências de viagens da Rota das emoções



Fonte: Rocha (2018)

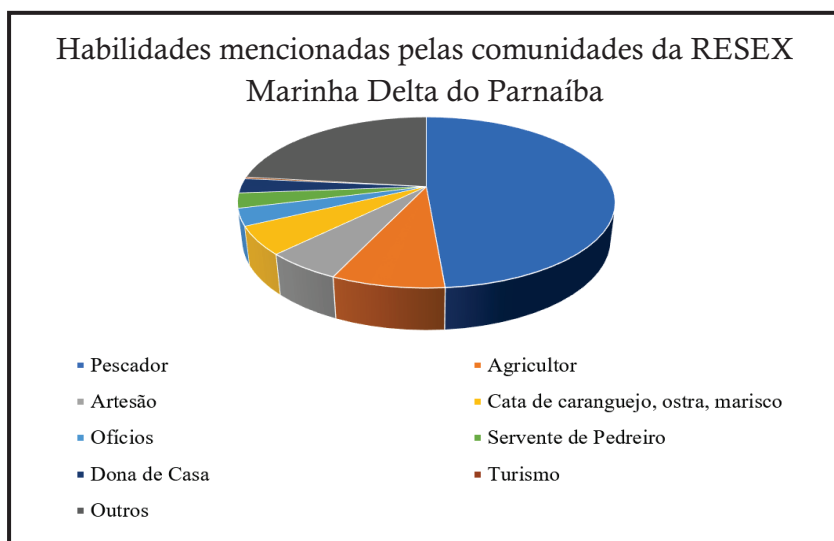
Figura 6 – Fluxo turístico nacional da Rota das emoções



Fonte: Rocha (2018)

É importante demonstrar que, a partir de tais informações, a territorialização do turismo no Delta do Parnaíba vem sendo feita principalmente a partir de atores externos aos agentes que compõem a dinâmica socioespacial local desse fenômeno conforme veremos a seguir. Dentre as atividades realizadas pelas comunidades da RESEX Delta do Parnaíba, a pesca e a cata de caranguejo são as principais praticadas pelos autóctones locais conforme a figura 7:

Figura 7 - Habilidades mencionadas pelas comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba



Fonte: ICMBio (2005) apud ROCHA (2018).

Observa-se que não são usos paralelos, senão, concomitantes do território. Entretanto, embora tais usos sejam sobrepostos, os recursos adquiridos são direcionados de forma diferenciada, ou seja, por meio de lógicas específicas, pois como Santos afirma, “a organização espacial tende a contribuir para que aumente a pobreza” (2014, p. 114). Nesse contexto, o turismo pouco se relaciona com as comunidades, senão, apenas na perspectiva de

negação de seus territórios para que o território turístico prevaleça. Assim, tais comunidades coexistem por meio da necessidade de sobreviver através de seus usos do território e, aqui, o território se acentua na perspectiva do uso enquanto abrigo. Destarte, essa atividade acontece perante a normatização do território pelo Estado, de duas formas: primeiro, pelo recorte espacial dado às unidades de conservação que têm a perspectiva do “turismo ecológico” associado à prática extrativista como um caminho prioritário na conservação dos recursos naturais locais; e segundo, pelo fomento do turismo vide a criação da Rota das emoções entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, consórcio turístico protagonizado pela iniciativa privada dos três estados citados.

Fonte: Rocha (2018)

É importante observar que o Estado é conivente para a sustentação de uma racionalidade econômica do turismo que é exercido no Delta do Parnaíba ao mesmo tempo em que apoia uma contrarracionalidade por meio da oficialização da unidade de conservação, por exemplo, como uma RESEX, UC genuinamente brasileira e resultado da luta dos povos tradicionais em defesa dos territórios pesqueiros, extrativistas, indígenas, quilombolas, dentre outros.

Nessa perspectiva, identifica-se que o Delta do Parnaíba (PI-MA) é abrigo para as comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), ou seja, é usado pensando as suas sobrevivências e coexistências. Entretanto, defendemos a afirmativa de que a associação entre essas comunidades tradicionais e a atividade turística é praticamente nula, senão, indireta no processo de invisibilização do uso enquanto abrigo, senão, pela exclusão dos seus modos de vida no processo de turistificação local.

Assim, o turismo não está à disposição, pensando a sua operacionalização e gestão, das comunidades tradicionais do Delta do Parnaíba (PI-MA). Como falado, tal relação vem acontecendo em caráter superficial na comunidade Canárias e Morro do meio, através de algumas estruturas de meios de hospedagens e restaurantes, porém, não é uma atividade proeminente na geração de renda dos moradores. Quanto às comunidades Passarinho, Caiçara e Torto, estas possuem a pesca e a cata do caranguejo como atividades expressivas.

Nessa perspectiva, a reflexão em torno do uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA) pelo fenômeno turístico não tem como fugir, senão, da crítica de como essa atividade transforma em recurso, o abrigo de diversas comunidades tradicionais no processo de uso e negação de seus territórios. Essa crítica, em sua

dimensão científica, é necessária na perspectiva de sustentar outras possibilidades que poderiam ser enfrentadas para a melhoria do turismo com foco nos sujeitos invisibilizados no contexto local. Com isso, acredita-se na hipótese de que o turismo, para produzir seus territórios, inviabiliza outros usos do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de considerações finais do presente capítulo, salienta-se a constante necessidade de revisar os pressupostos teóricos que embasam a dinâmica socioespacial do turismo, considerando a singularidade de cada lugar que venha a ser turistificado. Com isso, o debate entre o turismo e o território possibilita construir categorias de análise que permita uma maior apreensão da realidade turística dos destinos, potencializando o surgimento de uma demanda turística e criando territórios turísticos.

As intencionalidades no uso do território pelo fenômeno turístico e associado às unidades de conservação enquanto territórios normatizados pelo Estado devido à sua dimensão socioambiental, ganham novos desdobramentos ao passo que o mundo se globaliza cada vez mais. É perceptível que coexiste a problemática do território turístico sobreposto a outros usos e como essa atividade “nega” partes do território, personificado por outros usos. Assim, a territorialização do turismo na RESEX Delta do Parnaíba vem sendo realizada mediante o uso e a negação de territórios que não agem na mesma dinâmica que os territórios turísticos constituídos.

A solução possível para tal dilema em torno de como o turismo poderia vir a ser uma atividade econômica para as comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)

seria o investimento em projetos socioambientais que favoreçam um protagonismo dessas comunidades. Isto é, por meio da atuação do poder público local e em parcerias com a iniciativa privada. A articulação entre os entes envolvidos, mas principalmente, a partir do protagonismo dos sujeitos que são invisibilizados pela atividade turística, é primordial pensando a materialização de outros territórios turísticos.

Com isso, é importante acionar questionamentos sobre quais são as motivações do “abismo” existente entre as comunidades locais e a operacionalização e gestão da atividade turística no contexto local. Um deles é a falta de representação das comunidades nos espaços de discussão sobre turismo entre o ICMBio e a trade turístico local e, embora aconteça pontualmente, não produz impactos estruturantes para a tomada de consciência dos autóctones quanto à prática do turismo.

Isso se explica uma vez que as comunidades não são “capacitadas” para atuarem no turismo, seja do ponto de vista da formação por meio de cursos técnicos, seja pela ausência de investimento em estruturas turísticas dentro das unidades de conservação do Delta do Parnaíba (diga-se de passagem, que respeite às limitações socioambientais que existem).

Atualmente, algumas iniciativas por parte da própria comunidade local vêm propondo atividades como passeios turísticos e hospedagens familiares associados ao segmento de turismo de base comunitária – TBC. Considera-se que o Programa de Educação Tutorial – PET Turismo teve participação nesse processo de pensar outras práticas do turismo em nível local, através da realização de incursões nas comunidades para o levantamento de atrativos turísticos assim como o oferecimento de cursos e intercâmbios, possibilitando aos autóctones, contato com outras comunidades que realizam o TBC.

Portanto, tais reflexões apresentadas buscam contribuir para uma “oxigenação” das discussões científicas sobre Turismo no Delta do Parnaíba (PI-MA) e por conta de diversas limitações, é importante considerar a necessidade de aprofundar a pesquisa realizada que, como falado anteriormente, é apenas mais uma trama que busca desenvolver outra tradução geográfica e turística da territorialidade local e regional. Com isso, é necessário que fuçamos de uma conclusão imediatista do Delta do Parnaíba (PI-MA), e o enxerguemos como uma oportunidade para pensar a nós mesmos enquanto “arquitetos do nosso próprio destino e de nossa própria sorte” (HARVEY, 2012, p.263).

REFERÊNCIAS

CRUZ, R.A. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. EDUSC, 2002.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

CRUZ, R. A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália I.G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 5ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MATTOS, F. F. **Reservas morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba**. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Rio Parnaíba: Relatório Final**. Secretaria de políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Consórcio ZEE Brasil, Brasília, 92. p. 2002.

ROCHA, R. R. N. **Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)**. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN, 2018.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996

SANTOS, M. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio De Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, M. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Território, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

CAPÍTULO IV

COMUNIDADES AUTÓCTONES E A TOLERÂNCIA COMO MEIO DE GARANTIA PARA SUA SOBREVIVÊNCIA

Joaís Lima da Cruz

INTRODUÇÃO

O mundo sofreu diversas mudanças em sua organização política e econômica ao longo do tempo. Muitos povos ou países não conseguem acompanhar o ritmo veloz do atual sistema econômico, o capitalismo. As comunidades autóctones, talvez sejam, as que mais sofrem com essas transformações e por terem uma cultura tão particular e resistente às transformações da modernidade, vivem sem agredir, de forma massiva, os recursos naturais, principal fator para produção e expansão do capital.

As comunidades autóctones são agrupamentos de indivíduos que se reconhecem como parte de um grupo, de um território e que preservam sua cultura. Podem ser definidas como um coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória: a turística e a laboral, influenciando sobre ambas e sendo afetado por elas. Ou seja, são consideradas como elementos integrados na beneficiação ou não da gestão do turismo, onde a comunidade pode adaptar-se ou então rejeitar a repercussão do resultado da atividade desenvolvida. (BENI, 2001; CABRAL e CYRILLO, 2008).

Através dessa socialização entre comunidade e atividade turística, tem-se o confronto de diferentes realidades, entre o

núcleo receptor e o visitante. Fato que evidencia a pluralidade em níveis econômicos, sociais, culturais e políticos de uma sociedade. Para Pinto Junior (2011), o pluralismo é um direito à diferença e este se trata de um direito fundamental intrínseco ao conceito de dignidade humana, ao respeito e à tolerância de, em hipótese alguma, ser discriminado pelo fato de ser diferente ou adotar uma filosofia de vida, reverenciando-se a peculiaridade de cada indivíduo.

As relações sociais, sejam cotidianas ou esporádicas, necessitam de tolerância para aceitar, de uma melhor forma, as diferenças culturais. A tolerância é um termo que possui uma ambivalência no debate político, no qual “sempre se tenta modelar a própria posição como tolerante e a dos outros como intolerante, estando além dos limites adequados da tolerância.” (FORST, 2009, p. 16). Na política, a tolerância pode ser utilizada como um mecanismo de poder que concilia o reconhecimento e a dominação: ao passo que se estabelecem leis para defender os direitos de uma minoria, pode-se também estar criando um discurso que a leve à “servidão voluntária”, por exemplo.

Nessa linha de pensamento, a tolerância adquire duas concepções: (1) a permissiva – a tolerância é uma relação entre uma autoridade ou uma maioria e uma minoria dissidente, “diferente” e (2) a concepção como respeito — as partes tolerantes reconhecem uma a outra em um sentido recíproco, o respeito pelo outro como titular de um direito à justificação. A pesquisa, então, parte dos seguintes questionamentos: Como as comunidades autóctones mantêm o seu reconhecimento em um mundo globalizado, que padroniza o que é ou não civilizado? Em um sistema econômico que explora seus recursos? Em uma democracia liberal que prega o individualismo ao tempo que seu

modelo representativo privilegia suas elites ou a vontade de uma maioria?

Esse capítulo apresenta uma reflexão na tentativa de conciliar essa realidade econômica-política com a preservação da identidade dessas comunidades através da tolerância. A tolerância, aqui discutida, é ambivalente e pode legitimar uma forma de dominação ou fortalecer o discurso da diversidade (das comunidades autóctones, por exemplo), um reconhecimento da existência da minoria pela maioria ou pode partir de um reconhecimento de identidade prévio que pode gerar luta pelo direito moral fundamental à justificação e assim sustentar a existência desses grupos e de sua cultura.

O estudo está dividido em quatro partes. A primeira descreve o que são as comunidades autóctones, discute como o modelo capitalista, através da atividade turística e da iniciativa privada, intervém com a ideia de desenvolvimento econômico e negligencia o fator cultural, ameaçando a sobrevivência desses grupos e de suas identidades; na segunda parte, são abordadas algumas concepções do termo tolerância e em seguida, esse conceito na perspectiva do teórico Rainer Forst. Por último, nas considerações finais, tem-se o debate e algumas reflexões de como a tolerância está atrelada a concepção de poder, seja das autoridades ou do povo tradicional.

⁶ Discurso sobre a Servidão Voluntária (1549) - Étienne de La Boétie (1530-1563).

COMUNIDADES AUTÓCTONES: PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Uma comunidade autóctone pode ser definida como um coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória: a turística e a laboral, influenciando sobre ambas e sendo afetado por elas (BENI, 2001). O reconhecimento desses indivíduos, como tal, não é apenas por serem eles e os seus modos de vida “diferenciados do ponto de vista cultural”, mas, também, por terem no correr dos tempos, criado, vivido e transformado padrões de cultura e modo de vida em que a luta, o sofrimento, a ameaça e a resistência estão no cerne da memória (BRANDÃO e BORGES, 2014). Ou seja, as comunidades autóctones são agrupamentos de indivíduos que se reconhecem, por suas histórias de lutas para sobrevivência e preservação de suas tradições, como parte de um grupo, de um território e de uma cultura.

Para Brandão e Borges (2014), essa relação pode se dar de forma distinta:

são conhecidos casos de comunidades quilombolas cuja ancestral origem é atribuída a um gesto pacífico: a doação das terras a uma ou a algumas famílias de ex-escravos. Em outros casos o quilombo origina-se de um ato de resistência: a fuga de escravos ou o abandono ostensivo de uma fazenda e a criação de um lugar de refúgio e luta. Em algumas situações depois de um tempo de paz devida ao próprio isolamento da comunidade original e de seus herdeiros, “vieram tempos em que chegaram eles”, sujeitos de fazendas, empresas e negócios, que instauraram um tempo anterior e/ou presente de ameaças, expropriações, cercamentos e conflitos. (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 12).

A população autóctone viveu e vive experiências cercadas de ameaças pela dominação dos territórios que ocupam. As ameaças de expropriação ou de transformações rápidas e de efeito direto sob o modo de vida tradicional, provindas de frentes pioneiras, através das diferentes modalidades da expansão do capital. A expropriação ocorre, geralmente, pela expulsão de toda uma comunidade de sua “terra” ou pela redução progressiva do território original até limites não raro exíguos o bastante para não suportarem mais a demografia original de uma comunidade tradicional. (Idem).

Para o autor Perrot (2008), essa dominação em favorecimento do capital vai além dos recursos naturais:

O sistema econômico internacional, os grandes projetos de desenvolvimento e, de maneira mais dissimulada, um grande número de pequenos projetos, expropriam os povos autóctones não só de suas terras ou do subsolo, mas, ainda, de suas relações com a natureza, o cosmos, os ancestrais e os deuses. Essa destituição também diz respeito às relações sociais, ao saber indígena, aos laços específicos que dão vida ao tempo e ao espaço. (PERROT, 2008, p. 222).

Os índios, os quilombolas, os camponeses e as demais comunidades tradicionais vivem, resistindo, sob o peso de contínuas ameaças. E é sobre uma história vivida e pensada, sobre a afirmação de que “a gente já estava aqui quando eles chegaram, mesmo que eles não tenham visto a gente” (ou até por isto mesmo) que o povo tradicional reconstrói tanto a sua identidade quanto o fundamento dos seus direitos a permanecerem no local de origem e a se reproduzirem de modo a manter sua cultura viva. Portanto,

não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que é moderno, aos efeitos da globalização. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem “chega de fora”, fator exógeno. (BRANDÃO e BORGES, 2014).

Nesse contexto, o turismo apresenta-se como uma atividade importante não só no aspecto econômico, mas no social e cultural que o abriga. É um fenômeno de aproximação ou do afastamento das pessoas através do contato que promove entre as diferentes culturas, uma vez que coloca ao mesmo tempo em um espaço temporariamente compartilhado a pluralidade cultural nas sociedades. (PIRES, 2004).

No livro *“Antropologia: o homem e a cultura”*, Ullmann (1991) distingue os termos sociedade e cultura e exemplifica a relação entre elas:

Sociedade quer dizer uma união moral de homens, que têm em mente certos objetivos comuns. Podemos acrescentar estarem localizados em limites geográficos bem definidos. Cultura é o modo de vida desta mesma sociedade. Ou mais claramente: cultura é um termo que dá realce aos costumes de um povo, ao passo que o termo sociedade acentua o povo que põe em prática os costumes. Conquanto, pois, haja distinção, existe profunda e íntima correlação entre cultura e sociedade. São dois aspectos complementares, porquanto, sem viver em sociedade, o homem não pode criar cultura e sem cultura ou, como dizem os antropólogos de língua inglesa, sem a way of life o homem não pode viver em grupo ou em sociedade. (ULLMANN, 1991, p. 83).

Na comunidade autóctone ocorre o processo cultural denominado endoculturação ou enculturação - aquele por meio do qual os indivíduos aprendem o modo de vida da sociedade na qual nascem, adquirem e internalizam um sistema de valores, normas, símbolos, crenças e conhecimentos. São, por assim dizer, condicionados a um padrão cultural. A endoculturação significa interiorização, assimilação, apropriação, absorção, aprendizagem. É um processo social que se inicia na infância mediado pela família, pelos amigos, posteriormente, a partir da escola, da religião, do clube, do trabalho, do partido político e de tantos outros grupos sociais. (ASSIS e NEPOMUCENO, 2008).

Para os autores, supracitados, a endoculturação acontece de forma sistemática, quando se dá através de mecanismos e instituições que se utilizam de metodologias formais para a transmissão do conhecimento e de forma assistemática, quando os indivíduos adquirem o conhecimento a partir da experiência do cotidiano, sem que haja uma demarcação formal dos ensinamentos.

O desenvolvimento econômico das sociedades, tanto a nível nacional como de uma comunidade, deve, sobretudo, ser planejado, tendo em vista as potencialidades locais apresentadas, respeitando a cultura, buscando o crescimento econômico e a redução da desigualdade social por meio da oferta de especializações (capacitações) e empregos para a população local.

Schumpeter (1892) esclarece o conceito de desenvolvimento que é caracterizado por mudanças ocorridas na vida econômica que não são impostas de fora, mas que surgem de dentro e a economia sem desenvolvimento é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta. De acordo com Sachs (2008), desenvolvimento é um processo complexo representado pela adoção dos adjetivos econômico, social, político, cultural e

sustentável, estando cercado, portanto, por novas problemáticas. No entanto, ele relaciona ainda dois problemas a serem enfrentados sendo eles: o desemprego e a desigualdade crescente.

O autor Ullmann (1991) destaca que dentro da engrenagem social, cada traço cultural desempenha:

[...] uma função, assim como numa máquina de diversas rodas, umas maiores outras menores, mas todas, trabalhando, fazem com que o conjunto funcione. Uma roda interfere na outra. Da mesma maneira, no mecanismo social, quando um traço cultural merece mais preocupação, os outros irão sofrer influência também. Mas não necessitam desenvolver-se tanto como os demais. Exemplifiquemo-lo com a economia de subsistência, como a temos na caça. Povos primitivos irão desenvolver ritos religiosos, para garantir que a caça seja sempre abundante. Daí se vê que a necessidade de sobrevivência e a religião andarão de mãos dadas, mas em grau e proporção diferente. A religião, por sua vez, demanda organização social, requer leis, etc. Em suma, o conjunto funciona como um todo, composto de segmentos maiores e de segmentos menores. Mas é um todo inseparável. (ULLMANN, 1991, p. 98).

As atividades turísticas, para Bursztyn, Bartholo e Sansolo. (2009), como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a

uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Pires (2004) relata que o turismo causa impactos sobre o núcleo receptor:

Principalmente a respeito do seu caráter negativo para as comunidades locais, na manifestação de suas tradições culturais, no efeito sobre os seus valores e comportamentos sociais; e, portanto, no reflexo sobre a identidade das comunidades autóctones impactadas pela atividade. Em contra ponto, também emerge o discurso de que o Turismo pode contribuir, consideravelmente, para a valorização social das comunidades e de seus hábitos culturais, trazendo para o autóctone também efeitos e impactos positivos. Especialmente no que concerne à sua capacidade de sustentação de uma comunidade turística, mantendo em seus ofícios tradicionais a população dessas regiões. (PIRES, 2004, p.15).

O contato entre autóctone e visitante em condições opostas, impostas pela globalização da economia, cada vez mais acentuada pelo o universo do desenvolvido e do subdesenvolvido, do central e do periférico; afirmando a cultura da globalização ou globalizada (do visitante) que se dá pela não aceitação da cultura local (do visitado). Acentuando-se, desse modo, as desigualdades não só econômicas, mas socioculturais existentes entre regiões distintas do planeta, representadas pela relação turistas e comunidade receptora (PIRES, 2004).

Uma reação do autóctone é ensaiada. E, essa, pode se expressar de duas formas: como rejeição do visitante por parte do autóctone e, conseqüentemente uma rejeição da atividade turística na localidade, ou por uma adoção do autóctone dos padrões comportamentais do visitante em decorrência de uma negação da sua identidade (Idem). Essas reações se devem, em grande parte, ao processo chamado de aculturação que ocorre quando duas (ou mais) culturas, geralmente uma delas sendo doadora e a outra, receptora, num contato sofrem influxo recíproco. Em termos mais simples, dir-se-ia que a aculturação consiste na adaptação de uma cultura à outra, num ou vários traços (ULLMANN, 1991).

Apesar dos decênios pelo desenvolvimento sucessivamente anunciados pelas Nações Unidas e da elaboração de um quarto decênio em vista dos anos 90, Perrot (2008) aponta que somos forçados a reconhecer a falha global do empreendimento, mesmo que o tenhamos julgado pela medida das intenções e promessas expressas. Em contrapartida, se invertermos a perspectiva e avaliarmos o desenvolvimento de acordo com os efeitos de suas práticas, podemos concluir que ele teve sucesso, na medida em que foi eficaz em seu papel transformador dos recursos naturais e das relações sociais em bens de mercado e em capital financeiro, e que resultou efetivamente na expropriação dos mais pobres em benefício dos mais ricos.

A TOLERÂNCIA: ALGUMAS CONCEPÇÕES

O conceito de tolerância exerce no discurso político contemporâneo um papel central e multifacetado. Questiona-se, por exemplo, se as atitudes das instituições democráticas em relação à proibição (ou incentivos) de determinadas práticas

religiosas são intolerantes com as minorias ou as minorias que seriam intolerantes por pregarem, demasiadamente, suas práticas e simbolismo.

Esse tipo de questionamento é fortemente discutido a partir da mudança de pensamento que se tem sobre tolerância nos princípios da idade moderna. No século XVI, a entonação que esse conceito adquiria era de uma carga negativa, pois o Estado e a igreja católica funcionavam como se fossem uma única entidade (“*cujus regio, hujus religio*”; “*um roi, une foi, une loi*”), portanto, apenas uma religião é dita como a verdadeira e as demais precisavam ser repreendidas, “tolerar então era sofrer, suportar pacientemente um mal necessário, como se se tratasse de uma doença ou infecção” (ALMEIDA, 2010, p. 121).

De acordo com Almeida (2010), a intolerância era a regra e a tolerância exceção:

Quem era “tolerante” poderia ser acusado de indiferença religiosa, ou mesmo de mentalidade irreligiosa, quando não de subversão. Por outro lado, a intolerância designava uma virtude, uma espécie de integridade moral ou firmeza para com os preceitos morais, algo próximo da austeridade hoje. (ALMEIDA, 2010, p. 32).

Voltaire (2008) descreve, na obra *Tratado sobre Tolerância*, inúmeras barbaridades cometidas em nome da religião e conclui que: “O direito da intolerância é, portanto, absurdo e bárbaro; é o direito dos tigres, sendo bem mais horrível também, porque os tigres dilaceram suas presas para comer, enquanto nós nos exterminamos por causa de alguns parágrafos.” (VOLTAIRE, 2008, p. 36).

A passagem do termo tolerância, de vício para virtude, se deve aos filósofos John Locke e Pierre Bayle. O surgimento de um

governo representativo (uma autoridade comum guiando a população e assegurando os seus bens civis - a vida, a propriedade privada e a liberdade dos cidadãos) abre espaço para o conflito, o debate de ideias, e assim, favorece a existência do pluralismo. Desse debate, surgem diversas questões que se originam em diferentes grupos de uma comunidade. A contribuição de Locke, a respeito da tolerância, vai além de postular o liberalismo e tornar o indivíduo e suas diferenças algo positivo no campo político. O autor escreveu uma *Carta sobre a Tolerância*, ao qual relata a necessidade de separação entre Igreja e Estado, uma separação radical entre a política (ao encargo do rei) e a religião (sob auspício do sacerdote).

Na carta, escreve que:

(...) ninguém pode impor-se a si mesmo ou aos outros, quer como obediente súdito de seu príncipe, quer como sincero venerador de Deus: considero isso necessário sobretudo pra distinguir entre as funções do governo civil e da religião, e para demarcar as verdadeiras fronteiras entre a Igreja e a comunidade. (LOCKE, 2019, p. 11).

Assim, o dever do Estado estaria relacionado a determinar, imparcialmente, leis uniformes, preservar e assegurar a todos, de forma geral e particular, a posse justa dos bens civis. Portanto, não deve prescrever artigos de fé, ou doutrinas, ou formas de cultuar Deus, pela lei civil. Traça-se esta fronteira e sugere-se que o magistrado tolere as igrejas, visto que elas são sociedades religiosas no qual os indivíduos se apoiam, voluntariamente. Neste contexto, a tolerância deve ser algo intrínseco às igrejas: “A tolerância para os defensores de opiniões opostas acerca de temas religiosos está tão de acordo com o Evangelho e com a razão que parece monstruoso que os homens sejam cegos diante de uma luz tão clara.” (Locke, 2019, p. 11).

Essa concepção de Locke é fundamental para garantir a liberdade religiosa, no entanto, é respaldada no próprio fundamento religioso uma vez que busca a sua justificação nos evangelhos bíblicos. Já Pierre Bayle propôs que a tolerância recíproca entre as pessoas com diferentes concepções de fé religiosas somente seria possível quando estivesse disponível um fundamento moral do respeito que fosse independente e compartilhado universalmente entre os seres humanos, e que excluísse a coerção religiosa.

Bayle apud Forst (2018), argumenta que de um ponto de vista normativo, cada pessoa está moralmente obrigada a justificar de modo recíproco todo exercício da coerção – um dever que seria reconhecido pela “razão natural”. Em uma disputa sobre as normas e regras que devem regular a vida comum, é “pueril” e “risível” pressupor justamente aquilo que está em disputa, ou seja, a verdade de uma Igreja em oposição à de outras.

Passando desse contexto estabelecido durante a modernidade para a sociedade contemporânea, nos deparamos com a discussão da tolerância não somente envolta de questões religiosas, mas partidárias, ideológicas, culturais etc. que exigem um posicionamento dos governantes e o estabelecendo de normas dentro da sociedade para garantir o respeito as diferenças individuais ou de minorias perante grupos dominantes.

O autor Caro (2014) aponta que, existem diversos conflitos políticos com distintas naturezas (religiosa, econômica, reparação história, etc.) e que o Estado tem três opções para solucioná-los: (1) se manter imparcial; (2) defender um dos lados e (3) “arbitrar” para que se chegue a um consenso. Em seu estudo defende *“la posibilidad de la tolerancia estatal en su función arbitral. (...) el Estado puede arbitrar de manera tolerante los conflictos de tolerancia.”* (CARO, 2014, p. 153).

TOLERÂNCIA COMO CONCEITO POLÍTICO EM RAINER FORST

A tolerância gera um debate político, no qual “sempre se tenta modelar a própria posição como tolerante e a dos outros como intolerante, estando além dos limites adequados da tolerância.” (FORST, 2009, p. 16). A partir de seus estudos, o teórico Forst alerta para a importância de sempre questionar o discurso sobre tolerância ou intolerância/intolerável: é contra quem? Com base em quais razões e motivações? O que está em jogo?

Para o autor, supracitado, o termo intolerância diverge em termos normativos em duas concepções:

(...) a intolerância dos que se colocam além dos limites da tolerância, porque recusam a tolerância como norma em princípio, e a intolerância dos que não querem tolerar a recusa dessa norma. Chamar ambos os pontos de vista igualmente de “intolerantes” pressupõe que não haja um modo não-arbitrário, imparcial de demarcar os limites da tolerância à luz de considerações normativas de ordem superior. Contudo, para que o conceito de tolerância seja salvo desse paradoxo destrutivo, deve existir tal possibilidade; só assim pode a crítica a uma (possível) ação contra a “intolerância” ser ela mesma mais do que apenas outra forma de “intolerância”. (FORST, 2009, p. 18).

Ao abordar a tolerância em seus estudos, Rainer Forst (2018) descreve que:

Seu significado central pode ser explicado pelos três componentes: *objeção, aceitação e rejeição*. Em primeiro lugar, uma crença ou prática deve ser avaliada como falsa ou ruim para ser considerada um objeto da tolerância. Em segundo lugar, à parte dessas razões de objeção, devem existir outras razões que expliquem por que, apesar disso, seria errado não tolerar aquelas crenças ou práticas falsas ou ruins – são as chamadas razões de aceitação. Esse tipo de razão não elimina as razões de objeção; (...) Em terceiro lugar, devem existir razões de rejeição que definam os limites de tolerância. (FORST, 2018, p. 207).

Em sua obra *Justificação e Crítica* (2018), ressalta que a tolerância precisa de recursos normativos independentes para adquirir certos conteúdos e substância, e para ser de fato algo bom. No contexto político, a tolerância é ambivalente, pois adquire duas concepções: “a permissiva, a tolerância é uma relação entre uma autoridade ou uma maioria e uma minoria dissidente, “diferente”.

Portanto:

Tolerância significa aqui que a autoridade ou maioria que detém o poder de dificultar as práticas de uma minoria não obstante a “tolera”, ao passo que a minoria aceita sua posição de dependência. A situação ou os “termos de tolerância” são não-recíprocos: um grupo permite ao outro certas coisas sob as condições que ele especifica de acordo com suas próprias crenças e interesses. Ele define sozinho os “limites do tolerável” (FORST, 2009, p. 20).

Exemplifica que na França do século XVI:

A minoria calvinista era reconhecida e protegida pela lei, mas, ao mesmo tempo, a lei definiu sua posição como a de “meros” tolerados que dependiam da boa vontade da autoridade e que, na vida cotidiana, sempre ocupavam um lugar secundário, depois dos católicos. (FORST, 2009, p. 20).

Nesse conceito, tem-se a tolerância como ofensa ou ato de tirania. Ao passo que se vislumbram melhorias e reconhecimento de determinada minoria, é delimitado seu espaço de atuação (secundário), mantidos como súditos protegidos. Essa forma permissiva é caracterizada pelos paradoxos “liberdade e dominação”, “exclusão e inclusão”, “reconhecimento e desrespeito”. No sistema democrático, muitas práticas contemporâneas de tolerância permanecem sobrevivendo numa concepção permissiva.

(2) A concepção como respeito — é aquela na qual as partes tolerantes reconhecem uma à outra em um sentido recíproco. O respeito pelo outro como titular de um direito à justificação.

Para Forst;

A partir dessa perspectiva, a tolerância não é meramente uma “exceção concedida” aos súditos “não normais”, mas sim uma regra universal acerca da forma e do modo dos cidadãos de lidar uns com os outros no interior dos limites estabelecidos pelo direito natural. (...) os cidadãos democráticos se reconhecem reciprocamente em uma igualdade jurídica e política, mesmo quando, em grande medida, se diferenciam uns dos outros em virtude de suas visões éticas e religiosas sobre a forma de vida boa e verdadeira. Nesse sentido, a tolerância segue uma lógica da emancipação em vez de uma lógica da dominação. (FORST, 2018, p. 218-219).

A diferença entre as duas concepções reside:

(..) no fato de que, no caso da primeira, todos os três componentes são definidos a partir das convicções éticas da maioria dominante ou de uma autoridade, ao passo que, para a concepção baseada no respeito, a situação se apresenta de outra maneira: a *objeção* pode estar baseada nas respectivas visões éticas (ou religiosas) particulares. A *aceitação*, por sua vez, deveria estar baseada em uma deliberação moral para saber se as razões para a objeção são boas o suficiente para valerem como razões para rejeitar, isto é, se podem ser justificadas de modo recíproco e universal. (FORST, 2018, 230).

A partir desse ponto, destaca-se que o juízo ético não deve ser o ponto de partida para a tolerância e sim um juízo moral, onde a reciprocidade seja a base dos princípios e considerações justificáveis das relações entre os diferentes grupos ou práticas encontradas em uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização não conseguiu efetivamente se desenvolver como uma unidade social e sustentável na qual se beneficiam todos os países. O que ocorre é o aumento de desigualdades ocasionadas por uma maior disseminação de um capitalismo cada vez mais concentrado e centralizado. Nesse processo, o homem perde parte de sua identidade ao se desconectar com a natureza e se aliar a um capital que cresce em virtude do uso desordenado dos recursos naturais.

Dentro desse contexto, o turismo é utilizado de forma massiva, pois é visto como uma atividade econômica de grande potencial. Transformam-se espaços naturais e culturais em grandes atrativos como hotéis, resorts, parques etc. sem nenhuma conscientização ambiental. Contudo, é necessário perceber que o consumidor, no caso o turista, tem um certo poder sobre os rumos do mercado desse segmento. Pode-se, por exemplo, vislumbrar uma certa mudança de mentalidade na qual o leva a novos lugares que respeite o meio social, cultural e ambiental.

Diante da literatura exposta, constata-se que a relação entre visitante e visitado se dá de duas formas: aceitação ou rejeição de hábitos, culturas, modo de vida etc. um do outro. As razões para aceitar ou rejeitar envolvem, em certo nível, a tolerância na concepção do respeito, pois a base para delimitar o que pode ou não adentrar a cultura do povo autóctone precisa ser submetida a um nível moral, e não somente ético.

Dessa relação, os princípios de uma vida social e, por conseguinte, individual devem estar de acordo com normas justificáveis que os cidadãos não possam recíproca e genericamente rejeitar; visto que, “sem tolerância não pode haver paz e sem paz não pode haver nem desenvolvimento nem democracia” (UNESCO, 1995). A Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, de 16 de novembro de 1995, estabelece no seu artigo 1º, item 1.3: “A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.” (UNESCO, 1995, p. 11-12).

O teórico Forst elucida que no princípio da reciprocidade, nenhum dos lados pode reivindicar determinados direitos ou recursos que negaria aos demais e que nenhum dos lados deve projetar suas próprias razões sobre os outros para defender suas demandas. A universalidade significa que as razões para aquelas normas devem poder ser compartilhadas não apenas pelos grandes partidos, mas também por todas as pessoas concernidas.

A tolerância é necessária entre os indivíduos e também no âmbito da família e da comunidade. A promoção da tolerância e o aprendizado da abertura do espírito, da ouvida mútua e da solidariedade devem se realizar nas escolas e nas universidades, por meio da educação não formal, nos lares e nos locais de trabalho. Os meios de comunicação devem desempenhar um papel construtivo, favorecendo o diálogo e debate livres e abertos, propagando os valores da tolerância e ressaltando os riscos da indiferença à expansão das ideologias e dos grupos intolerantes. (UNESCO, 1995). Mas, ela nunca é uma forma totalmente positiva, pois transita entre a objeção e rejeição. É um reconhecimento da existência da minoria pela maioria, ou, pode partir de um reconhecimento de identidade prévio que busca a luta pelo direito moral fundamental a justificação.

Para Rolim e Rossetti (2019), a institucionalização normalizada de interesses particulares que, de certa maneira, força o sujeito ao exercício incontinente e artificial do reconhecimento mútuo, pode operar como um elemento de reforço de preconceitos e até de intensificação da violência contra a pessoa humana em situações particulares. Isso se dá por causa da ausência, talvez premeditada, de um processo pedagógico-cultural de construção e instauração da tolerância, por meio de uma ética do reconhecimento que prime por meios pacíficos de integração social: afinal, uma ética do respeito e da

responsabilidade não poderia se desenvolver sob a tônica da obrigatoriedade, mas mediante uma atitude argumentativa, pedagogicamente fundada na razoabilidade e na construção de uma consciência ética da alteridade.

A tolerância na concepção permissiva também se faz presente nas comunidades autóctones na medida em que o poder estatal e as grandes empresas privadas se inserem na discussão do uso do território para o desenvolvimento econômico. Nessa concepção, o reconhecimento e a dominação não se opõem. Por isso, a emancipação significa ao mesmo tempo lutar pela e contra a tolerância – isto é, por e contra determinadas formas de reconhecimento.

Forst (2009) explana que aqueles que são tolerados estão, ao mesmo tempo, incluídos e excluídos. Eles desfrutam de um certo reconhecimento e segurança que outros não possuem, porém dependem da proteção do monarca e, com isso, precisam demonstrar uma lealdade extrema. Produz-se uma matriz de poder multifacetada, que opera com diferentes formas de reconhecimento, falso reconhecimento.

Em defesa desses povos, a comunidade pode proclamar como um estatuto de perenidade, que sempre esteve em um lugar até agora habitado por descendentes de ancestrais; que ocupa um lugar de vida e trabalho do qual, mesmo não sendo em sua origem a unidade pioneira, é a quem pode atestar ou rastrear uma presença antecedente a de outras frentes de povoamento posteriores. Ela pode reclamar uma autoctonia relativa: não é pioneira nem a mais antiga, mas habita um território partilhado com outras unidades sociais de povoamento remoto, comprovada ou imaginariamente antecedente de longo ou médio tempo à chegada de outras frentes de povoamento. (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 15).

A resolução de dilemas sociais sem a necessidade do fornecimento de incentivos ou imposição de sanções se materializa na participação dos processos de tomada de decisão; na igualdade política, ou seja, direitos e deveres iguais para todos e nas relações horizontais de reciprocidade; na solidariedade, confiança e tolerância. Essas características são, na verdade, os mecanismos institucionais, informais e formais, que instituições adotam para alcançarem resultados que satisfaçam aos seus membros. Participação, igualdade política, solidariedade, confiança e tolerância, referem-se ao estoque de capital social da comunidade. (MIRANDA, 2007).

O termo tolerância está atrelado, em certa medida, ao reconhecimento, pois leva a uma reflexão sobre a diversidade de uma comunidade e a identidade do indivíduo. O reconhecimento é fundamental ao capital social, como menciona Bourdieu (1998). Em Coleman (1988), o capital social é construído dentro e fora da família, o respeito então seria a base para uma boa convivência e ele é adquirido através de indivíduos que se toleram, objetam suas diferenças e mesmo assim se aceitam, em nível moral.

Já, ao comparar a tolerância em Forst e capital social em Putnam (2006), identifica-se uma elevada relação teórica por uma análise institucionalista e de normatividade. Assim, é essencial que ambos os termos tenham uma definição universal para evitar distorções, a ambivalência do termo tolerância e a multiplicidade de conceitos sobre capital social.

A identidade social e política determina o indivíduo como agente político. Sua cidadania, seu estatuto de cidadão, o define como quem tem o poder-dever de cuidar da cidade. Sua identidade ética se define como a de um ser justo, respeitador da diferença. Tolerante porque é responsável por si mesmo e pelo outro. A tolerância está, em certo grau, ligada à criação de capital social.

O capital social de uma comunidade pode aumentar a capacidade de ação coletiva, facilitando a cooperação, que se aliada à confiança e à reciprocidade pode constituir em normas a orientar o comportamento dos agentes no mercado e do próprio governo, sendo assim, capazes de gerar progresso e bem-estar social (CRUZ; SILVA; PIRES, 2019), bem como a sobrevivência dessa comunidade em um mundo moderno que tende a impor a “civilização” a todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. O elogio da tolerância em Pierre Bayle. **Cadernos Espinosanos**, n. 24, p. 115-139, 2010.

ASSIS, C. L.; NEPOMUCENO, C. M. **Estudos contemporâneos de cultura**. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo** - 6º ed. atual. – São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, A; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida-Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, 2014.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M; **Turismo para quem?** In: BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; (Organizadores). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CABRAL, C.; CYRILLO, M. O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC)-análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul**, RS, Brasil, v. 27, 2008.

CARO, E. F. La tolerancia arbitral y la descripción de los conflictos políticos. **Ideas y valores**, v. 65, n. 160, p. 151-177, 2016.

COLEMAN, J. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. Chicago: University Press, 1988.

CRUZ, J. L.; SILVA, H. S.; PIRES, M. H. C. M. **A Importância do Capital Social na Juventude da Região Deltaica do Litoral Piauiense**. In: SILVA, E. G. A. (Organizadora). *Mosaicos Geográficos do Delta do Parnaíba*. Parnaíba: EDUFPI, 2019.

FORST, R. **Justificação e Crítica: perspectivas de uma teoria crítica da política**. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FORST, R. Os limites da tolerância. *Novos estudos CEBRAP*, n. 84, p. 15-29, 2009.
LOCKE, J. **Carta Sobre a Tolerância**. Lebooks Editora, 2019.

MIRANDA, R. de S. et al. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semiárido paraibano**. 2007.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, v. 17, n. 17, p. 219-232, 2008.

PINTO JUNIOR, N. F. O princípio do pluralismo político e a Constituição Federal. *Revista Eleitoral*, Natal, v. 25, p. 37-45, 2011.

PIRES, E. V. Impactos sócio-culturais do turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 3, p. 14-18, 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. - 5 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROLIM, J. F. S.; ROSSETTI, R. A justiça e problema do reconhecimento: uma filosofia dos direitos fundamentais. *Páginas de Filosofia*, v. 5, n. 2, 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ULMANN, R. A. **Antropologia: O Homem e a Cultura**. – Petrópolis: Vozes, 1991.
UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php>. Acesso em 22 de jan. 2021.

VOLTAIRE, F. M. A. **Tratado sobre a tolerância: por ocasião da morte de Jean Calas** (1763) - Porto Alegre: LP&M, 2008.

CAPÍTULO V

A COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE/PI E SUA CADEIA PRODUTIVA NA APA DELTA DO PARNAÍBA

Sandra Helena de Mesquita Pinheiro
Francisco Gerlilson Souza Júlio
Erivan Santos Lima

INTRODUÇÃO

Associação de Marisqueiras de Ilha Grande

A Associação de Catadores de Marisco de Ilha Grande (ACMIG) foi fundada em 2009 e está localizada no município de Ilha Grande – Piauí, inserida na Área de Preservação Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, uma área de unidade de conservação, com uma porção continental e outra marítima.

A associação tem como objetivo organizar e representar a classe das marisqueiras, como são chamadas, que se enquadram no grupo de pescadores da comunidade de Ilha Grande, que colaboram no aumento e empenho da produção do pescado.

A associação possui um espaço chamado de Casa das Marisqueiras, localizado no Porto dos Tatus, conforme é ilustrado na (Figura 1), que durante os encontros, as marisqueiras cantam, enfatizam seus costumes e habilidades de mariscagem com as gerações ascendentes e descendentes da comunidade no território de Ilha Grande-PI.

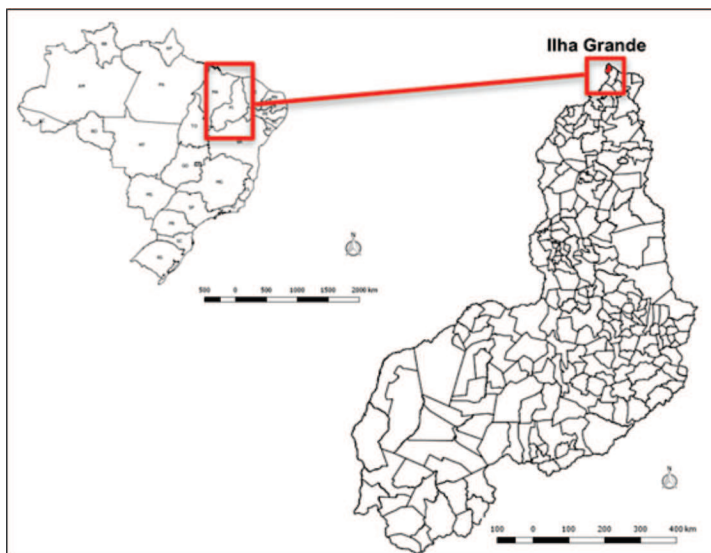
Figura 1 – Casa das Marisqueiras de Ilha Grande



Fonte: Próprio autor (2021)

O município de Ilha Grande, ilustrado na (Figura 2), com as coordenadas (02°51'30"S e 41°49'17"W), se destaca na produção de marisco do estado do Piauí, inserido no menor litoral do Brasil, com apenas 66 km, dividido entre os municípios de Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande.

Figura 2 - Mapa da cidade de Ilha Grande, Piauí, Brasil.



Fonte: (Oliveira, 2018).

A atividade da mariscagem segue com tradição de conhecimentos compartilhados pelas gerações das famílias do território. O manejo se faz com a cata do marisco no Delta do Parnaíba, em maré baixa, principalmente por mulheres, que levam para Casinha das Marisqueiras e retiram a carne, em seguida embalam o produto na Associação ou nas suas casas “quintais”.

O tocante das participações da cata do marisco é provido na maioria por mulheres, que além de manterem o sustento da família, também precisam assumir os afazeres domiciliares, o que as fazem enfrentar duas jornadas de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Para melhorar o processamento dos mariscos, as marisqueiras buscam por aquisição de materiais e participam de cursos quando são disponibilizados na comunidade, mesmo driblando as dificuldades, as marisqueiras têm mostrado a importância delas para o sustento familiar a partir da pesca, captura, manipulação e venda do pescado, além de conhecerem as características básicas da espécie e o contexto histórico da cata do molusco processado.

A pesca de moluscos era praticada por índios Tremembés no litoral brasileiro antes mesmo da chegada dos colonizadores, mostrando que se trata de uma atividade ancestral desempenhada pelos primeiros habitantes da região litorânea dos Estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Dentre os diversos táxons que compõem a cadeia produtiva da APA do Delta, apontam-se os componentes do gênero *Cyanocyclas* como sendo de grande interesse para os Catadores da Associação de Ilha Grande, a qual corresponde ao sistema de gestão para subsistência das marisqueiras (FARIAS *et al.* 2015; LEGAT *et al.* 2008).

MARISCO: ESPÉCIE E IMPORTÂNCIA

Dentre as espécies coletadas na APA do Delta do Parnaíba destaca-se, segundo Deshayes (1854) e Brito (2016), a denominada como *Cyanocyclus brasiliana*, caracterizada como um molusco bivalve de tamanho considerado grande e com interesse comercial na região de Ilha Grande, presente a área da APA. Assim, esta espécie contribui para a renda e subsistência dos pescadores, visto que a espécie possui disponibilidade de coleta durante todo o ano, bem como facilidade de captura, pois esta pode ser realizada manualmente, caracterizando-se como atividade extrativista.

A espécie *Cyanocyclus brasiliana* é um marisco encontrado nos Estados do Pará Amazonas e no Piauí, sendo este último recente a sua descoberta; além disso, também são encontrados em substrato lamoso, assim como em substrato de areia (BRITO; MANSUR; ROCHA-BARREIRA, 2015)

Dantas (2010) caracteriza os mariscos como organismos invertebrados que vivem em ambientes marinhos, águas estuarinas ou enterrados na lama de mangues e podem ser consumidos como alimento pelo homem. Os mariscos podem ser encontrados ao longo de, praticamente, toda a costa brasileira e são compostos por dois grandes grupos: moluscos bivalves e crustáceos. Os moluscos bivalves possuem corpo mole revestido por uma concha dura e dupla. Já os crustáceos, ao invés de concha, possuem um resistente exoesqueleto calcário que envolve seus músculos e vísceras. Como exemplos de moluscos bivalves pode-se citar o vôngole, a lambreta, o mexilhão, a vieira, o mapé, o sururu e a ostra e como exemplos de crustáceos têm-se o caranguejo, o siri, o guaiamu, o aratu, o camarão e a lagosta.

Além de Dantas (2010), Brito (2016) também caracteriza a espécie como estenoalina e sua ocorrência se dá em ambientes que não possuam grandes variações de salinidade, sendo este um fator limitante, causando mortalidade da espécie.

A espécie é intolerante à salinidade, onde pequenas variações causam mortandade elevada, não suportando salinidade acima de 3, tratando-se, portanto, de uma espécie estenoalina e, que sua limitação territorial depende da salinidade que além de ser um fator determinante, é um fator limitante para a espécie. A mortandade é percebida pelos pescadores locais quando ocorre maior influência do mar sobre o rio, deste modo aumentando a salinidade, também conhecida como “maré grande” (BRITO, 2016).

Mariscagem como é denominada a atividade de coleta e beneficiamento de moluscos e que também são designados como mariscos, ressaltando-se que marisco também diz respeito a espécie *Anomalocardia brasiliiana*. A Mariscagem pode ser considerada pesca artesanal, devido ao baixo impacto ambiental, praticada principalmente por mulheres que adotam uso de instrumentos confeccionados por elas mesmas, de modo a facilitar a cata do marisco (FIGUEIREDO, 2014; BARACHO 2016).

Para Regalado (2019) os moluscos bivalves desempenham papel crucial no ecossistema, visto que são animais que se alimentam de partículas, microalgas em suspensão e, em sua maioria são filtradores.

⁸ No vocabulário dos moradores de Ilha Grande-PI, quintais são sinônimos de uma extensão ou terreno de propriedade familiar onde localiza-se a casa e suas extensões como, o sítio e o cercado que ali residem.

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO NA PRODUÇÃO DAS MARISQUEIRAS

Entre uma das modalidades do Turismo, listamos turismo ecológico como uma prática amigável da variedade econômica e sustentável para a comunidade de Ilha Grande. Para Santos (2020) o turismo propaga importância das comunidades para futuras gerações e além de ter um olhar ecológico com os recursos naturais que estão presentes no único Delta de mar aberto das Américas, marisqueiras relatam que as atividades turísticas têm a capacidade de gerar lucros na comunidade. Neste sentido, Santos (2020, p. 21) conclui que

Logo, o turismo nesta região, apresenta um duplo desafio: primeiro ser uma prática amigável com os recursos naturais, e segundo, gerar uma distribuição igual de seus benefícios (renda, geração do emprego, intercâmbio cultural, etc.). Para isso, a inclusão da comunidade no planejamento de atividades de turismo com a mobilização de ideias é necessária para criar ofertas de produtos e serviços por meio dos moradores, assim como o fornecimento de acomodações nativas que permitam à comunidade ter maior controle no uso da terra, como forma de conter as intervenções de investimentos privados externos que possam gerar estes tipos de externalidades negativas. Assim, a proposta da prática de um turismo comunitário, pensada e fornecida pela população local, poderia auxiliar na mitigação destes problemas.

O Delta nos últimos anos é espaço para atrações turísticas e ao mesmo tempo, palco para venda de produtos ecoturísticos, que são extraídos pelos moradores e exportados por comerciantes para outras cidades do Maranhão, Ceará e Piauí. O rendimento das marisqueiras aumenta no período das altas temporadas, através da venda de produtos naturais aos turistas que embarcam no Porto dos Tatus, região de Ilha Grande.

Nesse período de altas temporadas, as marisqueiras relatam que buscam dedicar-se mais para aumentar a produção dos mariscos, sendo a espécie *Cyanocyclas brasiliiana* abundante no Delta do Parnaíba e com maior potencial natural extraído para comercialização.

A comercialização da carne do marisco é vendida pelo preço de R\$ 5,00 reais por encomendas de comerciantes de Ilha Grande e Parnaíba – Piauí (PI). Segundo relatos dos catadores, a captura baseia-se em 1.500 kg mariscos por coleta semanal, estimado numa produção em torno de 6.000 kg de marisco/mês.

A venda da carne dos mariscos diminuiu a partir de agosto do ano de 2019, impactada pelo derramamento do óleo que atingiu a área de captura, que por consequência, influenciou no comércio da carne do produto pesqueiro.

O derramamento afetou a captura do marisco e a pesca na região das marisqueiras, o que impossibilitou às famílias de terem uma vida financeira melhor. A situação do grupo de mulheres associadas não ficou pior, porque receberam o auxílio emergencial do Fundo Casa. Para as mulheres fica claro que a ajuda no período foi importante, e que precisam ter autogestão e um estímulo na melhoria da cadeia produtiva do marisco nas fases de manipulação do pescado, desde a cata do marisco até o seu processamento para venda.

BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE MARISCOS

As Boas Práticas de Manipulação (BPM), são constituídas pelo conjunto de procedimentos e normas manuseadas de modo correto, a qual torna a matéria prima livres de contaminação que comprometem a qualidade do produto final, a fim que não ofereça risco à saúde do consumidor (SANTOS, 2016).

Silva Junior (2005) ressalta que é preciso que sejam aplicadas medidas de segurança e conduta por parte dos pescadores, podendo destacar as BPM durante toda a cadeia produtiva, permitindo assim a obtenção de alimentos seguros, ou seja, da coleta ao processamento e posterior venda; vale ressaltar que tais medidas devem ser implementadas com base no conhecimento e em boas práticas higiênico-sanitárias.

A atividade de produção de marisco realizada pelas marisqueiras segue etapas ainda bem rudimentares, necessitando de adequações segundo as normas de boas práticas de manipulação de alimentos. Essas técnicas, na maioria das vezes, não são adotadas, seja pela falta de conhecimento, seja pela falta de equipamentos e utensílios, entre outros.

Os catadores da Associação de Marisqueiras procuram seguir a produção dos mariscos dentro das normas exigidas, protegendo-os de contaminação, pois a precária condição de manipulação influencia na qualidade do produto. A atividade de manipulação da produção de mariscos da comunidade de Ilha Grande-PI consiste em duas etapas: a primeira etapa é concentrada nos pontos de coleta, tendo como espaço de trabalho os bancos de areia e substrato lamoso e levando em consideração a maré baixa para que esta seja realizada; a segunda etapa, consiste no cozimento e despulpamento do marisco que é realizada na sede da Associação dos catadores de mariscos (OLIVEIRA, 2018).

Vale destacar a importância de realizar a depuração, principalmente quando a coleta se dá em substrato arenoso. A depuração é uma técnica que consiste em colocar os mariscos em tanques com oxigenação, por um período de 24h – 48h, de modo a diminuir a carga microbiana, assim como a eliminação de resíduos, visto que são organismos filtradores de micropartículas.

Segundo relato das marisqueiras os mariscos são colocados em lata com água e levados posteriormente ao cozimento, o tempo de cozimento é em torno de 20 minutos, quando as cascas se abrem e são levados para um recipiente e em seguida passam por uma peneira grande de tela (confeccionada pelas marisqueiras), onde o marisco é separado da casca e colocados em cima de uma lona (processo ainda muito rústico e artesanal).

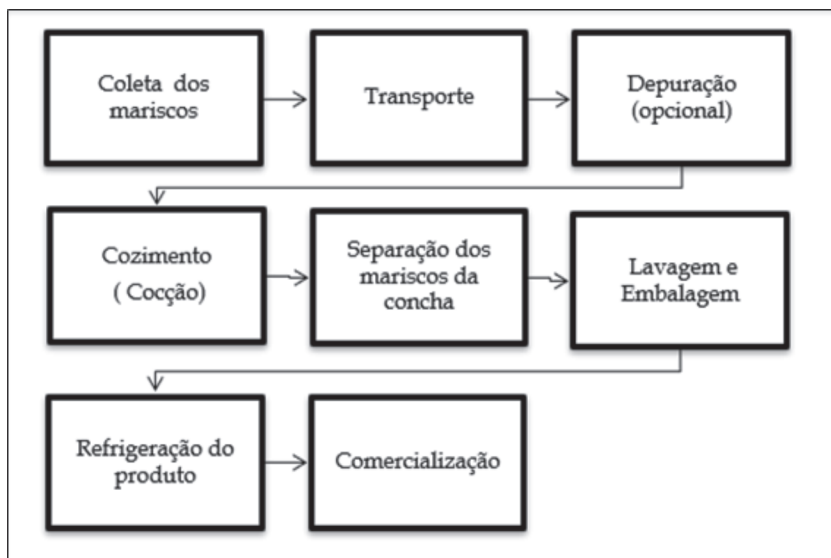
Logo depois, o produto passa por uma avaliação, a fim de retirar as cascas que possivelmente tenham passado pela peneira, são lavados e colocados em sacos de 1kg e acondicionados sob refrigeração ou podem ser comercializados assim que ocorre o término do processamento do marisco. Conforme (**Figura 3 e 4**).

Figura 3 – Etapas do processo de cata do marisco



Fonte: Comissão Ilha Ativa – CIA, 2013.

Figura 4 – Etapas do processo de cata do marisco



Fonte: Próprio autor (2021)

Na (**Figura 3**), é apresentado no processamento do marisco realizado pelos catadores da associação de Ilha Grande – PI, sendo configurado por atividades, entre elas são: A) Coleta do molusco; B) Uso do landuá; C) Retirada dos sacos contendo o molusco das embarcações; D) Fervura do marisco; E) Separação do marisco e F) Cata das conchas. Os procedimentos acontecem de acordo com as etapas do processo da (**Figura 4**), mas as etapas são configuradas conforme a realidade dos recursos das marisqueiras.

O manejo dos mariscos é realizado pela cata e processado de forma artesanal, de acordo com equipamentos disponíveis na Associação. Mesmo com a falta de utensílios, infraestrutura e conhecimento científico apropriado, os catadores buscam se apropriar do máximo de equipamentos de proteção e manipulação para a segurança alimentar própria, coletiva ou do consumidor.

Ordóñez (2005) ressalta que os mariscos começam a sofrer alterações logo que é realizado sua coleta, deste modo, é indispensável que seja adotada cuidadosa manipulação, assim como manter um grau elevado de limpeza, com o intuito de preservar o frescor, mesmo com etapas ainda bem rudimentares, as quais necessitam de adequações segundo as normas exigidas de boas práticas de manipulação de alimentos.

Machado e Monteiro (2015) relata que as boas práticas de fabricação (BPF), consistem num conjunto de medidas que devem ser adotadas pelos serviços de alimentação e indústrias alimentícias, a fim de garantir qualidade higiênico-sanitárias, assim como níveis adequados de segurança dos alimentos.

Durante a comercialização, pode se destacar a presença de atravessadores que compram o marisco a preços baixíssimos e, posteriormente, exportam o produto para São Luís/MA e São Paulo/SP. Assim, poucos quilos são comercializados na comunidade e cidades vizinhas (BRITO, 2016).

Segundo Brito (2016), quanto ao destino das conchas dos mariscos, não há um tratamento específico e, deste modo, são utilizadas principalmente para pavimentação de estradas, quintais das residências ou estacionamentos, e para uso no artesanato.

SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE

Os moradores da comunidade realizam atividades sustentáveis que estão baseadas na cata do marisco e do caranguejo, pesca artesanal, agropecuária, artesanato da palha de carnaúba e muitas outras atividades econômicas que as marisqueiras desenvolvem para possibilitarem a sobrevivência das famílias, que de forma coletiva ou individual, enriquecem a sustentabilidade econômica da comunidade a partir dos produtos locais.

A mariscagem é um dos principais meios pelos quais as mulheres possibilitam uma renda extra para alimentar e sustentar os filhos. O grupo das marisqueiras estão entre os 600 mil indivíduos responsáveis por gerarem renda para o Brasil, com atividades de captura de frutos do mar e beneficiamento do pescado (BORGES, 2017).

Além da mariscagem, as mulheres também desempenham outras atividades sustentáveis, como a venda de peixes e tapiocas que comercializam nas feiras, e atividades domésticas que complementam a renda da família, como cozinhar e lavar.

Dentre as atividades extrativistas executadas na Ilha Grande, também se utiliza a carnaúba como figura secundária para o empreendedorismo na região e de muita importância para a sustentabilidade das famílias, para produzir artesanato da palha, quando a cadeia produtiva dos mariscos é baixa.

Para Borges (2017, p. 15) a atividade na comunidade pesqueira é definida historicamente pelo exercício masculino, a qual pode contribuir fortemente para a invisibilidade da mulher, sendo um paradoxo do histórico de algumas culturas, pois na mariscagem a mulher desempenha um papel com novos paradigmas sustentáveis, através dos diferentes papéis participativos no contexto socioeconômico. O grupo da associação de marisqueiras, representadas por mulheres que utilizam instrumentos de trabalho peculiares, torna-se o ícone de liderança na história da mariscagem para a subsistência das famílias na região.

Os aspectos complementares de segunda renda são executados principalmente pela vulnerabilidade econômica das famílias, pois as mulheres são introduzidas em idade precoce no exercício da captura dos mariscos, afastando-as do acesso ao ambiente escolar, o que dificulta a busca por melhores condições de vida.

Com o aumento das atividades, podem surgir desconfortos, que estão associados à rotina das atividades, a partir dos esforços nas tarefas repetitivas, principalmente quando o ambiente é a céu aberto, com alta exposição ao sol (BORGES, 2017). Um dos fatores marcantes durante a mariscagem são os riscos que as mulheres enfrentam na cata do marisco.

Muitas mulheres começam a prática da mariscagem desde cedo e precisam enfrentar uma longa jornada de trabalho dura e cheia de riscos devido ao ambiente e pelas condições insalubres. O risco ergonômico no trabalho de extração de marisco é um fato, visto o grande esforço realizado pelos trabalhadores, como, levantamento de peso, sacos cheios de mariscos, baldes e os movimentos repetitivos feitos durante o processo de cata de mariscos e lesões por esforços repetitivos, são bem presentes, pois o esforço realizado por eles, os torna vulneráveis e susceptíveis ao desenvolvimento de tais problemas de saúde (OLIVEIRA, 2018, p. 2).

Todo o processo da mariscagem, como o trajeto da caminhada ao manguezal, catação, transporte, estocagem e beneficiamento dos produtos estão sujeitos a envolver riscos à saúde e segurança, sejam químicos, biológicos ou físicos. O grau dos riscos sofre influências em relação ao modo como cada etapa é desenvolvida no ambiente e a intensidade da iluminação, com isso, alguns objetivos da Associação de Catadores de Mariscos são para minimizar os riscos do ambiente de trabalho, seja na cata ou no processamento do pescado.

Os catadores de caranguejos de mariscos têm o corpo marcado por cicatrizes de queimaduras por excesso de exposição

ao sol, os calcanhares dos pés têm presença de rachaduras e são enrugados pelo tempo de imersão na água e na lama. A forte resistência de lutar pela sobrevivência expõem aos corpos dos catadores os perigos e as doenças, podendo gerar uma desorganização no planejamento social e influenciar na produção do pescado.

O manejo da produção é considerado pelos sujeitos como perigoso e exaustivo, entendendo que o trabalho marcado pelo cansaço é parte da identidade dos catadores. Para garantirem o sustento familiar na comunidade, os sujeitos convivem com a dor diariamente, antes ou depois das capturas dos recursos, mesmo com saberes recebidos de gerações anteriores, a cata do caranguejo e do marisco ainda oferece risco aos catadores. Para Braga (2016, p. 79-84), o corpo dos sujeitos é a principal ferramenta marcada pela resistência e em obter o lucro a partir dos custos físicos para aumentar a produção dos mariscos.

OS GARGALOS DAS MARISQUEIRAS NO PERÍODO DA PANDEMIA

No ano de 2020, a atividade da coleta do marisco foi impactada pela pandemia, causada pela COVID-19, que influenciou no rendimento mensal apurado pela venda da carne do marisco, pois as encomendas do comércio reduziram e as marisqueiras decidiram reduzir as coletas da cata do marisco, continuando com pouca frequência, no total de três coletas por semana. Como o grupo é formado por mulheres com faixa de idade entre 19 a 66 anos, as marisqueiras resolveram oportunizar novas vagas na associação, para o público mais jovem e proteger o público mais adulto durante a pandemia.

Segundo os relatos das marisqueiras, o grande “gargalo” que o grupo enfrenta está acentuado na venda do marisco, pois a coleta

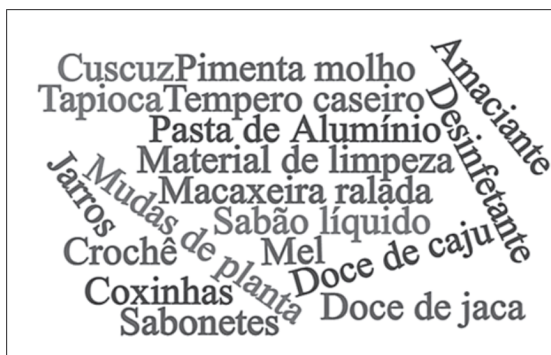
do molusco é a principal fonte de renda de 60% das associadas, além disso, ressaltaram que, se as medidas de infraestrutura da associação fossem implantadas, o processamento e beneficiamento do marisco agregariam produtos com melhores qualidades, viabilizando a venda, mas o grupo precisa de muita assistência para ter bons resultados econômicos. No mesmo ano, algumas famílias das marisqueiras relataram receber assistência do benefício Auxílio Emergencial e outras continuam recebendo da Bolsa Família, além das parcerias que a associação conta com o apoio do poder público municipal, de universidades ou de instituições não governamentais. Algumas melhorias significativas foram acontecendo com o passar dos dias, tendo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), SOS Mata Atlântica, Fundo Casa, CIA e a Comissão de Ilha Ativa como principais apoiadores que contribuíram para melhorar a qualidade microbiológica, depuração e sensorial dos mariscos e principalmente o apoio para superar as dificuldades da alimentação das famílias.

Os catadores de mariscos relataram que a associação recebeu equipamentos de prevenção para utilizarem durante o manejo da cata e processamento do pescado, tais como, máscara e álcool em gel; também receberam orientações para segurança da saúde e acompanhamento por reuniões virtuais para melhorar na gestão da associação, pois segundo eles, o grupo precisa ter uma melhor divisão das atividades de cooperação e aumentar o fortalecimento das tarefas entre todas as marisqueiras.

A associação publicou cards nas redes sociais para divulgar os produtos, que estão citados na **(Figura 5)**, e são produzidos pelas marisqueiras nos quintais produtivos.

⁹ Gargalo é considerado como enfraquecimento da cadeia produtiva, seja no processamento, comercialização, manejo ou transporte do pescado (DA COSTA, 2020, p. 18603).

Figura 5 – Produtos elaborados pelas marisqueiras



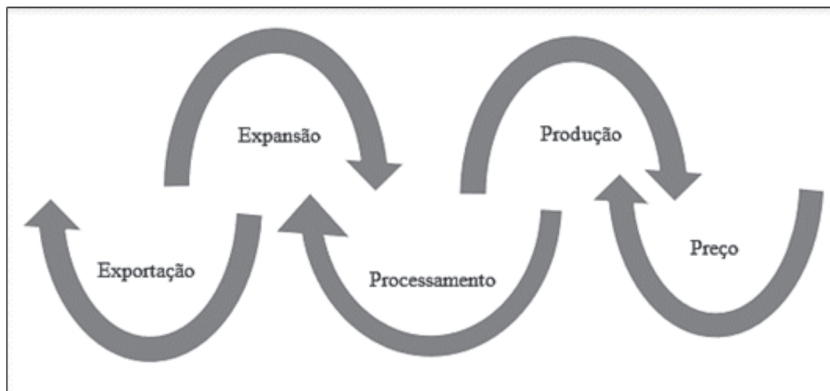
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Os produtos criados nos quintais produtivos complementam a renda familiar das marisqueiras, mas o recurso recebido dos apoiadores ainda é insuficiente para instalar e adaptar as manipulações do beneficiamento de acordo com as exigências sanitárias.

Outras dificuldades apresentadas foram a falta constante de compradores dos mariscos e dos produtos caseiros, pois a redução das vendas também impactou na compra das injeções para aliviar as dores que sentem após a cata, no pagamento da água, da luz e da internet.

Além das dificuldades citadas, as marisqueiras buscam conseguir novos apoiadores para conquistar alguns objetivos da associação, entres os quais são: obter novas oportunidades de qualificação para a manipulação de alimentos, principalmente na fase de produção; e ampliar o espaço geográfico (município, estado e região) de venda dos produtos pesqueiros para supermercado e restaurantes; adequar o aspecto de qualidade nas características sensoriais e selo de certificação alimentar; inserir tecnologia no processamento para separar a casca da carne do marisco e por fim, conquistar os elos da cadeia produtiva do pescado ilustrada na (**Figura 6**).

Figura 6 – Fatores que podem contribuir na cadeia produtiva da Associação de Ilha Grande-PI



Fonte: Próprio autor (2021)

Sendo o marisco um pescado de alimento palatável e nutritivo, estando conforme as condições sanitárias, aliado aos fatores da cadeia produtiva e acompanhado do incentivo dos apoiadores, a associação pode estabelecer novos critérios para mitigar os impactos negativos, sejam sociais e econômicos, para construir horizontes que contemplem rigorosas medidas de controle, com ferramentas importantes para a segurança alimentar do consumidor, organizada conforme as dimensões e limitações do planejamento da cadeia produtiva das marisqueiras de Ilha Grande-PI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proporcionamos uma travessia pela comunidade ribeirinha de Ilha Grande do Piauí, por meio da qual mostramos os aspectos da cultura dos integrantes da Associação dos Catadores de Marisco de Ilha Grande, tendo as marisqueiras como protagonistas principais na elaboração do marisco. Um processo rudimentar que se torna essencial na história da memória cultural,

com apoiadores que participam e impulsionam a produção por meios de instrumentos capazes de melhorar a qualidade na manipulação do beneficiamento e processamento do marisco e orientam oficinas sobre a importância do uso sustentável dos recursos pesqueiros para ampliar a renda econômica das famílias ribeirinhas.

Diante disso, pode-se observar que a atividade das marisqueiras e sua Associação desempenham elos importantes na renda dessas famílias, que repercutem desde a captura da espécie, construção de valores, técnicas e sobrevivência. Ademais, com a necessidade de se otimizar o beneficiamento na produção para melhorar o valor do produto, as marisqueiras se empenham para buscar recursos e se adequar no gerenciamento e execução das atividades que contemplam a cadeia produtiva do marisco na APA Delta do Parnaíba.

REFERÊNCIAS

BARACHO, R. L. Mariscagem, conhecimento ecológico local e coestão: o caso da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. 2016. 138 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Desenvolvimento em Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.

BORGES, L. R. Mulheres na pesca artesanal: uma percepção sobre saúde e segurança das marisqueiras do Guaibim. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2017.

BRAGA, D. S. Experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). 2016. 145 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Cap. 3, p. 79-84. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/212>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRITO, C. S. F. de. **ECOLOGIA POPULACIONAL DO BIVALVE, *Cyanocyclas brasiliensis* (Deshayes, 1854) NO ESTUÁRIO DO DELTA DO RIO PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL**. 118 p. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais do Instituto de Ciências do Mar) - Universidade Federal do Ceará, 2016.

BRITO, C. S.; MANSUR, M. C.; ROCHA-BARREIRA, C. *Cyanocyclas brasiliana* (Bivalvia: Cyrenidae) rediscovered in the limnic part of Parnaíba River delta, Northeast Brazil. **Check List**, v. 11, n. 4, p. 1685, 2015.

CASTILO, C. J. M. de. Saberes Ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza, 2020.

COMISSÃO ILHA ATIVA – CIA. Diagnóstico Socioeconômico das Marisqueiras de Ilha Grande – PI, 2013.

CRESPO, M. de F. V.; SOUZA L. I. de; ROCHA, F. M. R. da; BARROS, A. P. A.; SANTOS, C. C. dos; SILVA, L. G. A.; FOGAÇA, F. H. dos S. Sensibilização das Comunidades para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Ilha Grande de Santa Isabel – PI. **I Seminário Piauiense de Agroecologia & II Semana de Agricultura Orgânica do Norte Piauiense**, 2011. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57552/1/SeminarioAgroecologiaFabiola-2011.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

DA COSTA, A. C. de P.; SOUZA, D. S. A.; PEREIRA, C. S. Pesca artesanal: culturas litorâneas na produção de riquezas e desigualdades. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 4, p. 18954 a 18606, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n4-143>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

DANTAS, R. A. Avaliação microbiológica e físico-química de vôngole (anomalocardia brasiliana) e siri (família portunidae) embalados em diferentes atmosferas e armazenados sob refrigeração e congelamento. 220 f. **Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos)** Faculdade de Farmácia, Salvador: UFBA, 2010, p.21.

DE OLIVEIRA, E. L. R. Avaliação e percepção dos riscos laborais na atividade de Mariscagem do norte piauiense. Monografia (Bacharel em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

FARIAS, A. C. da S.; FONTELES-FILHO, A. A.; CORRÊA C. T.; FERNANDES, C. A. F.; CUNHA, F. E. de A. Cadeia produtiva da pesca no interior do Delta do Parnaíba e área marinha adjacente. Fortaleza: RDS, 2015.

FIGUEIREDO, M. M. A. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014.

GOIABEIRA, F. dos S. L. **Riscos ocupacionais e medidas de proteção na pesca artesanal: características da atividade de mariscagem**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31800>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEGAT, J. F. A.; PEREIRA, A. M. L. LEGAT, A. P.; FOGAÇA, F. H. dos S. Programa de cultivo de moluscos bivalves da embrapa Meio-Norte. **Embrapa Meio-Norte-Documents (INFOTECA-E)**, 2008.

MACHADO, R. L. P.; MONTEIRO, R. P. **Boas práticas de fabricação (BPF)**. Embrapa. Agroindústria de Alimentos. Rio de Janeiro. 2015. 23 (ed.)20 p.

OLIVEIRA, E. L. R. Avaliação e percepção dos riscos laborais na atividade de Mariscagem do norte piauiense. Monografia (Bacharel em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

ORDÓÑEZ J. A. Características gerais do pescado, p.219-229. In: Or-dóñez J.A. (Ed.), Tecnologia de Alimentos de Origem Animal. Artmed, São Paulo. 2005.

REGALADO, K. L. de M. Avaliação da qualidade de patê de marisco (*Cyanocyclas brasiliana*) (Deshayes, 1854) mantido sob refrigeração. TCC (Bacharel em Engenharia de Pesca)-Universidade Federal do Piauí, 2019.

SANTOS, A H. V. D., NASCIMENTO, M. M. P. D., PONTES, B. A. N. M. Saberes Ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza, 2020

SANTOS, S. S. dos. Diagnóstico da cadeia produtiva de ostras em dois municípios da região do Baixo Sul da Bahia. 2016.

SILVA JÚNIOR, E. A. da. **Manual de controle higiênico sanitário em alimentos**. 5. ed. São Paulo: Ed. Varela, 2005.

SILVA, K. A. M. da. Aplicação da análise de riscos como ferramenta para a garantia do alimento seguro e da sustentabilidade: estudo de caso na tilapicultura. 2012.

SILVA, M. F. L. da. O ecoturismo no Delta do Parnaíba - PI e entorno: turismo e sustentabilidade. 2004. 93 f. Monografia (Especialização em Turismo e Hospitalidade) -Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 26. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/489>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CAPÍTULO VI

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO APL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA/PI

Lucas Ferreira de Oliveira
Edvânia Gomes de Assis Silva
Aline Feitosa Rêgo
Francisco Pereira da Silva Filho

INTRODUÇÃO

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), compostos por micro, pequenas ou médias empresas, voltaram a ganhar notoriedade em meados dos anos de 1980 através de resultados promissores dentro de um determinado território. A aglomeração de empresas especializadas de forma vertical ou horizontal promoveu maiores competitividades entre as empresas, maior geração de emprego e melhoramento na tecnologia utilizada e desenvolvida por tais empresas, fortalecendo dessa forma a idealização de tal molde para colaborar com o desenvolvimento local. Em territórios brasileiros, diversos estados e municípios veem tomando consciência acerca da temática e, com base nisto, adotando estratégias de desenvolvimento estruturado no modelo de aglomeração produtiva local.

Os Arranjos Produtivos são descritos por Cassiolato e Lastres (2003, p. 27) como sendo “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto

específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo incipientes”. É necessário perceber que para observar e entender o alcance dos arranjos produtivos locais – APLs nos municípios e comunidades como sendo um fator intrínseco ao desenvolvimento, estes não precisam estar bem condicionados.

Diante disto, este estudo se objetivou em analisar e discutir a aplicabilidade do que é um arranjo produtivo local, como também, identificar as características deste modelo de aglomerado para compreender de forma sustentável e favorável sua aplicabilidade no entendimento do desenvolvimento local. As associações e cooperativas que foram escolhidas para esse estudo foram a CAMPAL, Barro Vermelho e Trançados da Ilha, todas localizadas no município de Parnaíba - PI. A escolha dessas associações e cooperativas se deu mediante a própria história da cidade quanto a sua importância e contribuição socioeconômica para o município.

Dentre as diversas atividades tradicionais-econômicas desenvolvidas na cidade de Parnaíba, este estudo expôs as atividades de fabricação artesanal. Tais atividades existem na forma de aglomerações locais dos artesões e rendeiras, principalmente no centro da cidade que tem uma relação direta com as vias e estradas de acesso ao Delta do Parnaíba, uma área turística da região do Meio Norte do estado do Piauí que fortalece o desenvolvimento desta atividade. As associações e cooperativas exploradas neste estudo, estão localizadas na cidade que é porta de entrada para o Delta do Parnaíba, este fato proporciona maior destaque e possibilidade na integração entre turistas e geração de renda local, pois a presença daqueles contribui significativamente nos rendimentos das cooperativas e na valorização da cultura local. Neste contexto, as aglomerações não devem ser definidas somente pela quantidade de empresas atuantes. Deve-se levar em

conta outros fatores, tais como: número de postos de trabalho, receita, geração de emprego direto e indireto e a possibilidade de entrada de novos empreendedores informais, no qual poderiam organizar-se como pessoa jurídica (SEBRAE 2009).

Desta forma, deve-se apreciar a competência que um arranjo produtivo local traz para o recorte geográfico no qual ele está inserido, neste estudo convém mencionar a cidade de Parnaíba, como a melhor forma de entender, fomentar e reproduzir sua potencialidade que, por consequência, gera um dinamismo na economia local. É na tentativa de tentar interpretar e entender os benefícios que essa nova forma de interação produtiva traz às empresas, cooperações e associações, e não obstante, à sociedade local, que se emerge a necessidade deste estudo nesta região por suas próprias características sociais, naturais e econômicas.

CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Para iniciar um estudo com a temática acerca dos arranjos produtivos locais é necessário que se exponha a descritiva do Arranjo Produtivo Local - APL, seus conceitos, classificação e as principais diferenças entre as demais formas de aglomerações existentes, que por ventura, podem-se emaranhar quando não são bem conhecidos. O conceito nada mais é do que a concepção, a compreensão do objeto de estudo, deste modo, a formulação de uma ideia por meios de palavras, buscando expor as noções abstratas para elucidar a temática desenvolvida neste trabalho acerca dos arranjos produtivos locais.

Nesse contexto, Arranjos Produtivos Locais podem ser explicados como sendo aglomerações geográficas ou redes de empresas especializadas funcionando de maneira sistematizada,

isto é, realizando relações e possuindo mecanismos de coordenação (AMARAL FILHO, 2011).

Segundo Schiavetto (2009), os arranjos produtivos constroem uma rede de cooperação entre empresas, potencialmente concorrentes, cujo propósito e os meios utilizados são os mesmos que uma rede de negócios.

A permanência dos agentes econômicos em um mesmo recorte geográfico trabalhando cooperativamente, não altera o viés econômico da competitividade e tampouco compromete a geração de lucro das empresas. Em síntese o SEBRAE (2009) salienta a cooperação entre as empresas como uma forma de torná-las capazes de serem mais competitivas, fomentando o poder de compra, proporcionando a repartição dos recursos, harmonizando as competências, colaborando para a divisão do ônus e compartilhando os riscos e custos para a exploração de novas oportunidades.

Segundo Cassiolato e Zapiro (2002), a competição empresarial é importante para o crescimento das firmas, tal como para o crescimento da capacidade de inovação. Simplificando, a cooperação dentro dos arranjos é baseada em inovação e crescimento mútuo. É através da inovação gerada pelas empresas que se proporciona condições para o fortalecimento e dinamismo socioeconômico das empresas e sociedade local (SILVA, 2010).

Do mesmo modo, Duarte (2011) define os arranjos produtivos locais como sendo uma cadeia de produção compartilhada e especializada. O que diferencia o APL das aglomerações empresariais é o grau de colaboração, de cooperação e de complementaridade entre os empreendimentos.

Somam-se a isto, a argumentação de Lastres e Cassiolato (2003) que evidencia os demais fatores intrínsecos aos arranjos produtivos, desta forma, buscando o reconhecimento e

caracterização dos APLs não somente pelo entendimento de cooperação, mas também por fortes vínculos envolvendo atores identificados no mesmo território. Nesse sentido, os atores identificados possuem vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2009).

Assim sendo, nos arranjos produtivos, nota-se que há uma conectividade entre os setores privados e públicos para a existência deste modelo de ordenação, deste modo é necessário tanto o setor privado quanto o público para que este modelo continue a existir.

No que tange à caracterização de um arranjo produtivo local, Schiavetto (2009) sugere que somente poderá ser atestado como um arranjo produtivo quando no recorte geográfico houver um expressivo número de empresas que executam uma atividade produtiva central e que aponte alguma característica relacionada ao propósito da existência do arranjo. Ademais, a aglomeração não se mede somente pelo número de empresas fincadas na delimitação geográfica. O SEBRAE (2009) enaltece outros fatores, tais como: número de postos de trabalho, faturamento, mercado, geração de empregos indiretos e até potencial de empreendedores informais que poderiam organizar-se como pessoa jurídica entre outros.

Para o caso de aglomerações em território brasileiro a Redesist - Rede de Sistema Produtivo e Inovativos do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), relata as aglomerações evidenciando os aspectos de relação entre os agentes, a forma de conhecimento implícito, o processo de conhecimento produtivo e inovativo, proximidade geográfica, aspectos histórico e sociocultural. Segundo a Redesist (2004) apud

Lastres e Cassiolato, (2010) Arranjo Produtivo Local:

São aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividade econômica – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

O arranjo é a ordenação das empresas em espaço existente que busca satisfazer de maneira mais eficiente essas organizações. As empresas que trabalham como arranjos produtivos locais, são aquelas que possuem um nível de especialização em nicho de mercado, levando em consideração diversos elementos sociais e agentes econômicos dentro do território.

Desta forma, as caracterizações podem muito se aproximar dos conceitos de arranjos produtivos locais. Em tese, um APL pode ser caracterizado por concentrações geográficas de empresas setorialmente especializadas com destaque nas micro e pequenas empresas, onde a produção de um bem ou serviço tende a ocorrer verticalmente desintegrada e em meio a sólidas relações interempresas (mercantis e não-mercantis, competitivas e cooperativas) a montante e a jusante na cadeia produtiva (SCHMITZ, 1999; SANTANA, 2004).

CLASSIFICAÇÕES DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Apesar da complexidade e controvérsia associada a esse tipo de qualificação, tal reconhecimento se justifica na medida em que se busca distinguir os possíveis roteiros evolutivos ou os modelos possíveis de fundação de arranjos, tendo em vista sua relação com objetivos de políticas. Desta maneira, conforme destacado por Britto (2004) e Vargas (2002) a tendência é que os instrumentos de apoio se adaptem ao estágio de consolidação dos APLs, o que implicaria na necessidade de certa sensibilidade dos formuladores de política pública para identificar as ações mais adequadas ao fortalecimento das estruturas de governança.

Portanto, se faz necessário a classificação dos arranjos produtivos locais pela simples necessidade de se conhecer o percurso deste para construir políticas públicas que se adequem com maior precisão à realidade em que os arranjos se encontram.

Para o SEBRAE (2009, p. 13.) “O arranjo apresenta suas próprias características com relação às origens, contexto econômico, ambiente sociocultural, nível de complexidade da cadeia produtiva entre outras”. Deste modo, os arranjos produtivos locais são classificados de três maneiras:

- a) Arranjos Incipientes: são os arranjos desarticulados, carentes de lideranças legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para implementar novos processos produtivos.

Os arranjos produtivos locais que são enquadrados como sendo incipientes são aqueles bastante desarticulados, carentes de governança, cooperação, entidades de classe estruturadas, investimentos em ciência e tecnologia. Estes arranjos precisam da necessidade de incentivos para fomentar o fortalecimento de governanças, ou consolidação de práticas cooperativas.

Os arranjos incipientes são importantes em termos locais pela arrecadação de impostos pelo município e na capacidade de geração de emprego. Possuem carência de recursos financeiros, possuindo dificuldade para a obtenção de linhas de crédito pelos bancos tradicionais (SEBRAE, 2009).

b) Arranjos em desenvolvimento: São importantes para o desenvolvimento local, pois atraem novas empresas e incentivam os empreendedores a investirem em competitividade, como condição para sua sobrevivência.

Os arranjos produtivos possuem vínculos com os demais setores da cadeia produtiva, com impacto direto sobre a qualidade de seus produtos. A qualidade de seus produtos se deve ao aprofundamento da exploração da vocação regional, proporcionando maior força e representatividade nas marcas e colabora desta forma com um maior fluxo de demanda por seus produtos. As lideranças são mais capacitadas e legitimadas, organizando-se em entidades de classe, defendendo interesses regionais, em vez de particulares. O poder público e o setor privado trabalham de forma harmoniosa e integrada para a cooperação do arranjo produtivo local (SEBRAE, 2009).

Neste caso, o arranjo produtivo trabalha de forma organizada e sistemática, fortalecendo o elo entre as empresas e promovendo com isso melhores indicadores de produtividade, pois trabalham de forma menos autocentrada.

c) Arranjos produtivos desenvolvidos (Sistema Produtivo e Inovativo Local): São aqueles arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando maior competitividade empresarial e capacitação social

Segundo esse tipo, percebe-se os arranjos produtivos muito mais articulados e de grande importância para o desenvolvimento local, principalmente pela sua capacidade de atração de novas empresas para dentro do recorte geográfico.

A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO NO CASO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A cooperação é primordial para um bom funcionamento do arranjo produtivo local, pois, notoriamente, os indivíduos que fazem parte deste meio conseguem de forma intrínseca notar a melhoria da produtividade quando se comparado ao trabalho individualizado; além disto, esses esforços sincrônicos podem se tornar vantagem competitiva.

Como descrito por Reisdorfer (2014), as cooperativas surgem como resultados de interações sociais, da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento. A cooperação, juntamente com o estudo coletivo e o progresso inovativo desses conjuntos de empresas, propicia de modo positivo para o enfrentamento de desafios impostos pela sociedade progressivamente globalizada. Esta oferece a possibilidade da difusão e intensificação das inovações tecnológicas, visando

assim reduzir as dificuldades como “custos de transação”, ou seja, os custos que vão além dos custos de produção.

O ambiente de cooperação possibilita ganhos capazes de eficiência geral, refletindo, assim, em um aumento da competitividade. O apoio à cooperação entre diversos fatores situados em um mesmo espaço geográfico apresenta uma possibilidade importante para a atuação dos governos na busca do desenvolvimento local. Conforme Piore e Sabel (1984), para que se tenha um equilíbrio entre competição e cooperação se faz inevitável a criação de instituições regionais com o propósito de incentivar o processo inovativo, transformando-o permanentemente.

Segundo Williamson (1996), para que as relações de cooperação típicas do funcionamento de uma economia de mercado possam ocorrer sistematicamente, é necessário que haja interesses comuns e estas pessoas precisam confiar mutuamente umas nas outras. Este tipo de interação é extremamente importante, pois indica as relações de confiança e cooperação que se desenvolvem entre as empresas, compreendendo vínculos relacionados à especialização produtiva e ao compartilhamento de recursos produtivos.

Os APLs de uma determinada região podem interagir de modo regular em torno de questões para a inovação e competitividade das empresas, conseguindo gerar, assim, uma dinâmica regional de aprendizagem.

Pode-se perceber que nem todas as microempresas estão envolvidas em relações conjuntas. No entanto o mesmo não ocorre com as médias e grandes empresas que por estarem inseridas em tais relações, sustentam laços de cooperação, o que vem contribuindo para melhorar a capacitação de recursos humanos e entrever novas oportunidades, bem como conseguir uma maior introdução no mercado externo.

Para Amaral Filho (2011), o surgimento da cooperação não é uma regra para o funcionamento de um APL, mas o ato de cooperar pode ser considerado entre os arranjos existentes, devido aos resultados que a troca de energias podem gerar aos membros individuais. Ou seja, como dito anteriormente, essas sinergias como a troca de informações podem fazer com que aqueles grupos de empreendedores cresçam substancialmente. O compartilhamento de informações é importante para o surgimento de inovações e tecnologias, fazendo assim, com que estes indivíduos ganhem destaques no mercado.

Deste modo, na cooperação, o comportamento confiável torna-se fator importante para a consolidação da governança, mas observa-se que esta interação entre os aglomerados produtivos, pode sofrer uma competição externa, e estas empresas têm que se organizar em rede, por vantagens competitivas para permitir uma maior potencialidade e consistência para as empresas próximas geograficamente.

A INFLUÊNCIA DOS ARRANJOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para o Portal de Desenvolvimento Local (2014), o desenvolvimento econômico local não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Desta forma, o desenvolvimento local não é o resultado de uma construção apenas teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento, mas sim uma necessidade real, uma forma de

gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento, tanto no melhor uso dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores envolvidos (IPADES, 2010).

É importante pensar as micro e pequenas empresas cooperando na forma de arranjos, pois desta forma conseguem de maneira mais facilitada a conquista de financiamentos, produtividade positiva, e geração de emprego, auxiliando no fomento à distribuição de renda e estimulando o desenvolvimento local através da renda.

Segundo Bolcone (2001), a implantação de arranjos produtivos constitui-se em instrumento de desenvolvimento local e regional. Por isso, as aglomerações de pequenas e médias empresas têm merecido a atenção daqueles que formulam políticas públicas econômicas destinadas a estimular o desenvolvimento local e regional.

Segundo Candido e Abreu (2000), o grande desafio das pequenas empresas é conseguir se manter a ponto de promover o desenvolvimento econômico de uma região. Mas para isso estas empresas necessitam agir de forma inovadora para os novos desafios que a competitividade atribui. Os arranjos são vitais para o desenvolvimento regional dado que levam ao aumento da produtividade, desempenho, inovação e ao desenvolvimento empresarial (NOVELLI *et al*, 2006).

Para haver desenvolvimento é preciso que haja cooperação e confiança entre as partes interessadas, redes e democracia, afinal agentes externos agindo isoladamente não são propulsores do desenvolvimento local. O crescimento econômico e social gera uma grande valorização recíproca entre as pessoas e o território, promovendo de forma eficaz a perspectiva de progresso de uma determinada região (ELIZA, 2014).

Para alguns autores, a visão dos APLs, como importante forma de promover o desenvolvimento, inclusive o econômico,

ocorre a partir do reconhecimento de que os arranjos produtivos da “periferia capitalista” mundial tendem a proporcionar impactos locais significativos sobre o desempenho das instituições, em especial nas pequenas e médias empresas e na geração de empregos.

Isbasoiu (2007) coloca que os APL's exercem um papel significativo no desenvolvimento local, gerando benefícios como: melhoria financeira e tecnológica das empresas, geração de oportunidades de trabalho, criação de riqueza e renda e maior nível de crescimento econômico global, quando comparado às regiões onde as empresas atuam de forma isolada. Assim, os APLs são reconhecidos por terem um papel significativo no desenvolvimento econômico regional e na melhoria da qualidade de vida nas localidades onde estão instalados (OLIVEIRA, 2014).

ATIVIDADE ARTESANAL EM PARNAÍBA

A cidade de Parnaíba é o maior e mais criativo centro de artesanato do Piauí, sobressaem os trabalhos que têm como base as fibras vegetais de tucum, buriti, taboa, carnaúba, agave e diversos produtos de madeiras. Estes artesanatos historicamente são fundamentais para o desenvolvimento na composição e manutenção da renda da população carente, tendo, sobretudo um papel fundamental na preservação da memória popular cultural. (IPAM, 1979).

Os produtos parnaibanos têm uma aceitação no mercado nacional quanto internacional, obtendo até cooperativas locais com nome inscrito no mercado internacional, deste modo valorizando o trabalho local e disseminando a valorização por produtos locais (SILVA FILHO, 1993).

Ainda segundo Silva Filho (1993), o artesanato piauiense situado no litoral do Estado constitui num importante fomentador

de empregos a custos reduzidos; entretanto, o autor evidencia que o principal problema encontrado por este setor é a falta de capital de giro. Neste sentido, pode-se dizer que o artesanato assistido e estimulado gera renda para uma parcela da população e representa um importante setor da economia parnaibana, pois gera trabalho e empregos, além de contribuir para muitos trabalhadores que não encontram, no mercado formal, condições para sobrevivência, mas encontra nesse ofício uma alternativa.

É imprescindível, portanto, o estímulo à produção e à divulgação do artesanato, enfatizando o desempenho aliado e agregado de turismo a artesanato, motivando as agências da cidade e de outros estados para a divulgação do Piauí de suas potencialidades artesanais (SILVA FILHO, 1993 p.48).

História das Associações e Cooperativas – Campal

A cooperativa artesanal mista de Parnaíba – CAMPAL é o maior polo em número de associados na cidade, no percorrer de sua história chegou a ter aproximadamente três mil cooperados. Fundada no governo Petrônio Portela, em meados de 1970, teve como primeira presidente Almira Moraes Silva. A sede da cooperativa se encontra no centro da cidade de Parnaíba-PI e possui ambientes exclusivos para diversas atividades, tal como, exposição e venda dos produtos, biblioteca e quartos destinados a palestrantes de outras cidades.

A CAMPAL tem como foco de produção o artesanato em escultura e os trançados em palha de carnaúba, agave, cipó de leite, taboa, entre outros. A seguir serão apresentadas algumas associações que estão diretamente ligadas ao artesanato local de Parnaíba, e fizeram parte deste estudo.

Associação do Barro Vermelho

A associação do Barro Vermelho foi fundada no ano de 2003 e iniciou suas atividades com cerca de 50 famílias, nesse mesmo período teve como primeira presidente Regina Neris. Inicialmente a associação era em um casebre feito de taipa; sua atual estrutura física foi financiada através de uma parceria entre o Senador do Piauí, Joao Vicente Claudino e a empresária Patrícia Abdo.

Associação de Trançados da Ilha Grande de Santa Isabel

A associação foi fundada no ano 2000, através de um projeto de recuperação e valorização do artesanato de tradição em trançado de palha de carnaúba, elaborado pelo Artesanato Solidário. A associação teve como prima presidente a Dona Serrate, no qual, ocupa esse cargo até os dias atuais.

A associação tem em média 25 famílias, onde seu foco de produção tem como matéria-prima a palha de carnaúba e anilina (corante). A associação foi ganhadora do Prêmio Top 100 de Artesanatos, realizado pelo SEBRAE Nacional.

METODOLOGIA

Este estudo teve como base metodológica para sua fundamentação, a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constitui principalmente de livros e artigos científicos”. Acrescentando o levantamento de dados, que se caracterizam pela interrogação direta das pessoas, cujo objetivo é conhecer o comportamento dos agentes envolvidos na pesquisa, buscando assim, informações do grupo de pessoas acerca do problema estudado.

No levantamento de dados foram realizadas entrevistas estruturadas com os líderes das associações do Barro Vermelho e

Trançados da Ilha de Santa Izabel e a cooperativa CAMPAL. Para a investigação, foram aplicados questionários semiestruturados e registros fotográficos que auxiliaram nos resultados, discussões e conclusões correspondentes aos dados coletados.

Os questionários aplicados aos artesãos da cooperativa e associações tinham como objetivo conhecer a característica e o estágio do desenvolvimento do aglomerado de artesanato encontrado na cidade de Parnaíba-PI, além de conhecer as variáveis, ocupação e renda, para serem analisadas como fomento do desenvolvimento local.

A tabulação dos resultados da pesquisa foi feita através do programa da Microsoft Excel, o qual proporcionou a geração das informações em gráficos para facilitação do entendimento do resultado do estudo.

AMOSTRA

A amostra pode ser determinada como sendo um subconjunto, uma parte designada de um universo de observações integrada pela população, através da qual se faz um juízo ou inferência sobre as características da população (TOLEDO, 2010).

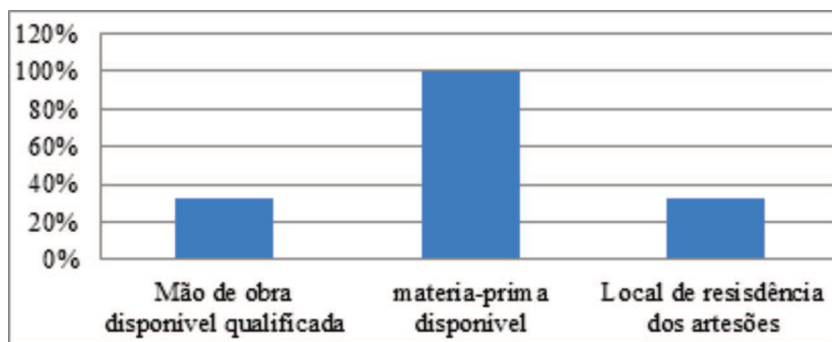
A amostragem estabelecida neste trabalho é a não probabilística. Costa Neto (2002) evidencia a utilidade da amostragem não probabilística por simplicidade ou impossibilidade de se obter amostras probabilísticas, como seria desejável. Portanto, a escolha da amostra que foi definida para melhor se adequar à realidade do local e do exercício do estudo foi a amostragem intencional, que de acordo com determinado critério, é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. A escolha deste grupo de elementos é representada pela perspectiva e julgamento da boa representação da população (COSTA NETO, 2002).

RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES DO ESTUDO

Buscou-se demonstrar através dos gráficos e das interpretações o resultado da pesquisa aplicada às associações e à cooperativa encontradas dentro do arranjo produtivo local de artesanato na cidade de Parnaíba-PI. Foram utilizadas como amostra de pesquisa as associações: Barro Vermelho, Trançados da Ilha de Santa Izabel e a cooperativa CAMPAL.

O estudo procurou investigar como as informações das associações e cooperativas influenciam de forma conjunta na localidade, não de maneira individualizada. O primeiro ponto neste trabalho é a localização. A localização é fundamental para caracterizar e fomentar um arranjo produtivo local, em razão da necessidade de estarem dentro de um recorte geográfico para adquirir tal qualidade. Quando perguntado sobre o porquê da localização das associações e cooperativa estarem na cidade de Parnaíba – PI, se obteve a seguinte resposta:

Gráfico 1 – Localização das Associações e Cooperativas

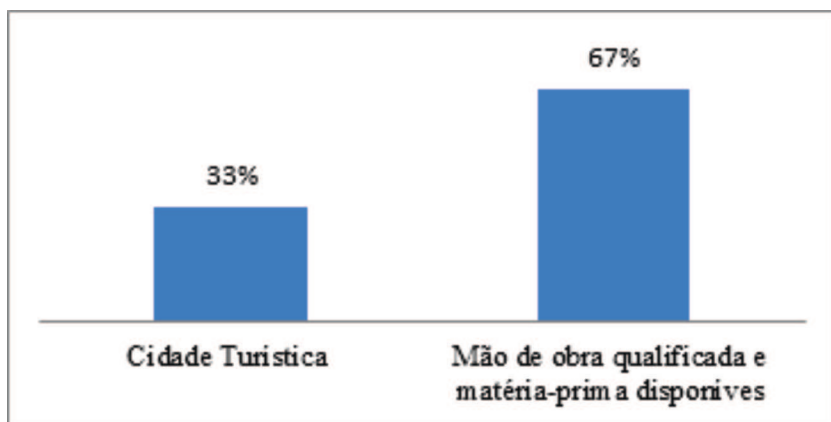


Fonte: pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Cerca de 30 % responderam que a mão de obra qualificada e por ser o local da residência dos artesões foram determinantes para a localização da cooperativa e associação; contudo, a totalidade da amostra demonstra que a matéria-prima disponível na região foi fundamental para fundar a associação e cooperativa na cidade. Isso é importante, pois os arranjos produtivos locais podem ocorrer de forma vertical, ou seja, da matéria prima retirada do próprio local até a produção do bem final, assim contribuindo para toda cadeia de produção.

A necessidade da averiguação da localização deve-se à necessidade do conhecimento das vantagens locais, visto que, são fundamentais para o desenvolvimento do arranjo, pois são as vantagens competitivas que irão fomentar o desenvolvimento dos arranjos frente aos demais. Quando perguntadas sobre as vantagens de se encontrarem instaladas na cidade de Parnaíba-PI, responderam conforme explícito no gráfico 2.

Gráfico 2 - Vantagens sobre a localização



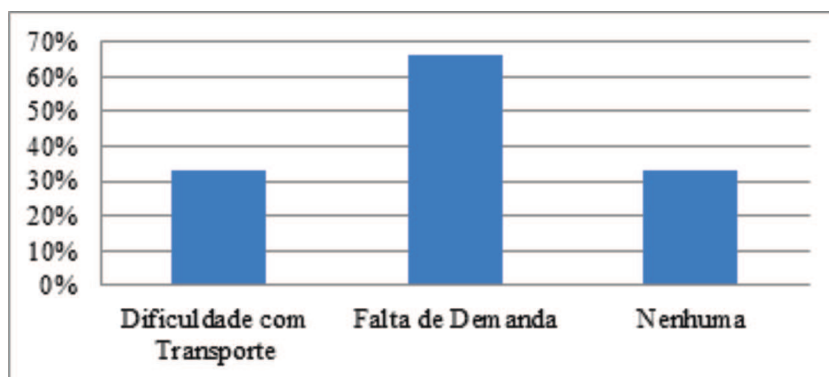
Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Por Parnaíba ser uma cidade turística, esta influencia positivamente a demanda pelas mercadorias, e nesse sentido, 33% da amostra cita esta relação como uma vantagem da cidade. A mão de obra qualificada e a matéria prima disponível somam juntas 67% das respostas acerca das vantagens. A matéria-prima é encontrada com abundância nas proximidades das associações e cooperativas, quase não contribuindo para o custo da produção.

Quando discutido a questão da localidade, Garcez (2000) analisa que a questão local é importante devido ao papel desempenhado na comunicação entre os agentes do processo, neste caso, os artesões que residem na própria localidade do arranjo ou pela criação de relações de confiança entre os mesmos.

Outro ponto levantado na pesquisa foi acerca das desvantagens da localização, e sobre este aspecto teve-se a seguinte resposta:

Gráfico 3 - Desvantagens da localização

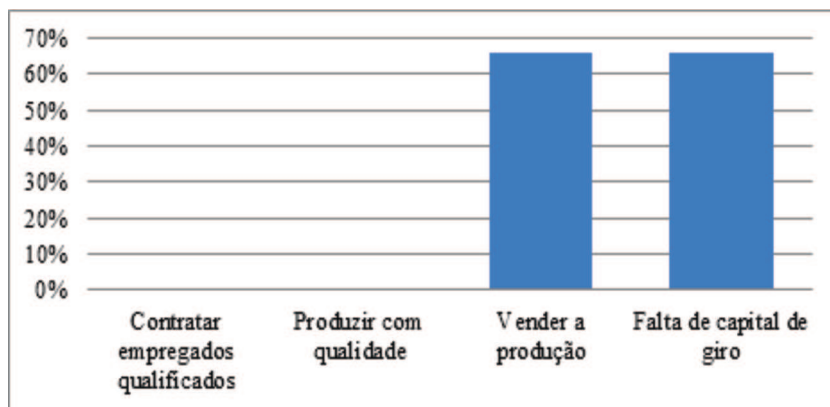


Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Dos entrevistados, 34% afirmam ter dificuldades com o transporte para o escoamento da sua produção para demais localidades, principalmente quando ocorrem eventos de fomento à atividade aqui tratada. A falta de demanda representa 66% das principais desvantagens para atuar na cidade, pois não existe uma demanda contínua, ou seja, é sazonal ocorrendo principalmente no período de férias. Os restantes, 33% dos pesquisados afirmam não haver nenhum ponto negativo na cidade que fosse considerado como entrave para a produção e desenvolvimento da comercialização das suas mercadorias.

As associações e cooperativas também foram questionadas sobre as principais dificuldades em relação ao mercado no qual estão inseridos.

Gráfico 4 - Principais dificuldades

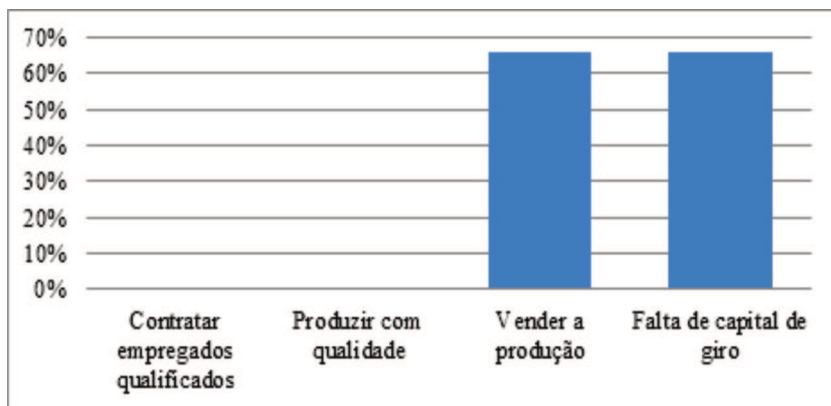


Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

As principais dificuldades encontradas pelas associações e cooperativas que trabalham com artesanato na cidade foram a venda da produção e a falta de capital de giro para a dinâmica de gestão dos estabelecimentos. Ao menos 66% afirmaram que a principal dificuldade se encontra na venda e os mesmos 66% destacaram a falta de capital de giro, os restantes 33% não citaram nenhum tipo de dificuldade.

Quando questionados sobre as variáveis (trabalho e renda) que colabora diretamente com o processo de desenvolvimento local da comunidade. Vê-se que no presente caso, essas variáveis destoam do desejado, em se tratando de arranjos produtivos locais.

Gráfico 5 - Faturamento e empregabilidade



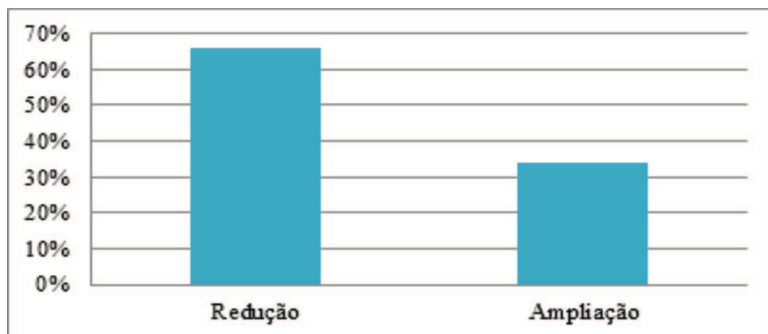
Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Os valores da renda e número de trabalhadores não são disponibilizados neste estudo a fim de preservar as associações e cooperativas aqui tratadas. A demonstração dos anos pesquisados ocorre através da interpretação do gráfico, o valor 1 denota o ano de 2012, o que buscou estudar como ano base, 2 como o ano de 2013, 3 como o ano de 2014 e assim sucessivamente até o valor 6 representando o ano de 2017.

Quando analisado o faturamento e os números de empregados, gerados dentro do arranjo produtivo local de artesanato na cidade de Parnaíba-PI, percebe-se o oposto do que se espera. Segundo Santana et al. (2004), a dinâmica diferenciada do APL contribui para a distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população, gerando, desta maneira, postos de trabalho capazes de manter tais fatores.

Isbasoiu (2007) coloca que os APLs exercem um papel significativo no desenvolvimento local, gerando benefícios como: melhoria financeira, geração de oportunidades de trabalho, criação de riqueza e renda e maior nível de crescimento econômico. Foi questionada, também, a variação da demanda pelas mercadorias, ao longo do tempo, entre o ano base 2012 até o ano de 2017.

Gráfico 6 – Demanda

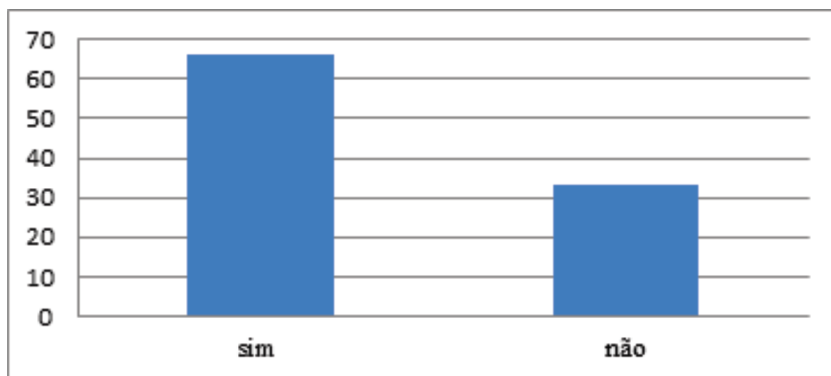


Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Dos entrevistados, 66% afirmaram que ao longo do tempo houve uma redução da demanda em relação a sua venda. 33% dos artesões justificaram a redução devido ao aumento da concorrência, 66% à retração do mercado, entretanto, 34% responderam que houve um aumento na demanda por seus produtos.

Outro fator importante a ser ressaltado é a cooperação entre as associações e cooperativas.

Gráfico 7 - Atuação com outras associações e cooperativas



Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

33% dos entrevistados afirmaram não ocorrer troca de conhecimento e cooperação com outras associações e cooperativas; entretanto, 67% afirmam trabalhar de forma a contribuir conjuntamente, trabalhando e ajudando as demais associações e cooperativas.

As ajudas mais desenvolvidas são a pratica de auxiliar em novas técnicas e o suporte para a produção quando ocorre o aumento da demanda. Quando perguntados sobre as vantagens de atuarem de forma mais cooperativa com as demais associações e cooperativas, 66% responderam que as vantagens são no desenvolvimento do produto, conhecimento e divulgação; os

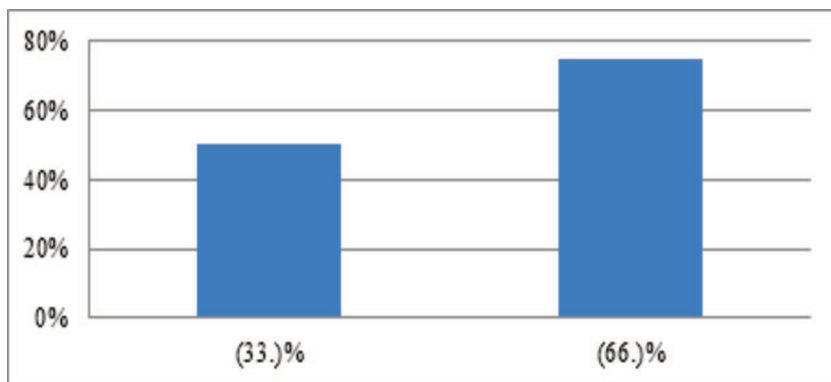
demais entrevistados (34%) não souberam responder, pois não possuem essa prática.

Com o aumento do conhecimento e do aprendizado entre os agentes, a empresa passa a dispor de maiores possibilidades para inovar em seus produtos e, assim, torná-los mais atraentes ao mercado (CABETE, DACOL, 2008). Isso parte do momento que há a cooperação entre as associações e cooperativa.

Segundo Quirici (2006), a cooperação é imprescindível para consolidar as vantagens competitivas entre as empresas inseridas em um APL e é o que faz com que elas se diferenciem de uma simples concentração de empresas do mesmo setor. Assim sendo, é fundamental para a caracterização de um arranjo produtivo a propriedade da cooperação.

Outra questão indispensável a ser levantada é a observação da renda advinda da atividade artesanal desenvolvida dentro da cooperativa e associação.

Gráfico 8 - Renda derivada da atividade artesanal



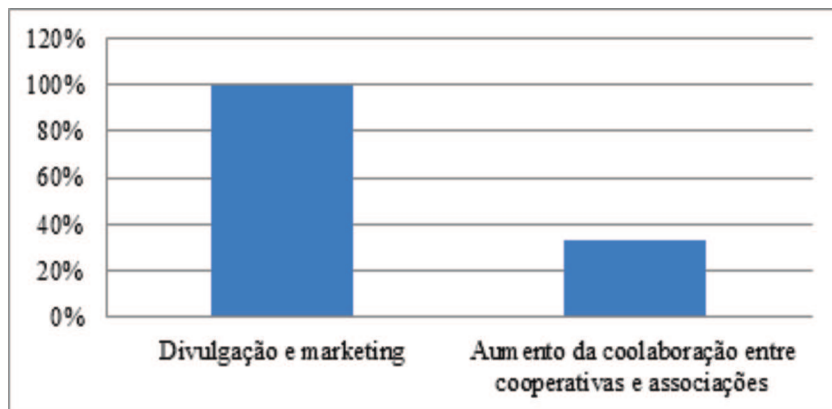
Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

Como resultado, 33% dos artesões cooperados e associados possuem 50% de suas rendas advindas do trabalho artesanal. Os artesões que ultrapassam essa marca, que compreende 66% dos artesões, possuem cerca de 75% da sua renda advinda da atividade da venda de artesanato.

Desta maneira, quando o arranjo produtivo vai bem, o local ou a região também vai bem, por causa dos efeitos estruturais de conexão, dos intensificadores de emprego e renda e da rentabilidade ascendente produzida de dentro para fora do sistema produtivo. Gera-se assim uma ação de autorreforço que colabora para a sustentabilidade da trajetória do crescimento e expansão do arranjo (AMARAL FILHO, 2011).

O fator que poderia ser melhorado entre as cooperativas e associações foi questionado entre os representantes a fim de esclarecer e entender de forma mais dinâmica a problemática em questão.

Gráfico 9 - O que pode ser melhorado?



Fonte: Pesquisa direta (OLIVEIRA, 2017).

As associações e a cooperativa citaram de forma unânime (100%) a falta de divulgação e marketing como principal dificuldade, além disto, foi citada a falta da colaboração entre cooperativas e associações para o fortalecimento do trabalho dos artesões na comunidade.

Por fim, quando perguntado como o artesão vê seu trabalho em relação a atual situação do país, 66% responderam não enxergar boas perspectivas e não recomendar a atividade para os novos profissionais; 33% responderam que a atividade é boa.

CONCLUSÃO

Com base nos conceitos estudados através da revisão de literatura neste trabalho, pode-se inferir que as associações Barro Vermelho, Trançados da Ilha de Santa Izabel juntamente com a cooperativa CAMPAL, formam um arranjo produtivo local incipiente.

O arranjo produtivo local de artesanato é classificado como incipiente com base na observação da estrutura dos mesmos, soma-se a isto, o respaldo das conclusões derivadas da aplicação dos questionários nas associações e na cooperativa que demonstrou tais condições para esta classificação.

Nota-se entre esse aglomerado a carência por liderança representativa no local, que ocorra de forma conjunta, e não individual, como ocorre atualmente; ademais, falta a integração entre o poder público e empresas. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de caráter privado, colabora de forma bastante expressiva na região, entretanto, não é capaz de fomentar a realização de um APL de forma integrada.

Outra realidade bastante significativa que remete aos arranjos incipientes é a incapacidade da geração de emprego e

fomento à renda para a comunidade. Arranjos mais arrojados possuem uma estrutura mais concretizada e estabilizada, possuindo mais facilidade ao crédito para financiar suas produções, realidade que não cabe ser mencionada no arranjo produtivo local de artesanato de Parnaíba, que possui dificuldades de acesso ao crédito e ao capital de giro para alavancar sua produção.

Quando observado a cooperação é percebido outra realidade, pois, a grande maioria dos associados e cooperados colaboram com as demais associações. Essa característica positiva remete a um arranjo produtivo local em desenvolvimento.

O arranjo produtivo local de artesanato na cidade de Parnaíba tem por natureza a capacidade de crescimento e desenvolvimento, pois possui mão de obra qualificada, matéria-prima em abundância durante todo ano e produção de qualidade. Percebe-se desta forma a necessidade da parte burocrática governamental e empresarial de logística para que consiga se expandir.

Outra linha de investigação neste trabalho foi à relação do APL para com o desenvolvimento local da comunidade, através de duas variáveis: emprego e renda. A conclusão que se atenta dentro dessa investigação é resultado também de análises e de observação.

A conclusão que se tem, a partir da metodologia já descrita, é a ineficiência do arranjo para o fomento do desenvolvimento local. O número de empregados artesões declinou em 66% dos casos, nenhuma associação ou cooperativa possui índices positivos. Isso influi dizer a não existência do aumento na geração de emprego para a comunidade, e derivado disso, a renda declina de forma conjunta. Caso esporádico ocorreu com o aumento da renda advinda do aumento da demanda, contudo neste mesmo

caso o crescimento no número de emprego foi nulo, ou seja, houve uma concentração de renda para a cooperativa onde não produziu emprego, deste modo não contribuindo para o desenvolvimento local.

Pode-se, por fim, dizer que o arranjo produtivo local tem tendência a ser classificado como incipiente com algumas características dos arranjos em desenvolvimento e não contribui para o desenvolvimento local quando analisados pelas variáveis renda e geração de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. *et al.* **Sistemas e arranjos produtivos locais**: planejamento e políticas públicas, n. 36, 2011.

BOLCONE, M. I. B. **Minidistritos Industriais: uma política pública de incentivo às micro e pequenas empresas** (São José do Rio Preto, 1983-1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2001.

BRITTO, J. **Arranjos Produtivos Locais**: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro. UFF, 2004.

CABETE, N. P. F.; DACOL, S. Identificação das características dos Arranjos Produtivos Locais. **Anais do XXVIII ENEGEP**. Rio de Janeiro: Abepro, 2008.

CÂNDIDO, G. A.; ABREU, A. F. de. **Aglomerados Industriais de Pequenas e Médias Empresas como Mecanismo para Promoção de Desenvolvimento Regional**. READ-Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2000.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil**. Notas técnicas da fase II do Projeto “Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos e inovativos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras”, 2002.

COSTA NETO, P. L. de O. **Estatística**. 2. ed. São Paulo. Edgard Blucher, 2002.

DUARTE, G. A. **A Transferência da Informação em Arranjos Produtivos Locais de Gemas e Jóias**. Universidade de Brasília, 2011.

ELIZA, F. **Redes de Cooperação de Micro e Pequenas Empresas: mecanismo de desenvolvimento local no Polo Industrial de Juruaia–MG.** Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 1, n. 1, p. 54-60, 2014.

GARCEZ, C. M. D. **Sistemas locais de inovação na economia do aprendizado: uma abordagem conceitual.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 351-366, 2000.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

IPADES. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável. Disponível em: < <http://www.ipades.com.br/>>. Acesso em: 28/06/2017.

IPAM. **Diagnóstico Municipal.** Parnaíba/Teresina, 1979.

ISBASOIU, G. M. **Industrial clusters and regional development:** The case of Timesoara and Montebelluna. Munich Personal Research Archive, Munich, n. 5037, nov. 2007.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. **Novas Políticas na Era do Conhecimento:** o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Parcerias estratégicas, v. 8, n. 17, p. 05-30, 2010.

LASTRES, H. MM; CASSIOLATO, J. E. **Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais.** Parcerias estratégicas, v. 8, n. 17, p. 05-30, 2003.

MATTOS, SMCS. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: **o caso de Maracás.** Sitientibus. Feira de Santana, n. 39, p. 131-167, 2008.

NOVELLI, M.; SCHMITZ, B.; SPENCER, T. Networks, clusters and innovation in tourism: **A UK experience.** Tourism management, v. 27, n. 6, p. 1141-1152, 2006.

Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PIORE, M.; SABEL, C. The Second Industrial Divide: **possibilities for prosperity. Basic books, 1984.**

PORTAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Disponível em: <www.portaldodesenvolvimento.org.br/>. Acesso em: 31/04/2017.

PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition.** Boston: Harvard Business Review, 1998.

QUIRICI, W. J. **Modelo conceitual para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

REDESIST. **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível: <www.ie.ufrj.br/redesist/>. Acesso em: 30/05/2017.

REISDORFER, V. K. Introdução ao Cooperativismo. **Colégio Politécnico (UFSM), Santa Maria-RS, 2014.**

SANTANA, A. C. **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento**, 2004.

SCHIAVETTO, F.; ALVES, C. A. **A Identificação dos Arranjos Produtivos Locais: uma Análise sobre sua Constituição no Contexto Regional e Nacional**. REA-Revista Eletrônica de Administração, v. 8, n. 1, 2009.

SCHMITZ, H. **Global competition and local cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil**. World development, v. 27, n. 9, p. 1627-1650, 1999.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. Brasília, 2009.

SILVA FILHO, F. P. da. **Economia parnaibana: aspectos macro e microeconômicos**. UFPI, 1993.

SILVA, A. G. da. **Arranjos Produtivos Locais e a Competitividade das Micro e Pequenas Empresas**. Universidade de Brasília, 2010.

TOLEDO, G. L. **Estatística Básica**. 22. ed. São Paulo, 2010.

VARGAS, M. A. **Proximidade Territorial, Aprendizado e Inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE (Tese de Doutorado), 2002.

WILLIAMSON, O. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

CAPÍTULO VII

ESPAÇO GEOGRÁFICO E ESPAÇO TURÍSTICO NA CIDADE DE PARNAÍBA/PI

John Kennedy Viana Rocha
Edvânia Gomes de Assis Silva

INTRODUÇÃO

Este estudo faz uma análise dos principais espaços turísticos da cidade de Parnaíba, localizada na região do Meio-Norte, estado do Piauí, com foco nas práticas cotidianas das atividades urbanas desenvolvidas pela sociedade que buscam a aquisição do capital, as negociações das mercadorias, oferta dos produtos que geram a movimentação e o fluxo do capital para o crescimento da urbanização e, concomitantemente, a ocupação dos espaços geográficos por serviços, comércios e empreendimentos que proporcionam a geração de emprego e renda.

Segundo Carlos (2020),

A vida urbana se realiza como prática socioespacial como uso dos lugares cuja origem se situa no culto da religião (um sentido subjetivo não separado da materialidade objetiva) que ganha, ao longo da história, a forma urbana permitindo que o conjunto das relações sociais se realize articulando um conjunto de lugares cuja existência permite a realização da vida cotidiana.

Para Silveira (2014), “o entendimento das relações que se estabelecem entre turismo e espaço, depende das concepções que se tem de espaço”. Parafraseando, o autor define que são as concepções e características locais que estabelecem a relação dos objetos que ali existem, e as ações sobre estes objetos no espaço geográfico.

Para Santos (2002),

O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Para o autor, os objetos constituem as redes técnicas (ruas, avenidas, estradas, prédios, casas, cidades, zonas rurais etc) e os substratos físico-natural os quais servem de suporte à vida das sociedades, bem como as ações que compõem o trabalho, a produção e o consumo de mercadorias, além das práticas sociais cotidianas e não cotidianas dos povos.

Para Silveira (2014), a Geografia, assim como outras ciências utilizam suas categorias para fundamentar outras análises das espacialidades da Geografia. Assim, além da categoria do espaço geográfico, ainda existem outras categorias como: território, lugar, paisagem e região. Enfim, todas estas categorias e conceitos geográficos são utilizados pelo turismo quando surge a necessidade de se fazer uma análise do espaço turístico.

Já o espaço turístico é analisado sob a ótica sistêmica, isto é, como um conjunto de elementos inter-relacionados, que evoluem de forma dinâmica no tempo. O autor acrescenta, o espaço, o tempo, e o movimento se apresentam como um único corpo (autodependente), capaz de explicar a complexidade proveniente das diversas ações e relações que determinam a criação (produção) do espaço turístico. (SILVEIRA, 2014).

Neste sentido, o estudo das relações do turismo com a Geografia através das relações sistêmicas no espaço, se dá no município de Parnaíba-PI, através do seu processo de urbanização que tem despertado discussões quanto ao crescimento acelerado dos espaços urbanos. Nesta perspectiva, a produção do espaço a partir desta visão, acontece de forma direta e/ou indireta pelas necessidades da sociedade local e das políticas públicas.

Neste contexto, a cidade de Parnaíba-PI tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento regional por ser uma cidade regional localizada na planície costeira do estado do Piauí, onde aos poucos, os setores da economia e das práticas sociais vão se transformando junto ao processo de urbanização, o que a torna cada vez mais importante para suprir as necessidades da população local e regional e suas práticas cotidianas. Com isso, surgem as práticas turísticas na cidade, que se apropriam do espaço geográfico para se transformar em espaços turísticos que contribuem para a geração de emprego e renda e movimentação do setor econômico.

A cidade de Parnaíba-PI aponta alguns aspectos socioeconômicos causados pelo crescimento urbano e econômico, oriundos das transformações socioespaciais, ocorridas no processo de urbanização dos espaços geográficos em transformação para espaços turísticos, assim podemos citar: Avenida São Sebastião, Complexo Turístico Porto das Barcas, Avenida das Nações Unidas (Beira-Rio), Avenida Deputado Pinheiro Machado.

Diante desta discussão, foi possível fazer uma análise do processo de urbanização da cidade de Parnaíba-PI e a sua influência na produção dos espaços turísticos, capaz de identificar as políticas públicas direcionadas à gestão urbana, social e econômica e das atividades turísticas existentes na cidade, como

também, como os agentes produtores dos espaços turísticos, se organizam a partir da história e dos perfis de serviços oferecidos nas suas áreas de atuação agregando o espaço turístico ocupando o espaço geográfico.

Neste contexto, Santos (1994; 2002) afirma que o espaço geográfico é a natureza e a sociedade que se interagem em um conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produções e relações sociais (...).

A produção do espaço turístico se desenvolve a partir dos agentes que atuam a favor dos interesses na produção do capital, fazendo assim com que o consumo (oferta e produtos), sejam o ponto principal destes agentes e dos empreendimentos que se instalam nestes espaços, no entanto, isto desencadeia a produção do espaço turístico favorecendo o desenvolvimento do setor.

Em Parnaíba, o turismo é uma realidade traduzida pelas atividades dos setores; agências de viagens, rede hoteleira e equipamentos turísticos, que vêm crescendo na região como um elemento importante na prestação de serviços, gerando assim, estratégias importantes para o seu crescimento econômico local.

Neste contexto, os espaços turísticos favorecem o crescimento das suas atividades em conjunto com a dinâmica da relação do consumo de bens e serviços. Fratucci (2000), relata que o lugar turístico reúne o espaço e o território. Parafraseando, o autor destaca que enquanto prática socioespacial, o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os e, a partir disto, produzindo espaços originando às atividades produzidas pelo turismo.

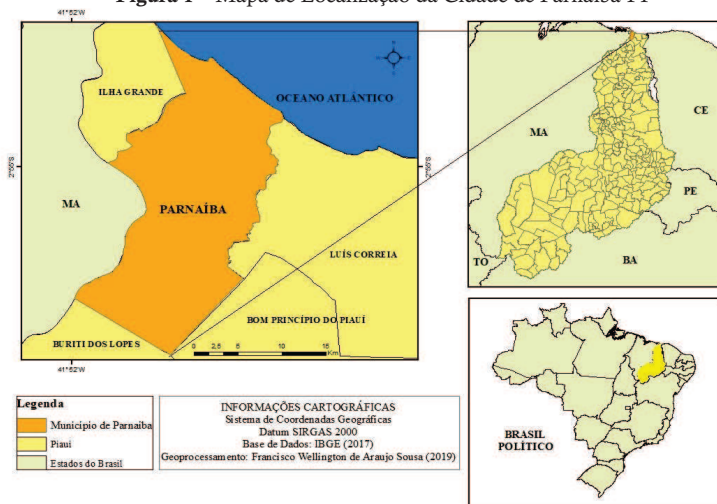
Para delineamento metodológico o estudo se alicerçou em pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados através de questionário semiestruturado, registro fotográfico, mapas georeferenciados. As tabulações de dados foram feitas com base nos questionários (perguntas/respostas) e a análise dos dados

buscou a compreensão com base nas tabelas, gráficos e quadros para as discussões dos resultados apresentados. (É preciso ressaltar que este estudo foi desenvolvido entre Março/2019 á Fevereiro/2020).

A ALMA DO LUGAR – A CIDADE DE PARNAÍBA

Localizada no norte do estado do Piauí, na mesorregião do litoral piauiense compreendendo uma área irregular de 431 km², a cidade de Parnaíba tem uma população estimada de 150.547 habitantes (IBGE, 2018), e uma densidade demográfica de 334,51 hab/km², com seus limites territoriais; ao norte o município de Ilha Grande e o Oceano Atlântico, ao sul Buriti dos Lopes e Cocal, a leste Luís Correia, e a oeste o estado do Maranhão. (BRASIL, 2004) A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 02° 54'17” de latitude sul e 41° 46'36” de longitude oeste de Greenwich. A sede municipal dista cerca de 318 km de Teresina. (IBGE, 2010). **(Figura 1)**

Figura 1 – Mapa de Localização da Cidade de Parnaíba-PI



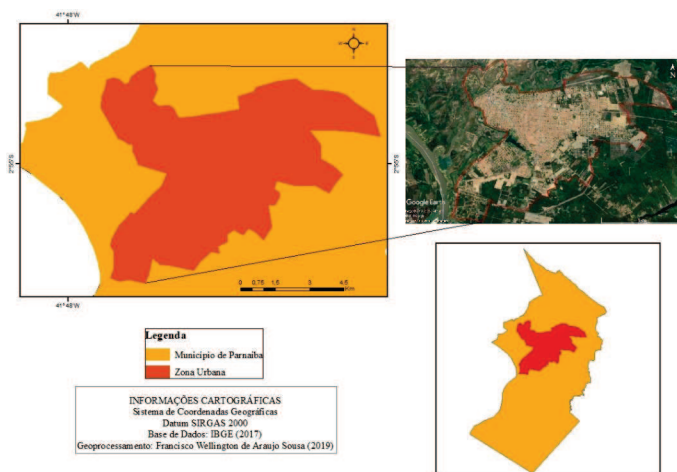
Fonte: Elaborado por Sousa (2019)

O município possui uma oferta de infraestrutura social e urbana, bem como de serviços de interesse turísticos, além de significativo conjunto histórico arquitetônico. A economia do município está baseada no setor primário, com destaque para atividades agrícolas e de extrativismo, contudo, dispõe de atividades vinculadas ao comércio, com PIB total de 672.095 reais, sendo este, o maior índice de riqueza de produção do polo, corresponde a 81%. Por se tratar de um município costeiro, as atividades de pesca e carcinicultura também são significativas para a economia local. (PIAUI, 2012). Para este estudo foram selecionados conforme sua importância da economia e como atrativos turísticos as seguintes áreas: Avenida São Sebastião, Complexos Turísticos Porto das Barcas, Avenidas Nações Unidas (Beira Rio), Avenida Deputado Pinheiro Machado, todas localizadas no perímetro urbano.

Em 2011, a cidade apareceu entre as 40 cidades brasileiras, excluídas as capitais, onde o consumo e o poder econômico mais cresce. Parnaíba está num ranking seletivo e invejável de desenvolvimento do poder de compra em núcleos urbanos com mais de 100 mil habitantes, e projeta para os próximos anos um crescimento médio anual de 11% nas taxas de consumo. (PARNAÍBA, 2019). A segunda cidade do estado do Piauí, destaca-se pela bela paisagem, marcada pelos carnaubais e litoral, e pela atividade comercial e industrial, que serve de apoio ao turista que vem visitar a porta de entrada do Delta do Parnaíba, um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil. Em pesquisa realizada pelo estado do Piauí que gerou o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí, mostra que o estado possui um elevado potencial para expansão a atividade turística associada a áreas de grande interesse ambiental e beleza

cênica, como o Delta do Parnaíba. (PIAUI, 2013) O Delta também faz parte da “Rota das Emoções” juntamente com Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, (DELTA/JERI/LENÇÓIS), considerado o melhor roteiro turístico integrado em 2009 pelo Ministério do Turismo. (PARNAÍBA, 2019).

Figura 2 – Mapa da Zona Urbana de Parnaíba-PI



Fonte: Elaborado por Sousa (2019).

O universo da pesquisa buscou fazer um levantamento de todos os serviços oferecidos como agentes produtores do espaço geográfico, em consonância com o setor público favorecendo um maior benefício no desenvolvimento urbano local turístico na cidade, assim, foram analisados quais tipos de serviços são ofertados, o seu tempo de instalação destes equipamentos, além de investigar como estes empreendimentos tomaram a iniciativa de agentes produtores do espaço na perspectiva destes serem considerados importantes no desenvolvimento local, ofertando um serviços para toda região.

O ESPAÇO TURÍSTICO DA AVENIDA SÃO SEBASTIÃO

A Avenida São Sebastião apresentou nos últimos dez anos um crescimento de importante relevância para o seu processo de urbanização, sendo considerado por muitos, um corredor de apreciação turísticas e de importância dentro do setor da economia da cidade, comportando uma variedade de categorias de bares, restaurantes, lojas, postos de gasolina, bancos, sorveterias, tabacarias, cervejarias, academias, entre outros que fazem desse lugar um espaço de lazer não só apenas aos seus visitantes, mas também aos moradores que acabaram construindo um lugar de fino agrado de quem desfruta de suas acomodações.

Figura 3 – Avenida São Sebastião – Parnaíba- PI



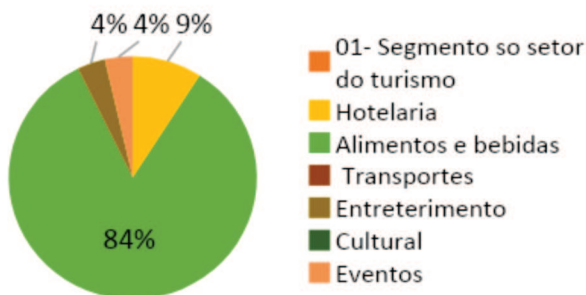
Fonte: Rocha (2019)

Muitas atividades sejam elas recreativas ou econômicas são realizadas na Avenida São Sebastião, algumas são diárias outras seguem o calendário de eventos da Prefeitura Municipal de Parnaíba com datas estabelecidas. A seguir, estão descritas algumas delas que contribuem de forma direta e indireta na geração de emprego e renda para o município, de acordo com sua atuação econômica.

Na análise do gráfico 1, é possível verificar 84% dos entrevistados assinalaram que a oferta de serviços de alimentos e bebidas é o que mais prevalece na avenida, são vários empreendimentos que apostam no setor de alimentação/bebidas. Durante todo percurso da avenida podemos encontrar estabelecimentos que funcionam em torno de 12 horas por dia, a maioria abrindo quase que diariamente, ou seja, a avenida é uma via de acesso para vários bairros e avenidas da cidade tornando um ponto muito procurado para o uso dos espaços para alimentação.

Quanto ao Setor de Turismo, muitas atividades estão relacionadas à prestação e serviços que movimentam o comércio e delimitam a área como atrativa para atividades ligadas à prática do turismo, adicionadas a alimentos e bebidas, transportes e atividade cultural. No Gráfico 1, a análise foi a seguinte:

Gráfico 1 – Segmento do Setor do Turismo



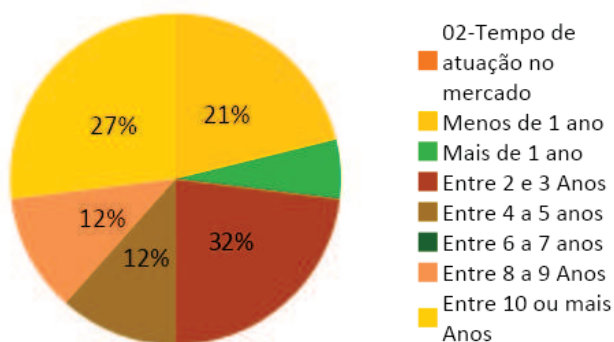
Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

O que se pode analisar foi que dos empreendimentos investigados para a área do turismo, 9% estão ligados à presença da hotelaria que se distribuem pela avenida. Assim, foi notório que a avenida por ser um espaço de fácil acesso, ela se apresenta como um ponto de orientação para que o turista possa se deslocar para outras partes da cidade, além disto, muitos turistas/visitantes preferem se hospedar em locais onde possam encontrar uma variedade de produtos para suprir a alimentação, bebidas, entretenimento e compras em geral.

Em relação à atividade do setor de eventos, apenas 4% dos entrevistados apontaram que a avenida é um espaço que tem muitos estabelecimentos que ofertam eventos durante vários dias da semana, isto fortalece e contribui para que outros empreendimentos aumentem seu consumo, principalmente no setor de alimentos e bebidas. Além disto, a avenida nos últimos anos, tem recebido eventos dos agentes públicos, aniversário da cidade, carnaval, delta férias. Dentre outras atividades que acabam beneficiando e movimentando a economia temos a via sacra e os festejos de São Francisco realizados por grupos católicos que movem o Turismo Religioso, entretenimento e cultura não percentuaram na pesquisa.

O Gráfico 2, traz uma análise sobre o tempo de atuação dos agentes produtores do espaço turístico, como mencionado anteriormente, a avenida sofreu várias mudanças em sua infraestrutura o que infere na oferta turística, mesmo assim, muitos conseguiram manter seus empreendimentos.

Gráfico 2 – Tempo de Atuação no Mercado



Fonte: Pesquisa Direta (Rocha, 2019)

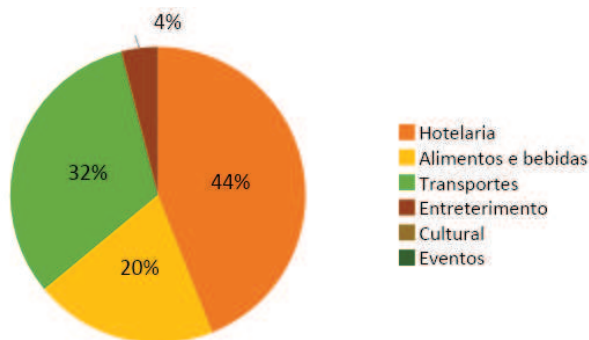
Os dados apontaram que 27% se mantiveram numa variável de 10 ou mais anos, em segundo com 32%, dos serviços oferecidos têm entre 2 ou 3 anos com 21 % é possível verificar que houve a instalação de novos serviços, 12% está entre 8 a 9 anos, 11% entre 4 a 5 anos e 6% mais de 1 ano. Todo este tempo foi possível verificar que a aplicabilidade de nova estrutura física como foi apreciado na análise do Plano Diretor Municipal de Parnaíba, e reforma dos estabelecimentos pode ser um fator que contribui fortemente à estabilidade destes equipamentos. Além da economia crescente da cidade de acordo com o IBGE (2018).

ESPAÇO OCUPADO: AVENIDA DEPUTADO PINHEIRO MACHADO

O gráfico 3 classificou o segmento do turismo que é produzido pelo espaço turístico da Avenida Deputado Pinheiro Machado, esta é uma via de influência onde muitos visitantes do litoral piauiense com destino às praias, trafegam por ela. O gráfico mostra que 44 % dos questionados apontaram que a

predominância do segmento turístico está na hotelaria e varia entre pousadas, hotéis e pensões e a maioria fica localizada próximo à Rodoviária de Parnaíba que recebe influência da BR-402 Parnaíba-PI/Fortaleza-CE e 343-Parnaíba-PI Teresina, o que se torna um elemento importante para a atividade turística.

Gráfico 3 – Segmento do Setor do Turismo



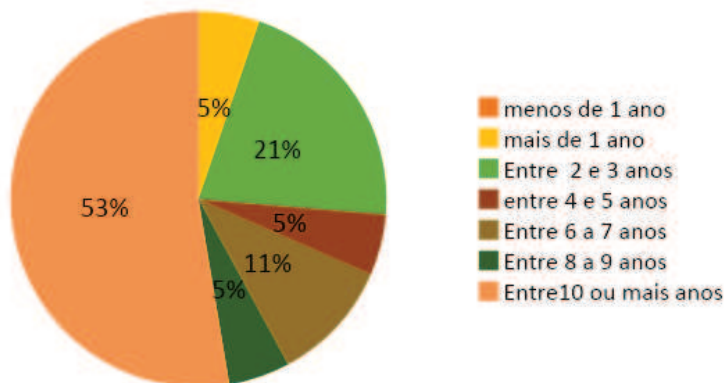
Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

A presença de rodovias em áreas urbanas gera um impacto significativamente negativo - enquanto ocorre uma queda no desempenho operacional das rodovias, ocorre também uma depreciação da qualidade de vida nas cidades (DNIT, 2007). Assim, a BR- 343 que passa dentro da cidade movimenta a economia local, mas por outro lado exclui moradores que são impactos com a movimentação e o barulho causando transtornos até na saúde. O gráfico 3 apresentou que o setor de transportes ficou em segundo lugar de acordo com 32 % dos entrevistados. A explicação para isto, são os entroncamentos das duas BRs 402 e 343, diante disto, facilita as vendas de passagens, pois a saída dos ônibus é bem mais acessível e mesmo a própria rodoviária que até mesmo dentro dos seus quiosques já vendem suas passagens, facilitando assim, a movimentação dos turistas que visitam a

cidade. Outro item analisado resultou que, 20% dos setores ligados ao turismo na avenida são de alimentos e bebidas por avenida através de seu comércio possuir estabelecimentos para dar suporte ao turismo. Apenas 4% acham que o entretenimento é um setor que também pode ser percebido, quando a comunidade local e turistas podem usufruir dos bares e restaurantes que estão localizados na avenida. A cultura e eventos não pontuaram no estudo, assim nos aspectos funcionais da avenida como coloca os dados apresentados, a rede hoteleira foi a que mais se apresentou como positivo para o espaço turístico, por estar situada em uma via de influência por causa das BRs como já supracitado.

O gráfico 4 representa o tempo de atuação dos agentes produtores do espaço. Os 53% dos entrevistados responderam que usam este espaço entre 10 ou mais anos. Durante o estudo ficou claro que estes empreendimentos conseguem manter este patamar de anos decorrentes da presença da Rodoviária de Parnaíba que tem movimentação diária (chegadas/partidas), intensificando o consumo (alimentos, bebidas) entre outros produtos. Percebeu-se que 21% dos entrevistados estão nesta avenida entre 2 e 3 anos uma representatividade bem relevante. Já 11% entre atuam no local de 6 a 7 anos, 5% entre 8 a 9 anos, 5% entre 4 a 5 anos e 5 % mais de um ano, ou seja, não foi detectado uma atuação com menos de 1 ano, o que traz uma análise de que há uma certa estabilidade de atuação dos agentes produtores do espaço, que atuam direta ou indiretamente com o turismo.

Gráfico 4 – Tempo de Atuação no Mercado de Trabalho



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

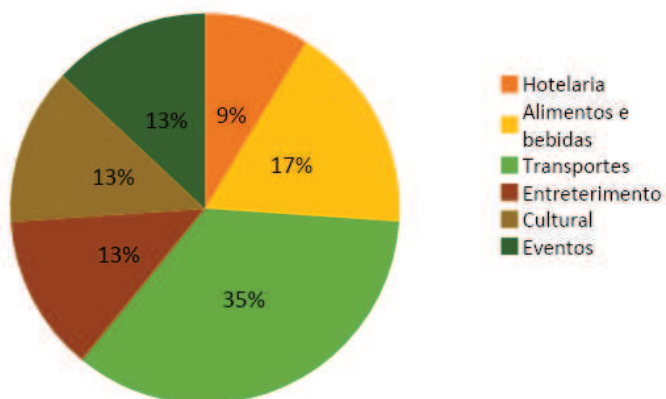
Neste sentido, considerando a análise dos dados apurados, foi possível verificar que a maioria dos agentes produtores do espaço possui bastante tempo de atuação no mercado, isto é, a medida em que o espaço turístico se transformam em novos empreendimentos, que vão instalando-se na Avenida Deputado Pinheiro Machado e suas áreas de entorno, e favorece bastante o comércio que se distribui durante todo o percurso, além disto, o espaço tem bastante impacto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPA que recebe cerca de 30% dos seus alunos das cidades vizinhas diariamente aumentando o movimento pendular na cidade, principalmente, no eixo dos espaços turísticos da Avenida São Sebastião com a Avenida Deputado Pinheiro Machado.

ESPAÇO TURÍSTICO – O PORTO DAS BARCAS

O gráfico 5 vai tratar do segmento do turismo do espaço turístico Complexo Porto das Barcas, importante a escolha do segmento, pois é possível verificar o ponto forte no local estudado,

foram colocadas com algumas alternativas para análise dos agentes produtores do espaço, assim com 35 % dos entrevistados o transporte junto as agências de viagens no complexo. A grande justificativa dos entrevistados foi que se o turista vem com frequência conhecer lugares históricos, por que não instalar agências de viagens nesse lugar? As viagens acontecem durante a semana toda, o roteiro é conhecer o Delta do Parnaíba.

Gráfico 5 – Segmento do Setor do turismo



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

Em segundo lugar, alimentos e bebidas com 17%, porém, na investigação não foi possível verificar esse ponto como esse sendo a segunda maior dos segmentos que favorecem o complexo.

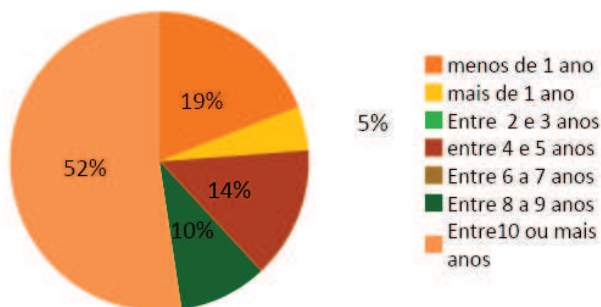
Figura 4 - Porto das Barcas



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

A cultura e entretenimento pontuaram 13% muitos dos eventos como lançamentos de livros, palestras educativas, concursos de beleza e exposições de artes, são frequentes no Auditório da Associação Cultural de Parnaíba-ACP. Também com 13%, os eventos que se encaixam nesse mesmo pensamento, por que dependendo do evento ele vai abraçar a característica local, como também acontece o Salão do Livro de Parnaíba-SALIPA, festas de formatura no salão do complexo, show de humor, entre outros. Com 9% dos entrevistados ficou a hotelaria (pousada), apenas uma funciona dentro do Complexo Porto das Barcas, os outros, nos arredores do mesmo e facilitando a estadia com uma proximidade maior do turista como o acervo arquitetônico colonial de Parnaíba.

Gráfico 6 – Tempo de Atuação no Mercado



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

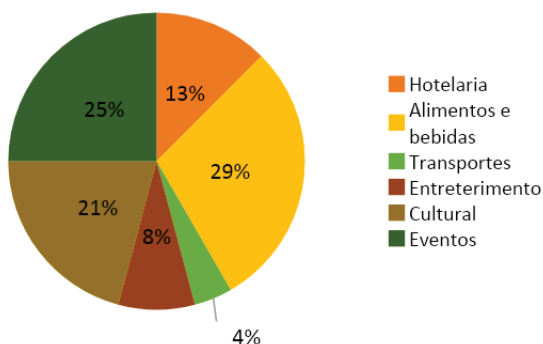
No segmento do tempo de atuação no mercado, O gráfico 6 apresentou que 52% dos entrevistados apontaram o setor de transportes terrestre, aéreo e fluvial com uma atuação com 10 anos ou mais juntamente com algumas agências de viagens, mantêm um percentual bem progressivo neste espaço, a maioria delas trabalham com vendas de passagens com visitação ao Delta do Parnaíba. Há vários anos estas empresas estão inseridas no Complexo Porto das Barcas fazendo suas atividades de negócios (vendas) neste lugar é executado os roteiros neste ambiente paradisíaco, outras também vendem pacotes para os Lençóis Maranhenses, Barra Grande e Jericoacoara, além de pacotes e viagens internacionais e nacionais que pode ser feita a parte burocrática no meio do espaço turístico. Menos de 1 ano ficou com 19%, sendo possível verificar que todas atuam com o segmento do turismo e promovem geração de emprego e renda.

ESPAÇO TURÍSTICO – AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS (BEIRA RIO)

O gráfico 7 mostra uma análise do segmento do turismo na Avenida das Nações Unidas, onde 29% dos agentes privados

indicaram que o setor de alimentos e bebidas é o mais significativo para o setor do turismo. Durante a investigação em campo foi possível verificar a culinária na Avenida das Nações Unidas, está bem diversificada e muito procurada pela população local e turistas. Já 25% apontaram que os eventos realizados na avenida são atrativos tais como: bandas nacionais, estaduais e municipais, os mesmos são locados por empresários que realizam festas durante o ano todo, além disso, a avenida possui em seu entorno, boates e um calçadão cultural que reúne artistas locais que apresentam sua arte.

Gráfico 07 - Seguimento do Setor no Turismo



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

Figura 5 – Calçadão Cultural Avenida das Nações Unidas



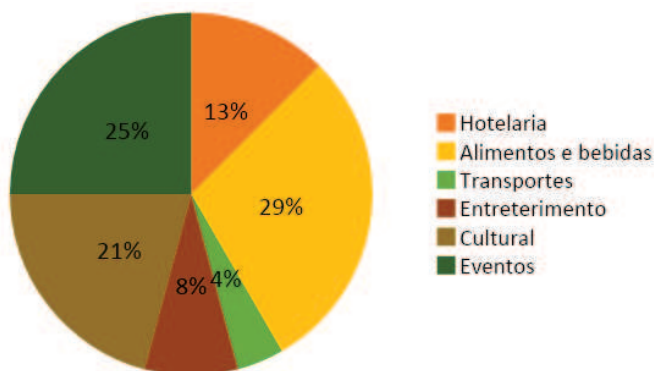
Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

Assim, 21% do segmento do setor é o cultural, 13% a hotelaria, pois o espaço possui várias pousadas e hotéis onde o turista pode escolher desde o requintado ao mais simples, alguns oferecem serviços de quarto, outros não, porém, o hóspede pode optar por serviços alternativos de pronta entrega (I-Food os chamados Delivery) ou fazer seu deslocamento para os estabelecimentos. Já 8% ficou com o entretenimento, pois no lugar existem atividades de lazer como banho de piscina, quadras esportivas, academias (setores privados, mas aberto ao público) e outros. Do total, só 4% questionaram a falta de transporte público para o local, o que dificulta o deslocamento do turista, entretanto, surgiu a cada dia os serviços alternativos dos aplicativos (UBER e o UBScar) já disponíveis na cidade e que facilitam o deslocamento das pessoas.

ESPAÇO OCUPADO, ESPAÇO VIVIDO: PRAÇA DE EVENTOS MANDULADINO

O gráfico 8 faz um breve estudo sobre o seguimento no setor do turismo no espaço Praça de Eventos Mandu Ladino, observou-se que 43% está nos alimentos e bebidas. Com a presença de restaurantes, o espaço conta com uma culinária bem diversificada das mais simples à sofisticação, além das comidas rápidas os *fast-foods*, cervejas artesanais e *drinks* dos mais variados tipos que costumam ser comercializados de terça aos domingos geralmente nas segundas-feiras muitos dos serviços oferecidos fecham para folga dos funcionários. Há também a presença de *Food Truck* que complementam os serviços de alimentos e bebidas no local.

Gráfico 08 – Seguimento no Setor do Turismo



Fonte: Pesquisa Direta (ROCHA, 2019).

Dos entrevistados, 29% selecionaram que os eventos na praça foram incluídos no setor de entretenimento e proporcionou a realização das festas juninas que é o maior evento realizado no espaço, viabilizando uma economia positiva na cidade, assim, outros eventos vêm sendo realizados no espaço: feira dos doces, parada da diversidade, eventos de esporte, religiosos, entre outros que impulsionam o crescimento do espaço turístico. Assim, 19% foi destinado ao entretenimento, pois muitos dos visitantes fazem uso do espaço para dialogar, fazer leituras, atividades físicas e relaxar das atividades diárias. Foi observado que 9% apontou o cultural como importante, pois recebe dos mais variados tipos de movimentos que impulsionam a diversidade cultural local e de outros lugares valorizando as trocas e experiências.

Quanto ao tempo de atuação dos empreendimentos no espaço, a análise constatou que 31% estão no local entre 10 ou mais anos, 31% estão entre 2 e 3 anos, 17% estão entre 4 e 5 anos, 17% mais de 1 ano, 4% entre 6 e 7 anos, é possível perceber que o espaço está tomando uma proporção de desenvolvimento crescente uma vez que é possível ver a chegada de novos

empreendimentos durante o decorrer dos anos. Alguns já existiam antes do espaço ser construído, segundo relatos dos entrevistados, muitos tiveram um crescimento positivo, principalmente, quando há realização de eventos públicos no local as vendas crescem, contudo, ainda na fala de alguns agentes privados o espaço ganhou uma valorização que antes era apenas uma área abandonada, desvalorizada que acumulava lixo, no entanto, com a construção, revitalização da praça tornou-se um ponto turístico que vem sendo apreciado a cada ano.

Quanto a análise sobre os incentivos que levaram os agentes privados a inserir seus empreendimentos no espaço turístico Praça de Eventos Mandu Ladino, 59% dos entrevistados declararam que foi a oferta da estrutura urbana, como mencionado anteriormente, isto é, já existiam alguns dos estabelecimentos, como também, a construção da praça, a estrutura urbana oferecida favoreceu a instalação de outras atividades turísticas que fortaleceu o funcionamento do espaço, uma vez que neste local eram ofertados poucos serviços, com o passar dos anos, essa funcionalidade passou a ser mais influente pela diversificação dos serviços oferecidos pelos agentes privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços discutidos neste estudo apresentam características individuais que foram adquiridos desde o seu processo de formação até os dias atuais, o Complexo Porto das Barcas que está situado no centro da cidade às margens do Rio Igaraçu com sua arquitetura colonial bem preservada destaca-se como um referencial forte para a cidade de Parnaíba, o estudo revelou que os agentes públicos que desenvolvem suas atividades naquele local, sempre buscam manter seus estabelecimentos

naquele ambiente, pois desperta um valor histórico cultural para o turista, além dos recursos naturais que oferecem mais vantagens para o comércio turístico, desenvolvimento e progresso contínuo dos serviços ofertados naquele espaço.

Para isso, visto de uma forma, o *marketing* seria mais positivo quando a gestão busca valorizar as suas atividades em um determinado espaço, contraditoriamente à gestão do município não contribui para a realização de atividades no complexo, assim, nem o governo estadual busca concluir as obras que estão paradas no local, por isso, alguns serviços que eram antes oferecidos pelos agentes privados encontram-se sem funcionamento, distorcendo a função do espaço. Os Agentes públicos e privados mantêm uma relação de expectativa conjunta, alguns agentes privados não aceitam a iniciativa da gestão municipal por afeição política, outras misturam as coisas por não concordarem com as opiniões existentes de governo de oposição partidária, isto dificulta o melhoramento do espaço tornando uma atividade dificultosa para ambas as partes e usuários do espaço turísticos.

Os espaços turísticos de maiores movimentos são: Avenida São Sebastião e Avenida Deputado Pinheiro Machado, a primeira citada é a maior da cidade, hoje ela conta com menos estabelecimentos de moradia observado em grande parte do seu percurso com pontos comerciais, é o principal espaço urbano turístico da cidade, o principal foco dos agentes privados é atender turistas e a população local.

A pesquisa revelou que nos anos de 2017-2019 houve um investimento ativo pela iniciativa dos agentes públicos fortalecendo a estrutura urbana, fazendo o comércio turístico duplicar no trecho da avenida, mostraram-na várias residências que futuramente viraram pontos comerciais, isto conclui que quanto mais investimento na infraestrutura, a especulação

imobiliária aumenta fazendo com que as pessoas deixem suas residências buscando novas alternativas de bairros para residirem, criando assim, novos espaços geográficos e quem sabe, novos espaços turísticos.

Os atuais agentes públicos buscam o reconhecimento destes espaços turísticos, isto foi bem fácil de se identificar. Quando a gestão passa a investir em infraestrutura, os espaços passam a desenvolver funções com características que vão sendo acrescentadas no decorrer do tempo, com o estudo da viabilidade das atividades turísticas que possam ser desempenhadas, a gestão incide em analisar como vem melhorando a qualidade do espaço para que haja um retorno dos recursos aplicados com a infraestrutura, assim, a Avenida São Sebastião torna-se através de tudo, um espaço diferenciado dos outros, pois é uma das que mais promove retorno econômico para a cidade quando a discussão é a prestação de serviços para o segmento do turismo.

As funções dos espaços que apresentaram nos estudos desempenham funções separadas, já que nem sempre as pessoas que estão naquele local estão porque gostam, mas sim, pela necessidade de alimentação e bebidas, principalmente, quando o turista não possui tempo necessário para conhecer todos os espaços.

Alguns dos objetos de estudo também desempenham funções diferentes em horários distintos, assim, a Praça do Amor durante manhã e tarde funciona como estacionamento, no período noturno no estacionamento ficam os *Food-Trucks*, outros já possuem função única como o Calçadão Cultural que funciona no horário noturno. Como é um espaço aberto, há a possibilidade de agregar o espaço gastronômico com o de eventos, como feiras artesanais, shows, música ao vivo, apresentações de artistas, entre outros que valorizam e dê outras funcionalidades ao espaço turístico.

Os espaços turísticos mantêm uma relação direta com a cidade na construção de oportunidades, a partir da contribuição econômica para o comércio e entorno, assim, as atividades vinculadas ao espaço com empreendimentos fixos, acabam por dar outras oportunidades aos agentes privados de menor poder aquisitivo; os ambulantes. Com isso, é possível verificar nos espaços, os vendedores de rua.

Por fim, este estudo proporcionou para o município de Parnaíba-PI uma manifestação onde o turismo oferece uma característica presente no seu território, que a partir daqui muitos outros pesquisadores terão uma referência para estudos posteriores. Os dados aqui apresentados servem de base para uma reflexão mais aprofundada para os atuais e futuros gestores, além de ser uma leitura para os agentes privados, para que estes possam ficar cientes de que a atividade do turismo, intensifica a economia do município além de aumentar o desenvolvimento urbano das cidades quando feitos de forma ordenada e sustentada.

REFERÊNCIAS

Governo Federal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dados do Anuário Estatístico, 2010.

_____. Governo Federal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dados do Anuário Estatístico, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002. BRASIL.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). **Turismo: espaço paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRATUCCI, A. C. Os Lugares Turísticos: territórios dos fenômenos turísticos. **GEoграфия**, v. 2, n. 4, p. 121-133, 2000. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13390/8590>. Acesso em: 02/03/2019.

PARNAÍBA. Lei nº. 2.296, de 5 de janeiro de 2007. **Dispõe sobre o Plano Diretor do Município da Cidade de Parnaíba**. Parnaíba, 2007.

PIAUI. **Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado do Piauí**. Polo Costa do Delta e Polo das Origens. Ministério do Turismo, 2012.

PIAUI. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí**. Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos Produto 2. (PIAUI 2050). Diagonal Transformação de Territórios. 2013. p.97.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1994.

SILVEIRA, M. A. T da. **Geografia Aplicada ao Turismo: fundamentos teórico-práticos**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SOUSA, F. W. de A. **Mapas de Parnaíba-PI**. Teresina: SIRGAS. Escala 1:150.000.

CAPÍTULO VIII

PRAÇA DO AMOR: SUPORTE TURÍSTICO, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREENDEDORISMO EM PARNAÍBA-PI

Idevan de Sousa Gomes

Antônio Matheus Moreira da Silva

José Natanael Fontenele de Carvalho

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade existem múltiplas concepções sobre o termo empreendedorismo, dentre elas as que definem o empreendedor como um indivíduo que tem coragem para implementar ideias inovadoras em meios que contam com a incerteza nos negócios, e ainda está ligado a várias habilidades que ajudam os mais variados setores da atividade econômica a se desenvolverem. Conforme Chung e Gibbons (1997), os proprietários desta cultura melhor se sobressaem em um âmbito incerto e evasivo, de uma forma que possam criar vantagens competitivas para eles mesmos.

Agregado ao fator supracitado tem-se o turismo como uma área que está sendo cada vez mais fomentada, tendo em vista os lucros que podem ser obtidos devido às oportunidades apresentadas nesse ambiente. Mediante a isto, na cidade de Parnaíba-PI estudou-se a ação empreendedora e turística que ocorre na Praça do Amor, e como a mesma proporcionou uma integração de pessoas nos locais próximos à praça, melhorando assim o fluxo econômico e o turismo tanto para a praça como das atividades ocorridas nos estabelecimentos próximos.

O trabalho visa contribuir para uma melhor visão social a respeito do processo de empreendedorismo em pauta na cidade de Parnaíba, bem como para o melhor entendimento sobre as práticas econômicas desenvolvidas na cidade, melhorando positivamente o modo de vida das pessoas que estão inseridas em tal prática. Por fim, a pesquisa busca contribuir ainda com o desenvolvimento social, econômico e turístico de Parnaíba procurando estimular o aspecto sócio/econômico/cultural da Praça do Amor, colaborando para o desenvolvimento de Parnaíba-PI.

O interesse pela análise empreendedora e turística na praça também se torna relevante pela necessidade de compreender a importância de novos pontos turísticos com uma perspectiva moderna para impulsionar cada vez mais a economia da cidade de Parnaíba, bem como gerar renda e trabalho para a população parnaibana. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a ação empreendedora realizada na Praça do Amor bem como sua influência ao turismo e à geração de renda em Parnaíba-PI. Já os específicos são: identificar as principais características e desafios dos empreendedores na Praça do Amor e identificar os fatores que possibilitaram um maior desenvolvimento turístico.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção discutem-se os autores em torno do tema de empreendedorismo, turismo e desenvolvimento, além de seu panorama na cidade de Parnaíba-PI, identificando fatores que influenciam no assunto em questão. Na terceira, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A quarta seção contempla os resultados obtidos na pesquisa de campo. A seguir, apresentam-se as considerações finais e, por fim, as referências utilizadas para a realização do trabalho.

EMPREENDEDORISMO E TURISMO: PARNAÍBA-PI E SUAS POTENCIALIDADES EMPREENDEDORAS ADVINDAS DO TURISMO

Na sociedade atual, o mercado está cada vez mais competitivo e as especificidades próprias de cada Região faz com que as relações mercantis passem por mudanças constantemente. A busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico para competitividade exige das empresas novas fórmulas de atuações e inovações para que possam obter destaque e expansão nos negócios. Para alcançar isso, as empresas utilizam-se do empreendedorismo como estratégia diferenciada e inovadora mesmo que se trate de um negócio com maiores riscos. Segundo afirma Dornelas (2008), empreendedor é a pessoa na qual está determinada a assumir riscos, a que identifica oportunidades e cria um negócio capaz de alcançar riquezas. Nessa direção, Longenecker, Moore; Petty (2004) consideram os empreendedores como personagens populares da moderna vida empresarial, já que possibilitam novos empregos, trazem inovações e incentivam o crescimento econômico.

Empreendedorismo foi um termo que teve suas origens no século XVII. De acordo com Rosa, Silva e Adão (2016) o vultoso escritor economista, Richard Cantillon, foi um dos pioneiros a abordar o assunto, por este fator ele é considerado como o criador do empreendedorismo. Desde então, muitos outros estudiosos trabalharam com esse termo e com isso o conceito de empreendedorismo foi se ampliando, se tornando mais vasto, extensivo e organizado. Nessa perspectiva, Camargo e Farah (2010) afirmam que a palavra empreendedorismo designa a execução de planos ou impulsos para a aplicação de um negócio ou para a entrada de uma inovação de gestão numa organização já idealizada.

No Brasil, os conceitos básicos e aspectos do empreendedorismo foram trabalhados desde a época colonial quando os portugueses realizavam trocas com os povos indígenas; porém, oficialmente, segundo Dornelas (2001), a dinâmica do empreendedorismo no Brasil surgiu na década de 1990, com a criação de entidades como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software). Atualmente, no Brasil, o empreendedorismo vem evidenciando uma concepção transformadora para a perspectiva econômica e encontra-se relacionado ao encadeamento de desenvolvimento e inclusão social, em prosseguimento no país, nos últimos anos (LONGO, 2014).

Conforme Barros e Pereira (2008), o empreendedorismo dos pequenos negócios é visto como benéfico tanto para a vida econômica como social de países e regiões. Segundo os autores, um dos principais veículos da atividade empreendedora é a pequena empresa.

Diante de muitas responsabilidades e poucas oportunidades de atrair grandes empresas, boa parte dos municípios precisa percorrer um caminho alternativo para promover o desenvolvimento socioeconômico (FÉLIX; FARAH JÚNIOR, 2013). Consoante os autores, compete ao poder público organizar e fomentar o empreendedorismo. A partir disso, cada localidade começa a explorar suas potencialidades, de forma que o domínio monopolista dos grandes centros dá lugar à interdependência.

O desenvolvimento está ligado ao empreendedorismo, conforme destaca De Paula (2008, p.8):

O desenvolvimento requer ainda o crescimento dos níveis de iniciativa, de protagonismo, de capacidade de fazer acontecer, ou seja, atitude pró-ativa e cultura empreendedora, aquilo que se convencionou chamar de “capital empresarial”. O desenvolvimento não é possível sem uma conduta empreendedora das pessoas.

Ainda segundo o autor, “o desenvolvimento depende de uma mudança de modelos mentais e de atitudes, depende, portanto, do despertar de uma cultura empreendedora” (DE PAULA, 2008, p. 9).

Um aspecto importante abordado por De Paula (2008) é a identificação das vocações de uma determinada localidade. Estão relacionadas às atividades que tiram proveito das vantagens comparativas e competitivas do lugar. Ou seja, são aquelas atividades capazes de sustentar diversos tipos de empreendimento, tornando-os viáveis, sustentáveis e competitivos. Segundo o autor, pode-se dizer que as vocações são eixos estruturantes do desenvolvimento local.

Na cidade de Parnaíba, localizada no litoral do Piauí, o empreendedorismo é uma atividade que está contribuindo para uma maior movimentação comercial na cidade. Segundo o IBGE (2016), o número de empresas atuantes no município é de 2.775, sinalizando para uma ampliação, considerando o fluxo econômico/turístico da cidade.

Dessa forma, ao agregar o empreendedorismo ao turismo, tem-se um resultado bastante satisfatório para o desenvolvimento local ocorrido após a implementação do projeto da Praça do Amor. Para uma melhor compreensão, torna-se indispensável o entendimento do conceito da palavra turismo, a qual tem origem

na língua francesa onde se embasa no vocábulo tour, tendo por significado a palavra “volta” (BARRETO,1995). Segundo Andrade (1992), tour também tem suas origens no Latim, sendo o “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”.

Portanto, o conceito que cabe ao turista é o de que, este é um indivíduo que pratica uma viagem, e passa a ficar temporariamente no destino desejado e depois retorna ao seu local de origem. De acordo com o SEBRAE (2011), o turismo é uma das atividades que mais prosperam na atualidade, sendo um dos elementares eixos da economia e significando uma real possibilidade de desenvolvimento socioeconômico, inclusão social, preservação do patrimônio e geração de renda.

Na contemporaneidade, o Brasil, por ser um país multicultural, e de pluralidade em seus biomas, fator que pode ser explicado pela sua grande extensão territorial, permite ser lembrado mundialmente pelas suas belas paisagens e eventos de impacto que acontecem nas mais variadas épocas do ano; porém, quando comparado com alguns outros países do mundo deixa a desejar no setor do turismo obtendo a posição nº 27 segundo o Fórum Econômico Mundial divulgado em 2017 (BRASIL, 2017).

O desempenho acima citado, poderá apresentar um avanço com a implementação do Plano de Metas para o turismo no Brasil do ano de 2018 a 2022, visto que, segundo a publicação do Plano Nacional de Turismo - 2018-2022: “Mais Emprego e Renda para o Brasil” (BRASIL,2017), o crescimento do turismo está diretamente ligado à geração de renda e emprego, também servindo para recolher as dívidas externas. Com isso, trazendo o tema para um âmbito mais microrregional, procurou-se realizar uma análise sobre o turismo empreendedor na mesorregião do Litoral Piauiense que é formada por 14 municípios, mas que,

ainda quanto ao fomento do turismo podem-se destacar as cidades de Luís Correia e Parnaíba.

Parnaíba, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada no ano de 2018, de 152.653 pessoas, e ainda pela proximidade com Luís Correia, que forma uma conurbação que resulta numa população de 182.830 pessoas, tendo dessa forma ambas as cidades um acolhimento expressivamente grande de turistas umas das outras. Para ser entendido o potencial turístico na região, é quisto que haja conhecimento sobre os destinos mais visitados da região Litorânea Piauiense.

Assim, um dos pontos turísticos mais divulgados, o Delta do Parnaíba, apresenta como resultado um fenômeno raro segundo o qual a água desemboca no mar. Conforme Polizel (2014), os Deltas são como feições efêmeras na paisagem, tanto espacial quanto temporal. E segundo Guzzi (2012), o Delta do Rio Parnaíba é considerado o terceiro maior do mundo, sendo o único encontrado no Continente Americano. Ademais, podem se destacar diversas praias locais, dentre elas a da Pedra do Sal em Parnaíba e a da Atalaia e do Coqueiro em Luís Correia.

METODOLOGIA

A metodologia foi ancorada em levantamento bibliográfico, por meio da discussão entre autores como Chagas (2009), Dornelas (2001) e Guzzi (2012). Conforme Gil (2007), esse levantamento pode ser extraído de artigos científicos, livros etc. para, desse modo, elaborar a fundamentação teórica do estudo.

Fez-se uso ainda de pesquisa de campo. Para a coleta de dados foram aplicados vinte questionários. Os sujeitos da pesquisa foram os empreendedores que atuam na Praça do Amor,

considerado um dos lugares mais movimentados de Parnaíba, onde vários empreendedores comercializam seus produtos alimentícios, servindo de suporte turístico na cidade e como local de geração de emprego/renda. A praça foi inaugurada no dia 13 de agosto de 2018, considerado atualmente o novo ponto de referência quanto ao lazer da cidade.

Em um contato inicial, foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitada a participação voluntária. A partir do aceite em colaborar com a pesquisa, o questionário impresso foi entregue ao participante. Posteriormente, os questionários foram recolhidos e tabulados.

O questionário era composto por questões abertas e fechadas. As questões abertas, definidas por Chagas (2009) como uma alternativa para dar maior autonomia aos entrevistados, e estes se sentissem mais à vontade e dessa forma respondessem com suas próprias palavras, os questionamentos realizados, sem se limitarem à escolha de alternativas pré-estabelecidas. Já quanto às questões fechadas, estas são de múltipla escolha onde os entrevistados deveriam escolher uma determinada alternativa com a qual melhor se identificassem. Dessa forma, solicitou-se ao entrevistado o porquê da resposta dada. Portanto, os dados da pesquisa são tratados de modo quantitativo e também qualitativo.

A Praça do Amor está localizada em local de grande fluxo de pessoas, visto que é quase uma intersecção entre a Avenida Pinheiro Machado e a Avenida São Sebastião (as maiores avenidas da cidade de Parnaíba) ainda contando proximidade com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Na praça, podem-se encontrar os mais diversos produtos alimentícios a preços bastante competitivos. A localização pode ser observada na Figura 1:

Figura 1 - Localização da Praça do Amor



Fonte: PHB-Drones/Jornal da Parnaíba (2018).

Os dados foram coletados do período de 9 a 16 de maio de 2019 na Praça do Amor, que possui 34 empresas cadastradas de acordo com a Empresa Parnaibana de Serviços (EMPA), órgão municipal responsável pela regulamentação e burocracia da praça. Saliente-se que, atualmente, apenas 20 empreendedores atuam regularmente no local. Portanto, foram distribuídos vinte questionários, obtendo-se o retorno de doze (60%). Alguns empreendedores não quiseram se posicionar e outros preferiram não receber. O questionário contemplou 11 questionamentos fundamentais ao entendimento das relações empreendedoras na Praça do amor.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados encontrados na pesquisa de campo. Estão distribuídos conforme os questionamentos presentes nos questionários e foram selecionadas as respostas que melhor atenderam ao questionamento elaborado, posto que alguns entrevistados fugiram ao tema proposto.

Quadro 1: Perfil dos empreendedores

IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO DO PROPRIETÁRIO	FAIXA DE IDADE	ESCOLARIDADE
EMPRESA 1	FEMININO	18 A 24 ANOS	ENSINO MÉDIO
EMPRESA 2	MASCULINO	45 A 59 ANOS	ENSINO MÉDIO
EMPRESA 3	FEMININO	18 A 24 ANOS	ENSINO MÉDIO
EMPRESA 4	MASCULINO	35 A 44 ANOS	LÊ E ESCRVE
EMPRESA 5	MASCULINO	35 A 44 ANOS	ENSINO MÉDIO
EMPRESA 6	MASCULINO	45 A 59 ANOS	ENSINO SUPERIOR
EMPRESA 7	FEMININO	35 A 44 ANOS	ENSINO SUPERIOR
EMPRESA 8	MASCULINO	25 A 34 ANOS	ENSINO SUPERIOR
EMPRESA 9	FEMININO	45 A 59 ANOS	ENSINO MÉDIO
EMPRESA 10	MASCULINO	35 A 44 ANOS	ENSINO MEDIO
EMPRESA 11	MASCULINO	35 A 44 ANOS	ENSINO MEDIO
EMPRESA 12	MASCULINO	35 A 44 ANOS	ENSINO SUPERIOR

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

O quadro 1 retrata o perfil socioeconômico dos empreendedores, conforme as informações obtidas nos questionários. É possível destacar que 34% dos proprietários são do sexo feminino e 66% do sexo masculino, ou seja, os dados demonstram que em relação aos donos dos negócios, os homens se sobressaem. No que diz respeito à faixa etária, é exposto que 50% possuem idade de 35-44 anos, 25% dos empreendedores tem entre 45-59 anos e em menores proporções, destacam-se 17% destes que ficam com a faixa etária entre 18-24 anos e por fim, 8% entre 25-34 anos; isto é, os proprietários mais experientes detêm as maiores proporções da atividade comercial local. Quanto ao nível de escolaridade, os proprietários que possuem ensino médio, corresponde a 59%, superior em formação e completo a 33% e 8% sabem apenas ler e escrever.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos através das perguntas abertas. Foram selecionados 4 empreendedores que responderam essas questões. Estes foram retratados ficticiamente e respectivamente por **EP.1**, **EP.2**, **EP.3** e **EP.4** preservando-se de

maneira integral e sem modificações de caráter ortográfico todas as respostas apresentadas pelos sujeitos em questão. Além disso, não será revelado o nome dos empreendedores a fim de que sua identidade seja preservada.

A primeira pergunta buscou saber: **Na sua concepção, a Praça do Amor desenvolve a função de inclusão de empreendedores na economia parnaibana?**

EP.1 “Em partes, pois falta um pouco mais de incentivo dos governantes”.

EP.2: “Sim, porque todos os treiles vendem durante cada noite dando oportunidades aos proprietários na venda de ambulante.”

EP.3: “Em partes, pois apesar de ter sido melhorada para o lazer, percebeu-se a necessidade de inclusão dos pequenos empreendedores”

EP.4: “Sim, é uma fonte de renda para me e para todos que trabalham em minha volta.”

Mediante a fala dos proprietários acima, pode-se perceber a inclusão proporcionada entre empreendedores na Praça do Amor, em especial na fala dos empreendedores EP. 2, EP.3 e EP.4, seja pelo mercado no qual estão inseridos, seja em virtude do ciclo de renda que é gerado. Entretanto, o EP.1 dispõe de uma perspectiva diferente em relação a isso, o mesmo sente a falta de um apoio por parte dos governantes e de políticas públicas que venham a subsidiá-los.

Ademais, é possível destacar a integração que é promovida através dos valores de missão e visão da Praça do Amor, por meio dos quais os empreendedores detêm fatores que oportunizam de forma positiva para que os negócios, em destaque o turismo que é promovido, o entretenimento realizado e o acervo alimentício regional que os proprietários oferecem, fomento - de certa forma - o ambiente econômico.

Nesse sentido, Van Stel, Carree e Thurik (2005) elencaram que as práticas empreendedoras atingem positivamente e/ou negativamente o crescimento da economia, dependendo da renda desenvolvida na região em que se protagonizam as práticas empreendedoras e econômicas. Verifica-se que na Praça do Amor, o turismo favorece diretamente o retorno financeiro dos empreendedores, haja vista a movimentação proporcionada.

A praça do amor trouxe consigo desde seu processo de formação uma variedade de perspectivas empreendedoras, sendo que cada uma delas se desenvolve de maneira positiva com o decorrer do tempo, tornando tal espaço uma importante referência na cidade de Parnaíba. Com isso em mente, a segunda questão buscou-se saber: **A Praça do Amor apoia o turismo em Parnaíba?**

EP.1 “Sim, porque virou um ponto turístico, que traz varias pessoas de estado e cidades diferentes para conhece-la”.

EP.2 “Sim, porque em periodo de mais vendas que e nas ferias divulgamos onde eles podem visitar os pontos turisticos comidas tipicas de nossa região”.

EP.3 “Sim, a localização é estratégica, os próprios habitantes locais divulgam o serviço oferecido”.

EP.4 “Sim, porque é um dos principais pontos turisticos, onde funciona na parte noturna, que são as horas de mais movimentação”.

Por meio das respostas é perceptível que para os próprios empreendedores da praça, a mesma contribui de uma forma acentuada em relação ao turismo da cidade de Parnaíba-PI, em especial nas respostas dos empreendedores EP.1, EP.2 e EP.4 que mostraram a importância que a Praça do Amor traz como suporte turístico da cidade em geral. Ainda é destacável o posicionamento do EP.3 que cita o espaço no qual a praça está inserida como uma maior integração de turistas.

Em vista disso, constata-se que a Praça do Amor em seu desenvolvimento tanto social como econômico favorece diretamente como fomento para o turismo da cidade de Parnaíba através de seu aspecto local que contribui para o fácil acesso. Nessa perspectiva, Nakane (2000) esclarece que feitos e execuções de eventos coletivos estão se transformando em atividades turísticas, pois quando ocorre em uma localidade, emprega toda a sua estrutura, como transportes, estabelecimentos próximos e comércios em geral.

As atividades empreendedoras e turísticas podem ser complementadas através de vários aspectos, dentre estes os períodos no qual as mesmas são exercidas. Na Praça do Amor como em qualquer outro ponto turístico da cidade, os fatores climáticos e regionais nos mais diversos períodos do ano são fundamentais para o desenvolvimento das atividades que são produzidas. Através dessa ótica, a terceira questão refere-se a: **Que período do ano tem mais movimentação de pessoas na Praça do Amor? Por quê?**

EP.1 “Época do natal, pois é uma época em que a cidade tem muitos turistas”.

EP.2 “Mês junino e final de ano. Porque são os meses que a cidade recebe maior numero de turistas”.

EP.3 “Período de junho até janeiro periodo de ferias e de festas de finais de ano”.

EP.4 “Fevereiro, julho, dezembro devido aos feriados, aumentando fluxo de turista”.

Por intermédio das respostas dos empreendedores é compreensível que em relação a temporada na qual há uma maior movimentação na Praça do Amor é em grande proporção entre os meses considerados como férias escolares, dentre os meses junho/julho e dezembro/janeiro, visto também como os meses de

feriados comemorativos; isso é perceptível nas respostas dos quatro sujeitos.

Nesse sentido, é notório o impacto que as férias e as datas comemorativas trazem para o maior fluxo de turistas em ponto turístico, seja pelos aspectos culturais ou sociais da região, conforme afirma Swarbrooke (2002) que designa as férias das crianças como fontes essenciais para um eficiente mercado em turismo, tanto pelo entretenimento como pelos assuntos familiares.

Um ponto turístico é um fator essencial para uma maior incrementação coletiva e social, inicialmente sendo a Praça do Amor um ponto para proporcionar maior suporte turístico se tornou referência no mercado local, seja para consumidores ou empreendedores. Nessa perspectiva, o último questionamento desta pesquisa realizada aos empreendedores buscou saber: **Os empreendedores na Praça do Amor, de forma geral, na sua opinião, obtêm boas vendas?**

EP.1 “Sim! Pois gerou uma renda para os donos e aos funcionários, que tem família”.

EP.2 “Depende muito da qualidade dos seus produtos, atendimento e preço”.

EP.3 “Sim, mas muitos fatores influenciam nessas vendas como produto diferencial, atendimento entre outros”.

EP.4 “Alguns sim, persistência e um bom controle financeiro pode ajudar”.

Nessa perspectiva é possível salientar que a Praça do Amor inicialmente tinha como projeto apenas mais um ponto turístico para a cidade de Parnaíba, ampliou o seu objeto, já que proporciona uma maior geração de empregos e renda para a cidade, ademais conta com um mercado com muitas variedades para os consumidores. Em relação aos empregos e renda que são

gerados no mercado realizado na praça, os empreendedores EP.1, EP.2, EP.3 e EP.4 destacam bem os fatores determinantes que influenciam nos frutos colhidos.

Fica claro, portanto, que a Praça do Amor proporciona benefícios tanto para os empreendedores quanto para os consumidores. Do ponto de vista dos empreendedores, pelo fluxo de renda e trabalho gerados; para os consumidores e também turistas, pelo lazer, entretenimento e um maior número de opções de compra. Essa relação de consumidores com o turismo é tratada por Solomon (1996), citado por SWARBROOKE e HORNER (2002, p. 27), no livro *O Comportamento do Consumidor no Turismo*, onde ele diz que: “O comportamento do consumidor é o processo pelo qual os indivíduos ou grupos selecionam, adquirem, usam produtos, serviços, ideias ou experiências, ou deles dispõem, para satisfazer suas necessidades e desejos”.

Desse modo, fica evidenciado não só o vínculo existente entre o turismo e o consumidor, mas também os proveitos que o consumidor usufrui para que seus desejos sejam alcançados e a partir disso como os empreendedores podem utilizar dessas necessidades para poderem ofertar um mercado adequado e que tenha bons resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do artigo pôde-se observar que o empreendedorismo aplicado no setor turístico é crescente, visto que os comerciantes observam a oportunidade de obter uma melhor qualidade de vida com seus negócios. Além do mais, nota-se que em Parnaíba há espaço para a expansão dos serviços de refeições rápidas. O que se observa é que a alimentação fora de casa é uma tendência relacionada ao estilo de vida

contemporânea da população, que tem cada vez menos tempo disponível para preparar as suas refeições em casa.

Mediante os dados levantados na pesquisa, depreende-se que a Praça do Amor é um ambiente que promove a inclusão do empreendedorismo e favorece o turismo, a geração de renda e empregos. Foi possível constatar que os meses que apresentam o maior índice de vendas é o período referente às férias escolares e às festividades de fim de ano, onde, segundo os empreendedores, há um maior fluxo de turistas na cidade.

Portanto, é possível fazer um planejamento para atender satisfatoriamente os consumidores que buscam a Praça do Amor nesses períodos do ano. Dessa forma, pode-se fidelizar essa clientela, sem comprometer o atendimento das demandas dos consumidores locais, ou seja, que residem na própria cidade e que buscam regularmente os produtos disponibilizados na Praça.

Por fim, o presente artigo não esgota o assunto em questão, uma vez que o empreendedorismo aqui abordado fornece margem a outras perspectivas de análises nesse setor.

REFERÊNCIAS

_____. **Panorama da cidade de Luís Correia**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/luis-correia/panorama>>. Acessado em: 12 de maio 2019.

_____. **Panorama da cidade de Parnaíba**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>>. Acessado em: 12 de maio 2019.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo, SP: Ática, 1992.
BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARROS, A. A. de; PEREIRA, C. M. M. de A. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**, 12(4), 975-993.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - 2018-2022: “Mais Emprego e Renda para o Brasil”**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>. Acesso em: 17 maio de 2019.

CAMARGO, S. H. C. R. V. de; FARAH, O. E. **Gestão empreendedora e intraempreendedora**: estudos de casos brasileiros. Ribeirão Preto: Villimpress, 2010.

CHAGAS, M. M. das. **Formação da Imagem de Destinos Turísticos**: Uma Discussão dos Principais Modelos Internacionais. Caderno Virtual de Turismo, volume 9 (1), 117-127, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/1154/115415182009/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

CHUNG, L. H.; GIBBONS, P. T. **Corporate Entrepreneurship: the roles of ideology and social capital**. Grup & Organization Management, Sage Publications, v.22, n.1, p. 10-30, 1997.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/NT0003DBA6.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FÉLIX, R. D. C.; FARAH JÚNIOR, M. F. Empreendedorismo e desenvolvimento nos municípios paranaenses – uma análise dos indicadores. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2013.

GUZZI, A. **Biodiversidade do Delta do Parnaíba**: litoral piauiense. / Anderson Guzzi. – Org. Parnaíba: EDUFPI, 2012. 466p. il.

HORNER, S., SWARBROOKE, J. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

IBGE. **Cadastro central de Empresas**. 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alto_parnaiba_pesquisa/19/2765?tipo=ranking&indicador=29762. Acesso em: 10 de maio de 2019.

LONGENENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Pearson, 2004.

LONGO, R. **O livro dos Negócios**. 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2014.

NAKANE, A. **Técnicas de organização de eventos**. Rio de Janeiro: Infobook, 2000.

POLIZEL, S. P. **Caracterização morfológica do delta do Rio Doce (ES) com base em sensoriamento remoto**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2014. Disponível em: <http://mtcm21b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtcm21b/2014/03.24.12.33/doc/publicacao.pdf?metadatarepository=&mirror=iconet.com.br/banon/2006/11.26.21.31>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

ROSA, J. R. da; SILVA, C. S. da; ADÃO, S. A. da R. C. **Microempreendedorismo e Crescimento Econômico: uma análise nas cidades que possuem Campus da Universidade Federal de Pampa- UNIPAMPA**. In: XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria – GICU, 11, 2016, Arequipa, Peru. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171042/OK%20%20102_00480.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 de maio de 2019.>

SEBRAE. **O cliente da Rota das Emoções**. SEBRAE do Piauí em Parnaíba: SEBRAE Parnaíba/PI – Projeto Rota das Emoções. (2011).

SILVA, M. F. L. da. **O Ecoturismo no delta do Parnaíba- PI e entorno: Turismo e sustentabilidade**. Universidade de Brasília. Brasília, 2004. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/489/1/2004_MariaFranciscaLopesSilva.pdf. Acessado em: 12 de maio de 2019.

VAN STEL, A.; CARREE, M.; THURIK, R. **The effect of entrepreneurial activity on national economic growth**. Small Business Economics Journal, v.24, p.311-321, 2005

CAPÍTULO IX

PESCADORES DE CAJUEIRO DA PRAIA-PI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS E OS DESAFIOS DA PESCA ARTESANAL

Acaahi Ceja de Paula da Costa

INTRODUÇÃO

Após experiência no Programa Educação Tutorial (PET) Turismo, surgiu a oportunidade do projeto de extensão embrião que deu origem à Feira Laços de Cidadania. Iniciou-se com o Projeto Laços de Cidadania Litoral do Piauí, o qual trabalhou-se com os quatro municípios do litoral do Piauí, Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, com a ideia de realizar uma rede solidária do pescado, cuja finalidade era fortalecer a atividade pesqueira, melhorar o valor do pescado e reduzir a interação com atravessadores. Durante as reuniões do projeto, percebeu-se que as lideranças que menos participavam eram de Cajueiro da Praia, muito devido à dificuldade de transporte.

Dessa forma, surge a ideia de conhecer um pouco melhor os pescadores de Cajueiro da Praia através de um diagnóstico com a intenção de conhecer melhor as comunidades, seus desafios e oportunidades em relação à atividade pesqueira e como devolutiva ao Projeto de Extensão que contribuiu com a formação, aprimoramento profissional e ético, além de um olhar mais plural e humano, dos estudantes que fizeram parte desse processo.

O objetivo principal deste estudo foi analisar a situação socioeconômica, tecnológica, cultural e organizacional dos pescadores artesanais de embarcações à vela de Cajueiro da Praia – PI e comparar a outros resultados de estudos sobre a mesma atividade.

Neste sentido, o capítulo está dividido em cinco partes, sendo elas: os aspectos socioeconômicos e culturais observados durante a pesquisa; a atividade pesqueira e suas estratégias, sendo discutidos artes da pesca, questões ambientais e os principais problemas abordados pelos pescadores que impossibilitam a continuidade desse ofício; a produção e comercialização do pescado; as dificuldades e esperanças dos pescadores de Cajueiro da Praia, apresentando como plano de fundo a organização e participação social; e, por fim, algumas considerações sobre o processo de pesquisa.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

No início desse processo de pesquisa, a dificuldade primeira foi definir o universo da pesquisa, sendo definido inicialmente pescadores donos de embarcações registrados em Cajueiro da Praia. Em seguida, com mais de 85 barcos, foram divididos em embarcações movidas à vela e a motor; e ainda, definiu-se entrevistar os 26 pescadores proprietários de canoa movida à vela. A primeira constatação era de que todos os proprietários eram do sexo masculino, sendo 84,6% nascidos no município de Cajueiro da Praia e os outros 15,4%, nascidos nas cidades litorâneas de Parnaíba (PI), Bitupitá (CE) e Tutóia (MA). Além disso, todos os entrevistados eram filhos de pescadores, observando-se uma atividade tradicional.

Neste estudo, os donos das canoas eram exclusivamente masculinos e não se sabia de mulheres donas de canoas, segundo relatado. Em um estudo de 2007, realizado em Cajueiro da Praia, Nascimento e Sassi perceberam a divisão de gênero na pesca artesanal, pois, segundo o estudo desses pesquisadores as mulheres trabalhavam na zona entre-marés com o intuito de capturar mariscos e ostras, recursos pesqueiros com menor valor de mercado “e os homens atuam, preferencialmente, no espaço aquático.” (p. 150), em mar aberto ou nos estuários Rio Timonha/Ubatuba (MACEDO, 2011).

Há época, neste estudo de 2014, a hipótese construída foi de que as mulheres usavam as embarcações dos esposos ou companheiros, dispensando a aquisição de outra, por pesar no orçamento familiar. Tal percepção, atribui, inclusive, que a atividade das esposas dos pescadores, quando registradas como marisqueiras, não era organizada, revelando-se uma conclusão imatura de estudo de campo e errada, pois há registros de organização das Marisqueiras desde 2009 em Ilha Grande do Piauí, por exemplo.

Santos e Sampaio (2013) também retratam que na comunidade de Fernão Velho, estado de Alagoas, a atuação dos homens é predominante na captura do pescado e as mulheres atuam no beneficiamento deste. Em Cajueiro da Praia, os pescadores, de igual modo, relataram o mesmo, afirmando que suas esposas ou companheiras ajudam no tratamento do pescado.

Outros estudos como Condini *et al.* (2007) e Harayashiki *et al.* (2011) observaram a maior predominância do gênero masculino no Rio Grande do Sul, porém o estudo de Garcez e Sánchez-Botero (2005) revelou que existe “considerável atuação das mulheres na atividade pesqueira, inclusive profissionalmente documentadas.” (p.22), mas quando não profissionalizadas “(...)

desempenham importante papel na pesca, acompanhando seus maridos na embarcação, confeccionando e/ou reparando os materiais de pesca e preparando o pescado para a venda” (p.22).

Em Cajueiro da Praia, tinha-se a informação de que os homens consertavam o seu próprio material, mas não foi abordado se as mulheres faziam o mesmo. Santos *et al.* (2011) quando traçaram o perfil dos pescadores do município de Raposa, no Maranhão, observaram que 100% da amostra era do gênero masculino e explica: “(...), pois a atividade da pesca em virtude do esforço e perigos que oferece acaba sendo limitante para as mulheres” (p. 05).

No que concerne ao estado civil dos pescadores, 77% são casados e somente 11% e 12% são solteiros e possuem união estável com sua parceira, respectivamente. Com relação à distribuição etária, 42% dos pescadores entrevistados possuíam faixa etária entre 45 a 60 anos; aqueles acima de 60 anos representaram 35%, compreendendo os pescadores já aposentados, mas que ainda pescam, “*porque o que não pode é ficar parado*”, como relatado por alguns deles. Os 23% restantes corresponderam aos pescadores com faixa etária de 26 a 45 anos.

Isso demonstra a menor participação dos jovens na atividade pesqueira, assim como ressaltado em outros estudos (SANTOS *et. al.*, 2005; NASCIMENTO; SASSI, 2007; CONDINI; GARCIA; VIEIRA, 2007; SANTOS *et. al.*, 2011) que evidenciam essa tendência. No entanto, no estudo de Garcez e Sánchez-Botero (2005) foi observado o oposto, pois existe maior ingresso de jovens na pesca em municípios que ficam à margem do Rio Uruguai (RS), ou seja, em “(...) localidades onde as possibilidades de emprego ou de continuidade dos estudos são limitadas” (p.22).

Nascimento e Sassi (2007) mostraram que a estrutura familiar de 42,5% dos pescadores artesanais entrevistados no seu

estudo em Cajueiro da Praia é integrada pelo chefe de família, a esposa, geralmente dona de casa, e mais dois filhos. De acordo com os resultados do presente estudo, 61% dos pescadores também têm a mesma estrutura familiar, porcentagem próxima ao estudo de Condini et al. (2007); em seguida, 27% dos entrevistados têm uma família composta por mais de cinco pessoas (incluindo o chefe de família). Somente 8% dos entrevistados moram sozinhos e apenas 4% possuem mais de seis pessoas morando em sua casa.

No estudo de Santos *et al.* (2005) realizado no Nordeste Paraense, diferentemente, constatou-se uma estrutura familiar mais densa, contabilizando sete pessoas por família, com faixa etária de 14 a 30 anos. A maioria dos pescadores (19%) possuíam apenas dois filhos, 15% três filhos e 15% quatro filhos. Observou-se que os pescadores com mais de quatro filhos, que juntos somaram 28% dos pescadores entrevistados, eram de gerações anteriores (dos 50 anos até a faixa etária idosa).

Também foi questionado aos pescadores se eles gostariam que seus filhos ou netos seguissem a mesma profissão. Dos pescadores entrevistados, 81% disseram não querer que seus filhos ou netos seguissem sua profissão. Entre eles, alguns deram como justificativa o fato de terem apenas filhas, o que mostra que o ofício, na visão deles, é exclusivamente masculino. Outra justificativa foi a de que a atividade pesqueira não está mais possibilitando às famílias uma vida digna financeiramente, assim como observado por Nascimento e Sassi (2007) quando destacam que “as dificuldades listadas pelos pescadores (...) de Cajueiro da Praia estão ligadas a causas naturais (...), e a situação socioeconômica, como pouca circulação de dinheiro, peixe barato, entre outros.” (p. 147).

O resultado de 81% não foi surpreendente, já que se percebe evasão dos jovens na atividade pesqueira, provavelmente instigados pelos pais a seguir outras profissões. Santos e Sampaio

(2013) justificam essa evasão em relação às políticas públicas federais de inclusão social do país “e também ao cumprimento da legislação brasileira, que está punindo os pais ou responsáveis pela negligência na educação dos filhos” (p. 517).

¹⁰ Art. 246 do Código Penal - Decreto Lei 2.848/40; Art. 22 e 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Decreto Lei 8.069/90; Art. 1.634 do Código Civil - Decreto Lei 10.406/02.

Alguns pescadores comentaram a presença do Juizado da Infância e Juventude do município nas praias para constatar se as crianças estavam trabalhando; inclusive, na execução deste trabalho os pesquisadores e colaboradores foram confundidos como se trabalhassem nesse órgão. Santos *et al.* (2011) relatam que 100% dos pescadores entrevistados em Raposa (MA) responderam não querer que seus filhos seguissem a mesma profissão. Esse resultado se constata em outros estudos de outras regiões (SANTOS *et al.*, 2005; SANTOS; SAMPAIO, 2013), assim como se torna evidente que “os componentes culturais contidos na comunidade estão deixando de ser transmitidos para as novas gerações” (SANTOS; SAMPAIO, 2013, p.517).

Os pescadores que responderam positivamente quanto ao seu desejo de que seus filhos seguissem o mesmo ofício (19%), justificaram da seguinte forma: *“aprende algum ensinamento”*; *“eu acharia bom ele querer ser pescador, mas se ele arrumasse outro serviço melhor, ganharia melhor e sofreria menos”*; *“porque é uma fonte de renda, pouca, mas tem renda”*; *“se eles não conseguirem outra profissão, há de fazer o quê?”*; *“tenho vontade que eles aprendam a profissão que eu aprendi com o meu pai”*.

Em relação ao grau de instrução dos pescadores, percebeu-se alto nível de analfabetos (27%) e daqueles que apenas escrevem seu nome (27%). Segundo Ribeiro et al. (2011), analfabetismo designa a condição das pessoas que não sabem ler nem escrever.

Essa realidade não faz parte somente dos pescadores artesanais do município estudado, pois foi constatado que no litoral paraibano, no estudo de Nishida et al. (2008), 26,3% dos pescadores são analfabetos e 26,3% sabem apenas escrever seu nome.

No entanto, 38% dos pescadores de Cajueiro da Praia chegaram a fazer até a “antiga” 4ª série (hoje 5º ano), mas relataram ter dificuldade em ler e escrever. Percebe-se, portanto, que 92% dos pescadores têm baixo nível de escolaridade. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o estado do Piauí, em 2012 estava na 12ª posição no *ranking* dos estados com maior número de analfabetos acima dos 15 anos de idade e a taxa nacional, no mesmo ano, era de 8,7%.

Entretanto, quando se analisa o número de analfabetos acima dos 50 anos de idade, o estado fica na 3ª posição, com uma taxa de 39,6%. Outros estudos chegaram a resultados semelhantes, pois mostram que há uma predominância de pescadores com ensino fundamental primeira fase incompleto, ou seja, com poucos anos de estudo (SOUZA; NEUMANN LEITÃO, 2000; SANTOS *et al.*, 2005; GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SILVA *et al.*, 2007; SANTOS *et al.* 2011; SANTOS *et al.*, 2013). Santos e Sampaio (2013) constataram 45% de pescadores analfabetos e 50% com ensino fundamental incompleto numa comunidade de Alagoas, estado de Maceió. Portanto, índices elevados, assim como os encontrados em Cajueiro da Praia.

Outros disseram que por mais que tenham chegado até a 4ª série, só sabem escrever o próprio nome. Porém, 4% chegaram a completar até a 8ª série (atual 9º ano) e outros 4% chegaram ao ensino médio, sendo estes pescadores com faixa etária de 20 a 35 anos. Esse baixo índice do maior nível de escolaridade pode ser explicado

Pelo fato de que a maior proporção de pescadores está situada numa faixa etária em que na infância e adolescência o acesso à escola era ainda mais difícil que nos dias atuais o que dificultava sobremaneira o acesso e a permanência na escola. Outro aspecto que merece destaque é a falta de tempo associada à incompatibilidade entre o horário de trabalho e estudo que inibe o pescador de frequentar os cursos regulares das escolas locais (SANTOS et al., 2005, p. 05).

Outro fator condicionante é o ingresso do pescador desde muito cedo na atividade pesqueira. Alguns pescadores relataram não recordar a idade que tinham quando começaram a pescar e outros completavam: “No meu tempo tudo era mais difícil. A gente ia pra escola pra merendar, porque em casa não tinha o que comer. Depois a gente ia pescar, porque o pai da gente dizia 'que negócio de estudar o quê, tu vai pescar’”. Além desses pescadores, alguns diziam possuir de 6 a 9 anos quando ingressaram na atividade pesqueira, acompanhados dos pais, tios ou irmãos mais velhos.

No que concerne às habilidades tradicionais dos pescadores artesanais, foi questionado se detinham alguma, ou seja, se sabiam fazer as artes da pesca ensinadas pelos pais ou parentes. Somente 8% disseram não saber fazer qualquer tipo de arte da pesca, que sabiam somente pescar, enquanto que 92% disseram saber fazer as artes, como rabadela, espinhel, caçoeira, grozeira, tarrafa; além dessas habilidades, outros relataram exercer o ofício de carpinteiro naval, ou seja, sabem fazer as canoas e repará-las. Há também os que complementam a renda realizando outras atividades paralelas (SANTOS et al., 2005), como “bicos” em construção civil; na roça, plantando principalmente o feijão, o

milho e a mandioca; pequenas criações de animais de diversas espécies, entre outros.

Quando perguntados se tinham interesse em aprender a ler e a escrever, eles disseram que “não”, em seguida diziam: “não tenho mais idade pra isso”. Dos pescadores, 69% nunca fizeram algum tipo de curso ou aperfeiçoamento e, somente 31% dos entrevistados o fizeram, mas não exigia muita leitura e sim a prática. No entanto, quando estes foram questionados de qual era o curso, grande parte não sabia dizer, mas, em alguns casos diziam ter sido a Capitania dos Portos do Piauí que ofereceu. Alguns pescadores mais jovens entrevistados, que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos, disseram ter vontade de concluir. No entanto, trabalhavam o dia todo e quando chegava o período da noite não tinham mais ânimo para estudar. Os outros 69% disseram nunca ter realizado nenhum curso, devido não saber ler e escrever. Porém, questionou-se se tinham interesse em participar de algum curso ou aperfeiçoamento na área da pesca ou em outra atividade e, sem surpresas, 54% disseram que não tinham interesse; 38% disseram que tinham interesse, desde que fosse na área da pesca e 8% também mostraram interesse, mas em outras áreas.

A casa do pescador geralmente é simples, sendo neste estudo de 2014 contabilizadas 85% das casas construídas de alvenaria e o teto de telha de cerâmica e somente 15% dos entrevistados possuem a casa de taipa e teto de telha. Dos entrevistados, 88% possuem casa própria, enquanto que os 12% adquiriram sua casa por meio de herança. Além disso, o piso da casa é revestido de piso morto (cimento) (50%) ou de cerâmica (azulejo) (50%). Esses resultados assemelham-se com os de outros estudos (SANTOS et al. 2005; GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SANTOS; SAMPAIO, 2013; SOUZA; NEUMANN LEITÃO, 2000; NISHIDA et al., 2008).

O município não dispõe de água encanada equânime para sua população. Devido a essa realidade, 50% dos pescadores possuem poço artesiano em suas casas e relataram que a água encanada “*quando chega não é boa*”, pois vem com aspecto barrento (de cor marrom). Os outros 50% dependem da água distribuída pelo serviço público e dos poços que a região dispõe, assim como retratado por Macedo (2011):

¹¹ O ensino fundamental primeira fase é o que abrange da 1ª a 4ª série, até 2006.

¹² Acessórios/apetrechos utilizados quando vão pescar, como, por exemplo, a rede (caçoeira).

¹³ Cada arte da pesca será caracterizada no Quadro 1.

¹⁴ Tijolo.

O sistema (de tratamento de água) em Cajueiro da Praia é extremamente precário. Existem seis poços e, no entanto, apenas um funciona: um poço do tipo cacimbão muito raso (...). A água é bombeada do poço diretamente na adutora, sem qualquer tratamento (MACEDO, 2011, p. 122).

A autora relata ainda que no Plano Diretor do Município de 2008 consta que a comunidade de Barra Grande, tem disponibilidade da rede pública de abastecimento gerida pela empresa de Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA) desde 2001. Os pescadores entrevistados acrescentaram que é necessário deixar a água “*de repouso*”, para que haja a sedimentação e assim possam usá-la.

Além da distribuição de água na rede pública, o saneamento básico é outro importante fator de condições sanitárias. Porém, 92% dos entrevistados relataram não ter encanamento para tratamento do esgoto e todos possuem uma fossa no quintal de casa, construída na maioria das vezes por eles mesmos. Os outros 8% não dispõem de fossa e os dejetos residenciais são eliminados sem nenhum tipo de tratamento. Dessa forma, é provável que os

poços artesanais construídos para fornecimento de água estejam contaminados, com chances de causar doenças como amebíase, cólera, doenças diarreicas agudas, febre tifoide, giardíase, hepatite A, entre outras.

No que concerne ao lixo doméstico, 88,5% relataram ter a coleta de lixo realizada pela prefeitura. Os outros 11,5% apresentam duas alternativas: enterram ou queimam o lixo, pois o *“carro do lixo não vem até aqui”*, como retratado por alguns moradores. Essas formas de descarte do lixo também foram relatadas por outros estudos desenvolvidos no município (NASCIMENTO; SASSI, 2007; CARVALHO, 2010; MACEDO, 2011).

Em relação ao quesito de maior dispêndio na renda mensal, foi pedido para que os entrevistados colocassem em ordem de prioridade: alimentação, compra de materiais para a pesca, manutenção dos materiais utilizados na pesca, pagamento de contas (energia, água, telefone etc.), compra de roupas e sapatos e com a saúde (compra de medicamentos, pagamento de consultas etc.).

Os pescadores afirmaram que, na maioria das vezes, utilizam o serviço público de saúde do município, pela Unidade de Saúde Módulo I do Cajueiro da Praia. Quando esta não supre as necessidades, se deslocam para os municípios próximos, como Parnaíba (PI) ou Chaval (CE). Também afirmaram que a manutenção dos materiais da pesca é onerosa, da mesma forma que a compra destes. Como descrito anteriormente, 92% dos entrevistados disseram fazer seu próprio material da atividade pesqueira. Uma caçoeira entre outras *“artes da pesca”*, custava em média R\$500,00 (com base de preço de junho/2014) e seu preço poderia variar conforme a metragem e o tipo de material para construí-la.

Nascimento e Sassi (2007) mostram em sua pesquisa o que muitos pescadores relataram: “A caçoeira (...) pode ser fundeada, sendo usada no estuário ou no mar até 10 milhas da costa (...). A escolha da abertura das malhas e do diâmetro do náilon se dá em função do tipo de peixe que se deseja capturar.” (NASCIMENTO; SASSI, 2007, p. 144). Isso mostra o quanto a atividade pesqueira é onerosa e incompatível com a renda da maioria dos pescadores, sendo que 54% da renda dos pescadores que utilizam a canoa à vela rende até metade de um salário mínimo, que na época era de R\$362,00.

Dos entrevistados, 11% disseram não possuir renda advinda da pesca artesanal, pois pescavam apenas para a sua subsistência; mais da metade dos entrevistados (54%) disseram receber até a metade de um salário mínimo e completavam “*seria bom demais quando desse até a metade do salário, porque muita das vezes só dá até R\$200,00 (duzentos reais)*”. Em seguida, têm-se 23% dos pescadores que recebem de meio salário mínimo até um salário mínimo. Os 8% e os 4% dos entrevistados que disseram receber R\$1.086,00 até R\$1.448,00 e de R\$1.800,00 até 2.172,00, respectivamente, são aposentados e complementam a sua aposentadoria com atividades relacionadas à pesca.

¹⁶ Artes da pesca/apetrechos/acessórios

¹⁷ Rede de espera em geral com 6 metros de altura e comprimento variado (NASCIMENTO;

¹⁸ SASSI, 2007, p. 144).

Ancorar.

¹⁹ 1 milha = 1,609 km; 10 milhas correspondem a 16 km aproximadamente.

Estes últimos participaram da pesquisa porque, além de possuírem canoa à vela, ainda exercem a atividade pesqueira.

Ainda no que concerne à renda, 46% disseram que a renda advinda da pesca era complementada por outras atividades, enquanto 54% disseram que não, que viviam somente da pesca, assim como retratado em outros estudos (SANTOS *et al.*, 2005; SOUZA; NEUMANN LEITÃO, 2000; NASCIMENTO; SASSI, 2007). Coincidentemente, 46% dos entrevistados recebem auxílio financeiro de programas sociais, sendo o Bolsa Família o principal; enquanto 54% dos entrevistados não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro.

Dos entrevistados cuja renda era de menos de 1 salário mínimo, 27% não possuíam outra fonte de renda e 27% recebiam auxílio financeiro do Programa Federal Bolsa Família. Já das famílias de pescadores com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, 12% apresentavam outra fonte de renda e 19% não possuíam outra fonte de renda nem o auxílio financeiro do governo, sendo a renda familiar proveniente da aposentadoria e/ou participação de outros membros da família na renda. Dos 54% dos pescadores entrevistados que não possuíam outra fonte de renda, 27% recebiam menos de 1 salário mínimo e os que recebiam de 1 a 2 salários mínimos, estes eram provenientes da aposentadoria.

A ATIVIDADE PESQUEIRA E SUAS ESTRATÉGIAS

As artes da pesca são os principais instrumentos que os profissionais da pesca artesanal utilizam para a captura de peixes e outros organismos aquáticos (MONTELES *et al.*, 2010). Outros autores utilizam a denominação “apetrechos de pesca” (SILVA *et al.*, 2007; CONDINI *et al.*, 2007; HARAYASHIKI *et al.*, 2007;

SANTOS; SAMPAIO, 2013) ou “petrechos de pesca” (SANTOS *et al.*, 2005; CIA, Projeto Pesca Solidária, 2014; CAPELLESSO; CAZELLA, 2011). Neste estudo, como a maioria dos autores, serão utilizados os termos “apetrecho de pesca” ou “artes da pesca” como sinônimos.

Todos os pescadores do município são donos dos seus meios de produção, ou seja, são detentores das suas embarcações e dos apetrechos de pesca, sendo estes em 92% dos casos produzidos por eles. O contrário acontece no município de Raposa (MA), onde 32% das embarcações são alugadas, 18% emprestadas e, somente 21% próprias (SANTOS *et al.*, 2011). Em Cajueiro da Praia, os recursos pesqueiros são explorados pelos seguintes apetrechos: espinhel, gozeira, rabadelas, tarrafas, caçoeiras (redes), landuá, linha e anzol.

Cada embarcação, dependendo do seu tamanho, opera com até 4 tripulantes; no entanto, todos os pescadores informaram desenvolver a atividade individualmente e alguns diziam: “o grande problema dos pescadores é a falta de união. Somos muito desunidos”. Quando vai mais alguém para pescar constitui-se mão de obra familiar ou autônoma, ou seja, um parente (filho, sobrinho) ou um amigo/vizinho. E acrescenta: “só levo mesmo (um familiar) quando não dá jeito, ou quando um amigo ou um companheiro que não tem canoa pergunta se pode ir junto”. Outros autores percebem a mesma individualidade em pescadores de outros estados (DIEGUES, 1973; GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SANTOS *et al.*, 2013).

Figura 1 – Caçoeira/rede sendo confeccionada por pescadores profissionais da comunidade de Barrinha, Cajueiro da Praia (PI). Junho/2014.



Fonte: Costa, 2014

De acordo com vários estudos, pescadores profissionais também trabalham em outras atividades econômicas (DIEGUES, 1973; GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SANTOS et al., 2005; SANTOS et al., 2013; SANTOS et al., 2011; SANTOS et al., 2013), principalmente no período do defeso ou nos períodos em que a pesca é mais escassa (NASCIMENTO; SASSI, 2007). Dos pescadores entrevistados no presente estudo, 35% afirmaram trabalhar em outras atividades, dentre as quais se incluem os “bicos” na construção civil e nos viveiros de camarão, ou trabalhando como catadores de caranguejo-uçá, siri ou ostra, capinando lotes, ou quando possuem “um pedacinho de terra” como mencionado, trabalham na agricultura de subsistência, a qual eles chamam de “roça”. Nesta, eles plantam feijão, milho e mandioca, e o excedente da produção eles vendem para os vizinhos ou mercados do município.

Além desses ofícios, o turismo acrescenta à renda dos profissionais da pesca artesanal, pois trabalham como garçons e/ou guias de turismo, geralmente na alta temporada, e quem

mais participa dessas atividades são os pescadores entrevistados com faixa etária entre 25 a 45 anos. Poucos profissionais de faixa etária entre 50 a acima de 60 anos relataram trabalhar como mestre de embarcações.

O período da piracema, segundo a Instrução Normativa nº 40, de outubro de 2005 é caracterizado como a reprodução natural dos peixes, e o período de defeso assegura e protege a piracema. O período de defeso na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba é anual, de 15 de novembro a 16 de março. Por mais que neste período seja proibido pescar em águas continentais, é permitida, segundo a Instrução Normativa nº 40, a captura e o transporte de, no máximo, cinco quilos por dia de uma única espécie de peixe.

Do total de profissionais entrevistados, 38% pescam no período da piracema, e ao serem questionados sobre a finalidade de exercerem a atividade da pesca artesanal nesse período, mais da metade (60%) responderam que era para subsistência enquanto que o restante (40%) exercia a atividade tanto para o consumo quanto para a comercialização, pois “é o jeito.”, como relatado. Também foi questionado se as pessoas do município respeitam esse período e 62% disseram que sim, enquanto que 35% disseram que não e 3% disseram que nem todos respeitam. Os pescadores demonstram saber e estar sensibilizados da necessidade desse período, no entanto, como exposto por Nascimento e Sassi (2007), a cidade oferece poucas alternativas de sustentação da renda e circulação de dinheiro.

Santos *et al.* (2005), em uma análise da pesca artesanal no nordeste paraense, observaram que alguns pescadores não conhecem o período de defeso, exceto os pescadores do município de Viseu (PA), que demonstraram estar mais informados. Silva *et al.* (2007), no município de Conceição do Araguaia, também no estado do Pará, relataram que, por mais que os pescadores

recebessem o seguro defeso, continuavam pescando no período restrito, e todos os pescadores entrevistados sabiam da proibição, mas justificavam que o benefício era pouco para a sobrevivência.

Na análise sobre os problemas das atividades econômicas tradicionais na costa do Ceará, Araújo e Maia (2011) destacaram que os pescadores reclamam do atraso do pagamento do seguro defeso. Os autores afirmaram que isso pode desencadear a pesca predatória, pois os pescadores precisam exercer a atividade para sobrevivência e se sentem “obrigados a assumir o risco de serem pegos pescando durante o período de defeso pela fiscalização” (ARAÚJO; MAIA, 2011, p. 26). Santos et al. (2013) também constataram o mesmo atraso do benefício em Brejo Grande, estado de Sergipe. Andreoli e Silva (2008), em estudos no município de Matinhos, Paraná, relataram que os pescadores artesanais entrevistados afirmaram que a atividade de pesca artesanal não deveria ser incluída no período de defeso, “alegando que o baixo impacto ambiental de sua atividade, quando comparado à pesca industrial, justificaria a permissão de pesca para o ano inteiro” (p. 15).

Segundo a Lei nº 10.779, de novembro de 2003, é concedido aos profissionais da pesca artesanal o benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal durante o período de defeso estabelecido na Instrução Normativa nº 40. Capellessio e Cazella (2011), concluíram em seu estudo que o seguro defeso é primordial para os pescadores artesanais dos municípios de Garopaba e Imbituba, estado de Santa Catarina. Os autores afirmaram que o seguro defeso assegura um acréscimo de um terço da renda média obtida com a produção pesqueira comercializada de 20 famílias entrevistadas.

Em Cajueiro da Praia, observou-se a mesma realidade; no entanto, o acréscimo médio na renda familiar é mais de um terço,

já que 12% e 54% dos pescadores pescam para subsistência e ganham menos da metade de um salário mínimo, respectivamente, além de que, quando há renda familiar mensal, 46% recebem menos de um salário mínimo. Capellesso e Cazella (2011) destacam que essa política pública ganhou “relevância entre as famílias sem benefícios da previdência social, sem rendas contínuas extra pesca e com maior número de beneficiários do seguro defeso” (p. 27) em uma mesma família.

De acordo com os pescadores profissionais de Cajueiro da Praia entrevistados por Nascimento e Sassi (2007), no inverno, entre maio e agosto, período em que há maior precipitação de água, “a manutenção das redes é efetuada de dois em dois meses enquanto que na época da seca a cada 15 dias” (p. 144). No mesmo estudo, assim como neste, foi relatado que no período de maio a agosto aparece um “*lodo*”, chamado por eles de “lodo de algodão”, que segundo os autores, provavelmente sejam algas. Os pescadores disseram que esse “*lodo*” escurece as redes, deixando-os com uma cor amarelada e estragam todo o náilon, impossibilitando a pescaria e o uso do material.

Também foram questionados quais os problemas enfrentados para a continuidade da prática pesqueira e levantando-se o olhar dos pescadores artesanais quanto a esses problemas, relacionou-se os seguintes: Pescaria de caçoeira (rede); Pescaria tipo batedeira; Escassez dos peixes e do camarão; Falta de investimentos do governo e de políticas públicas; Ausência da Colônia de Pescadores Z-6; Pescadores com mais “poder” de decisão querem mandar nos demais; Compra e manutenção dos materiais da pesca são onerosos; Pescadores não querem continuar na profissão; Cajueiro da Praia é um município “esquecido” e sem perspectivas econômicas; Ausência da fábrica de gelo; “Lodo de algodão”; “Muito pescador para pouco peixe”.

A pescaria de rede não é um problema novo, pois outros autores abordam a mesma percepção. Nascimento e Sassi (2007), em 1998, verificaram o mesmo problema no município abordado. Os pescadores que pescam de linha e anzol culpam os pescadores que utilizam a rede de estarem “*espantando*” os peixes. O contrário acontece quando os pescadores de caçoeira rebatem a prática das marambaias “que danificam as caçoeiras fundeadas” (NASCIMENTO; SASSI, 2007, p. 145).

Outro problema apontado foi a pescaria “batedeira”. Nascimento e Sassi (2007) definem da seguinte forma: “na batedeira, o pescador cerca a área com caçoeira e bate na água com varas e remos, espantando o peixe, que é apanhado pela caçoeira. A técnica foi introduzida em Cajueiro da Praia por pescadores do município de Chaval, CE.” (p. 146). Santos e Sampaio (2013) chamam a pesca batedeira de “pesca de batida” (p. 520), sendo uma prática ilegal, mas que mesmo assim, muitos pescadores de Fernão Velho, estado de Alagoas, praticam.

A escassez dos peixes retratada pelos pescadores de Cajueiro da Praia não é uma observação e realidade local. Silva *et al.* (2007) relataram que 84% dos pescadores entrevistados no município de Conceição do Araguaia, estado do Pará, percebem “uma redução significativa de espécies mais exploradas comercialmente, como por exemplo, tucunaré (*Cichla spp.*) identificado como o peixe mais preferido pelos pescadores, e comerciantes da região” (p. 46). O mesmo acontece em Cajueiro da Praia com os peixes Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*), Camurupim (*Megalops atlanticus*) e Robalo (*Centropomus undecimalis*), sendo os mais procurados, tanto pelos pescadores quanto pelos donos de bares, restaurantes e pousadas da região. Os pescadores entrevistados no estudo de Nascimento e Sassi (2007) também notaram uma diminuição na quantidade de peixes e atribuíram às ações climáticas dos últimos anos.

De acordo com as observações deste estudo, outro item importante para a pesca que está “sumindo” são os camarões, usados pelos pescadores de Cajueiro da Praia como a principal isca na captura do pescado. Alguns pescadores alegavam: *“o peixe só quer saber de comer camarão. A gente pode até colocar outro tipo de isca, mas os peixes não querem.”*. Em 1998, nos estudos de Nascimento e Sassi (2007), os pescadores relataram também usar “preferencialmente, o camarão vivo como isca” (p. 145). Souza e Neumann-Leitão (2000) ao estudarem as atividades desenvolvidas no estuário do Rio São Francisco, em Brejo Grande, Sergipe, perceberam também a utilização do camarão vivo como isca para capturar peixes como arraias, bagres e camurins, também existentes em Cajueiro da Praia. Os pescadores de Cajueiro da Praia entrevistados no presente estudo mencionaram que o camarão estava caro, chegando a R\$ 18,00 o quilo (junho/2014), sendo outro fator, além da manutenção das artes da pesca ou compra dos materiais, que pesam no orçamento familiar.

Outro ponto visto como problema para continuar a atividade pesqueira é a falta de vontade do pescador em seguir sua profissão. Esta questão é um tanto controversa, uma vez que outro problema relatado foi a grande quantidade de pescadores que a cidade possui, uma vez que é uma das principais atividades econômicas do município. *“Muita gente pra pouco peixe”*, disseram alguns pescadores. Em Brejo Grande, estado de Sergipe, a pesca no município gera conflitos, pois “há um aumento progressivo do número de pescadores, ocasionando escassez do pescado e a degradação ambiental, com isso gera a pesca predatória desenfreada.” (SANTOS et al., 2013, p. 14). Também foi relatado pelos pescadores de Cajueiro da Praia que *“tá difícil pescar. A pesca não sustenta mais.”*, porém outros completam: “Se um dia a gente

pega com sacrifício uma pescada (amarela), no outro (dia) todo mundo vai tentar pegar a pescada”.

Os pescadores entrevistados também reclamaram da falta de investimentos do governo federal na pesca artesanal. Essa percepção é curiosa na medida em que, segundo a cartilha do Plano Safra (2012-2014) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o governo federal investiria, até o final do ano de 2014, R\$ 4,1 bilhão de reais em crédito e investimentos em pesquisas, assistência técnica e rural (ATER) entre outras ações.

Alencar e Maia (2011), relatam que possivelmente a ineficácia das políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro fosse devido à escolaridade dos profissionais, pois no estudo sobre o Perfil Socioeconômico dos Pescadores Brasileiros, notou-se que o “analfabetismo” e o “ensino fundamental incompleto” somavam 83,62% dos pescadores brasileiros registrados. Complementam que alguns pescadores entram na atividade por não ter opções “(...) alimentando assim o paradigma da pesca e da pobreza” (p.18).

Nishida et al. (2008) acrescentam a visão de Costa (1977), que a alta incidência de analfabetos pode ser fator determinante para que “a pesca artesanal seja considerada como primitiva já que estes pescadores teriam grandes dificuldades de contextualizar a sua atividade e vislumbrar melhores possibilidades na elaboração de políticas públicas” (COSTA, 1977; *apud Nishida et al.*, 2008, p. 212). É possível que os profissionais da pesca artesanal, do município de Cajueiro da Praia, desconheçam investimentos ou políticas públicas devido à falta de articulação e reivindicação perante aos órgãos que dispõem de financiamento e à Colônia de Pescadores Z-6.

Além disso, ficou evidente a ausência da Colônia de Pescadores Z-6 para os pescadores artesanais do município de

Cajueiro da Praia, principalmente no que concerne a angariar recursos via projetos. Santos et al. (2005) alegam que, no estado do Pará, um gargalo na atividade pesqueira artesanal era o “nível de organização e de integração social entre os pescadores” (p. 12) que estava aquém do necessário, pois não legitima “financiamento, assistência técnica, infraestrutura entre outras necessidades” (p. 12). O mesmo ocorre em Cajueiro da Praia, pois os pescadores associados à Colônia também não participam, nem reivindicam seus direitos. Eles alegam não participar devido ao baixo nível escolar e os pescadores da sede municipal reclamam da localização da sede da Colônia, que fica na comunidade de Barra Grande, distante 8 km do centro de Cajueiro da Praia.

Relataram também que a cidade é esquecida e que não supre economicamente os moradores, assim como mostra Nascimento e Sassi (2007). Outro problema era a ausência de uma fábrica de gelo, motivo que acarreta a não praticarem mais o rancho. Além desses problemas, há uma questão ecológica, pois no mês de maio, como mostra Nascimento e Sassi (2007), o “*lodo de algodão*” aparece estragando os náilons das redes/caçoeiras, tornando-se um empecilho para a continuidade da atividade pesqueira, no ponto de vista dos pescadores.

²⁰ “obrigado a dominar conhecimentos marítimos e pesqueiros, no que pode ser auxiliado por instrumentos modernos como o piloto mecânico, sonar, ecosonda. etc...” (DIEGUES, 1973, p. 112).

²¹ “Os pesqueiros são locais onde têm mais peixes e geralmente podem ser naturais (onde têm muitas pedras, por exemplo), ou artificiais (construídos com madeira de mangue, funcionando, portanto, como atratores), sendo denominados pelos pescadores de marambaias” (NASCIMENTO; SASSI, 2007, p. 145).

²² Art. 26 do Código de Caça e Pesca - Decreto nº 23.672/34.

A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

Em relação à produção pesqueira em Cajueiro da Praia, verifica-se que pelo fato dos pescadores realizarem pescarias diárias, decorrente do pequeno porte, limite de autonomia das embarcações para navegar, pois estas são movidas a vela. Na prática, os pescadores são obrigados a realizar capturas próximas à costa, influenciando na quantidade produzida e nas espécies capturadas, caracterizando-os como pesca de pequena escala e tecnologia tradicional.

Por outro lado, como forma de compensar, se adaptar ao meio e de estratégia de sobrevivência, mostram elevado conhecimento empírico sobre a biologia das espécies, navegação, correntes e geologia aquática. Além de apresentarem destreza na produção e uso dos apetrechos de pesca, ciclo evolutivo da influência da lua nas marés e consequente hábito alimentar das principais espécies comerciais costeiras da região.

Evidenciou-se o baixo nível tecnológico no acondicionamento e conservação do pescado, influenciando diretamente as características organolépticas e na qualidade dos produtos, repercutindo em alguns casos no baixo preço de venda. A comercialização se mostra de ciclo curto com uma forte presença de intermediação, sem apoio de distribuição, logística e políticas públicas de suporte.

Questionou-se aos entrevistados se realizavam algum procedimento de manejo do pescado a bordo e 54% disseram manter o peixe in natura; 31% acondicionar o pescado no gelo, em uma caixa térmica ou isopor; 12% evisceraram enquanto estão no mar e 4% colocam sal no gelo para conservar o pescado. Os pescadores que mantêm seu pescado in natura reclamaram que o

peixe, quando chega em casa estão “amolecidos”, porém continuam a deixar seus produtos à mercê da ação bacteriana depreciando o preço.

Ainda no que concerne ao manejo do pescado, perguntou-se se realizavam a conservação do pescado em terra e 85% dos pescadores disseram que sim, sendo que destes, 70% conservam na própria geladeira; 17% no freezer e os outros 3% salgam. Os outros 15 % que não realizam nenhum tipo de conservação disseram que pescam em pequena escala e que logo que chegam da pescaria vendem ou consomem.

De uma forma geral a produção é pequena, a conservação do pescado é precária e a inexistência de uma efetiva fábrica de gelo no município leva os pescadores a comercializar o pescado sem melhores condições de negociação, pois como é produto perecível pode levar a perdas maiores. Na comunidade de Barra Grande (PI), existe uma fábrica de gelo pertencente à Colônia de Pescadores Z-6, porém não funciona, os que conseguem gelo, se deslocam até Bitupitá (CE).

Perguntou-se qual o motivo de não praticarem mais o “rancho” e os pescadores disseram que não vale a pena, pois a quantidade de peixes está escassa e por esse motivo pescar por muitos dias sozinhos é inviável, alegando também não terem condições de pagar mão de obra. Capellesso e Cazella (2011) observaram que nos municípios de Garopaba e Imbituba, estado de Santa Catarina, alguns pescadores relataram a importância de se manter embarcações com mão de obra familiar. Segundo os autores, verificou-se também que alguns donos de embarcações conseguiam capturar maior volume de pescado, enquanto outros não. Esses pescadores de baixa produção atribuíam “à falta de camaradas para compor a tripulação (...), à baixa capacidade de investimento para melhorar os equipamentos e à idade avançada,

que restringe o período de trabalho etc.” (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011, p. 22). Isso é mais uma constatação de que o comportamento do pescador artesanal é individual, não somente nos municípios de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina, mas também no município de Cajueiro da Praia.

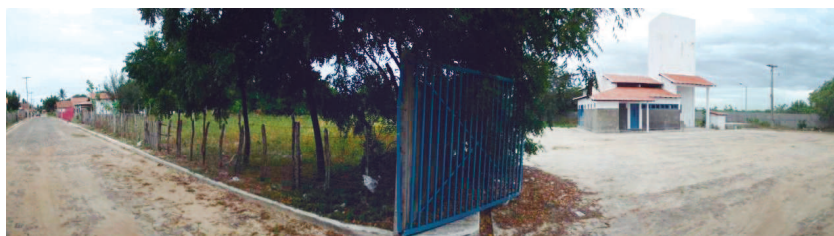
²³ O dicionário eletrônico Houaiss 3.0 define “rancho” como sinônimo de refeição. O rancho para os pescadores de Cajueiro da Praia é uma pequena compra de alimentos para passar mais de um dia pescando. Os alimentos mais citados por eles foram farinha, açúcar, café e sal. No entanto, para VIVACQUA (2012), “ranchos ou galpões de pesca” (p.152) com o intuito de abrigar os apetrechos de pesca, as embarcações e/ou o pescador enquanto estiver pescando.

²⁴ Características dos objetos que podem ser percebidas pelos sentidos humanos, como a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, o som e o sabor.

²⁵ “Pescado recém capturado, submetido à refrigeração (ou não) e adquirindo ainda cru (...)” (IFPA, 2011, Paulo Marcelo de Oliveira Lins, p. 15).

²⁶ Remove partes do corpo do peixe que diminuem a qualidade do produto, tais como gônadas, intestino e bexiga natatória. Essa técnica é feita geralmente de forma manual e consiste na remoção dos órgãos internos e na lavagem da cavidade interna (IFPA, 2011, Paulo Marcelo de Oliveira Lins).

Figura 2 – Foto panorâmica da fábrica de gelo localizada na comunidade de Barra Grande (PI). Junho/2014.



Fonte: Costa, 2014.

Em entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores Z-6 em 2014, o mesmo disse que a inauguração da Fábrica de Gelo data aproximadamente do ano de 1985. Atualmente, a Fábrica se encontra inoperante. No entanto, por meio de um projeto fruto de emenda parlamentar conseguida por um Deputado Federal, obteve-se verba para fazer uma reforma na fábrica e comprar novas máquinas, as quais se encontram em Teresina. Quando foi questionado quanto ao motivo de as máquinas estarem em Teresina, o presidente da Colônia respondeu: “*Você sabe, né? As*

coisas de política é assim, demorada.”. O mesmo também informou que já entrou em contato com um engenheiro de pesca da EMATER, o qual informou que vai fazer um orçamento de um poço e de um transformador que será necessário para o funcionamento da fábrica.

Segundo o presidente, a fábrica não funcionava há quase 3 anos e a reforma já tinha dez anos. Em virtude de todo esse tempo inoperante, a Fábrica vem sendo alvo de depredações, e um dos motivos, segundo o presidente, é sua localização afastada, que dificulta a vigília durante a noite, período em que ocorrem as depredações, normalmente após festas na praia, segundo ele.

O presidente completou que um dos motivos da fábrica não funcionar é a falta de demanda, pois os principais compradores do gelo eram as empresas de carcinicultura, e a principal empresa compradora parou de funcionar. Os pescadores também compravam, pois em Barra Grande tinha uns barcos maiores, contudo, hoje, o presidente não percebe demanda para que a fábrica continue funcionando, e completa que, com as despesas de energia, pagamento de funcionários e manutenção, a fábrica ficaria no prejuízo.

Por outro lado, na cidade de Cajueiro da Praia transformaram o mercado público do peixe, que não foi inaugurado nem utilizado, em uma fábrica de gelo. Esta não é conhecida por todos e, segundo os pescadores, produz cinco sacas de gelo por semana, o que não supre a demanda. Alguns pescadores já foram até à fábrica e relataram não ter gelo para vender. Contam inclusive que a fábrica é da prefeitura, mas que não foi realizada uma pesquisa de viabilidade em transformar o mercado do peixe em uma fábrica de gelo.

Outros pescadores optam em fazer seu próprio gelo em casa, sendo em pequena escala e sem viabilidade de encher uma caixa térmica.

Figura 3 – Fábrica de gelo em Cajueiro da Praia. Antes um mercado público do peixe, na época uma fábrica. Junho/2014.



Fonte: Costa, 2014.

Portanto, no município não existe um mercado para comercialização do pescado, e ao questionar os pescadores sobre a importância desse espaço, 80% dos profissionais disseram que seria muito importante, pois seria um local de *“venda certa”*. Os outros 20% disseram que não seria necessário, pois *“o peixe tá pouco. Quando é pra vender, a gente vende para o vizinho, pra quem tá passando na rua.”*, como alguns relataram.

Além disso, não há infraestrutura adequada nos portos da região, os quais são normalmente ancoradouros naturais (SANTOS et al., 2005). Há três locais nos quais os pescadores mais desembarcam em Cajueiro da Praia: Cajueiro de Cima (Praia da Itam ou Porto das Mangas), Cajueiro de Baixo e Porto da Lama, enquanto que em Barra Grande desembarcam na praia da comunidade.

Figura 4 – Foto da vista do mar para a praia Cajueiro de Baixo. Cajueiro da Praia. Junho/2014.



Fonte: Foto de Edilson Moraes Brito, Jornal da Parnaíba, 2014.

Figuras 5 e 6 – Foto da Praia Cajueiro de Cima, outro local de desembarque. Cajueiro da Praia Junho/2014.



Fonte: Costa, 2014.

Em Cajueiro da Praia, o consumidor dos pescados capturados pelos pescadores profissionais geralmente é a comunidade local, principalmente os vizinhos, amigos e familiares. Quando não vendem todo o pescado no percurso para casa, estocam na geladeira para vender posteriormente. Na comunidade de Barra Grande é diferente, pois existem bares, restaurantes e pousadas que comercializam determinados tipos de peixes, principalmente os de “primeira”. Sendo assim, os pescadores vão diretamente nesses locais, ou comercializam logo quando desembarcam, para alguns turistas.

A Colônia de Pescadores Z-6 não compra o peixe dos associados, assim como não existe nenhum tipo de feira livre para a comercialização do pescado, nem nas épocas de alta temporada. Dos entrevistados, 85% disseram que o ambiente no qual comercializam seu pescado apresenta boas condições, enquanto o restante (15%) acha ruins tais condições. Todos os pescadores disseram não calcular custos, despesas e receitas da produção. Quando questionados como faziam para precificar os pescados capturados, todos disseram seguir o preço de mercado, ou seja, concorrência perfeita.

A ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS DIFICULDADES E AS ESPERANÇAS DOS PESCADORES DE CAJUEIRO DA PRAIA (PI)

Por mais que o histórico dos pescadores artesanais seja de lutas, estes possuem dificuldade de organização e comprometimento (SANTOS *et al.*, 2005), assim como ocorre em Cajueiro da Praia. Outros autores destacam a mesma dificuldade de outras comunidades, como Santos *et al.* (2005), que no Nordeste Paraense, dos 182 pescadores entrevistados, 43%

participavam pouco das reuniões e 36% não possuíam nenhum vínculo associativo da classe. O mesmo problema constatou-se no estado de Sergipe (SOUZA; NEUMANN-LEITÃO, 2000) e no litoral paulista (DIEGUES, 1973).

Dos pescadores entrevistados, 81% estavam filiados na Colônia Z-6 de Cajueiro da Praia, os 19% restantes disseram não estar mais filiados, uns por estarem aposentados, outros com interesse em ingressar em outra organização, e outros ainda pela falta de interesse em se filiar a organizações de pescadores. Dos pescadores cadastrados (81%), 83% estão a mais de 10 anos na Colônia, enquanto 13% estão de cinco a sete anos e somente 4% de 2 a 4 anos como filiados. Esses sócios com menor tempo de filiação são os pescadores mais jovens que foram entrevistados.

Ao serem questionados se consideravam a Colônia Z-6 atuante, 62% dos pescadores disseram que não e 38% disseram que sim. Os motivos são variados, mas todos convergentes para o *“abandono do pescador”*. Os pescadores reclamam que a época em que a Colônia mais trabalha é na época de conceder o seguro defeso *“porque não trabalha muito, só na época do seguro defeso”*. Uma reclamação inversa foi a de que recebem o dinheiro do seguro defeso, mas não dispõem de seus direitos. Observou-se que os principais desafios, internos e externos da colônia estão possivelmente associados a apoiar mecanismos de conservação do pescado, organização da produção, de agregação de valor e de comercialização mais justa da produção.

Outra reclamação é a desorganização da entidade, que centraliza as tarefas em um único funcionário, segundo os pescadores relataram. Dessa forma, as reclamações se estendem ao atraso das carteirinhas do pescador profissional, além da falta de comunicação *“Porque eles não têm muito interesse de ajudar os pescadores. A comunicação da Colônia também não é muito boa.”*. Essa

falta de interesse citada, provavelmente seja em virtude da ausência quanto ao auxílio nas compras dos materiais da pesca ou colaboração nos reparos. Os pescadores que disseram querer integrar-se em outra organização justificaram a falta de colaboração da atual gestão da Colônia. O sentimento passado pelos associados é de que a Colônia não estar a par do que acontece no cotidiano desses pescadores, como se a instituição estivesse ausente na maior parte do tempo. Porém, as reclamações dos pescadores se mostram dissociadas de ações de mudanças, o que pode estar associado ao baixo nível escolar, consequente desinteresse em saber dos próprios direitos e de um processo de aprendizado democrático.

A atuação da Colônia ou de qualquer outra organização de Pescadores é no sentido de promover espaços estratégicos para que a classe adquira voz e sejam articulados (FAO, 2014). No relatório “The State of World Fisheries and Aquaculture” (2014), a FAO mostra que o grande desafio para as organizações de pescadores é manter os sócios participativos ao longo do tempo. No município de Cajueiro da Praia, há relatos de pescadores com o interesse de sair da Colônia de Pescadores Z-6 e fundar uma nova associação que abrange alguns municípios do Ceará, próximos a Cajueiro da Praia e algumas comunidades deste município, como afirma uma pesquisadora da ONG Comissão Ilha Ativa em entrevista cedida para este estudo.

Alguns pescadores disseram que a Colônia não beneficia democraticamente todos os associados, como por exemplo, fornecer o carro da Colônia para levar os pescadores à capital ou aos municípios próximos por motivos de saúde na família. *“Eles não beneficiam todo mundo, só quem eles querem”*. Essa reclamação fez parte de mais de uma entrevista. O interessante foi a coincidência nas falas, tanto dos pescadores da sede de Cajueiro

da Praia, quanto dos pescadores de Barrinha e Barra Grande. Outra fala marcante foi: *“Porque eles são envolvidos com política e só beneficiam quem vota no candidato deles”* . Isso foi questionado ao presidente da Colônia Z-6 na época e ele disse que não acontecia isso.

Segundo a FAO (2014), pode existir um potencial abuso de poder e privilégios de alguns sócios, bem como a exclusão e marginalização dos membros, quando os direitos dos sócios dependem da organização. Por esse motivo, provavelmente seja importante aumentar o nível de instrução desses pescadores para que estes possam se integrar e exigir seus direitos.

Outras reclamações foram referentes aos computadores que a Colônia recebeu, mas que ainda não foram disponibilizados para a comunidade. *“Tem muita coisa para fazer e eles não fazem. Tem cinco computadores lá para os nossos filhos aprenderem alguma coisa e não funcionam”* . Uma das falas de um dos pescadores faz referência à saúde, sendo uma fala curiosa por ter sido uma das poucas que deu importância à saúde do pescador: *“Precisaria melhorar. Deveria trazer mais projetos, auxiliar na saúde do pescador, e da família. Tem computador lá para os nossos filhos aprenderem e não funciona”* . Questionou-se ao presidente da época se ele repassava aos associados o que estava acontecendo na Colônia, como a falta de funcionamento na Fábrica de Gelo, ou sobre a questão dos computadores, e ele disse que não repassa, pois ele não tem que falar isso para o pescador, porque não são eles quem resolverão o problema, mas ele enquanto presidente da Colônia deve falar para algum político que ajude a resolver os problemas.

Essa é uma visão centralista que, segundo a FAO, pode contribuir para o sucesso ou fracasso de uma organização coletiva, pois “a interferência política, mudanças de regime, instabilidades e falta de autonomia pode restringir o seu leque de

possibilidades e impor estruturas organizacionais inadequadas, muitas vezes com uma orientação em curto prazo.” (FAO, 2014, p. 58).

Na Colônia existia um pescador que na época era vereador em Cajueiro da Praia. Ele foi instigado pelos administradores da Colônia a inserir-se na política com o intuito de *“lutar pela causa do pescador”*, como o atual presidente destaca. No entanto, houve depoimentos que não gostaram de a colônia ter envolvimento com política: *“Eles diferenciam os associados. Tem muita política envolvida lá (na Colônia). Eles obrigam o sócio a votar no candidato da colônia, senão tiram nosso seguro defeso”*. Enquanto alguns depoimentos reprovam a atual gestão, outros afirmam que *“Do jeito que tá, tá bom”*. Outros reconhecem alguns benefícios da atual gestão: *“Não tenho perspectiva de melhoras, mas foi esse presidente (da Colônia) que trouxe o benefício do pescador”*. Esse contexto evidencia perdas no processo histórico organizacional da pesca artesanal, que a gestão atual da colônia de pescadores, ao que nos parece, está associando a política institucional de classe dos pescadores à política partidária e aos interesses individuais.

Nascimento e Sassi (2007) perceberam a individualidade dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, pois nas entrevistas observaram que os benefícios sugeridos por eles definiam o caráter individualista e assistencialista, “como, por exemplo, a doação e financiamento das artes da pesca e incentivo da pescaria em alto-mar, em nível pessoal.” (p. 150). Essa observação dos autores indica a falta de visão holística e de cooperação entre os pescadores artesanais, “pois ficam à espera de soluções prontas e impostas de cima para baixo.” (NASCIMENTO; SASSI, 2007, p. 150).

Questionou-se aos pescadores se existia algum evento na cidade que promovesse a articulação e a comercialização dos

pescadores. Dos entrevistados, 85% disseram que sim, informando que o principal era o evento Regatas, geralmente organizado pela Colônia de Pescadores Z-6. No entanto, os pescadores completavam que nem todos participam, pois é necessário que a canoa seja um tipo específico que seja mais veloz, além do alto investimento nas velas. Os profissionais da pesca disseram que o evento Regatas é “*para turista ver*”, e não sentiam como um evento voltado para a comunidade. Provavelmente, os 15% que responderam não existir um evento voltado para a comunidade no município estejam de acordo com esses pescadores. Os pescadores sentem a falta e necessidade de uma feira livre para a comercialização do pescado.

Questionou-se também quais instituições os pescadores mais conheciam e se as mesmas se faziam presentes na comunidade e a Universidade Federal do Piauí não obteve destaque. Dos entrevistados, 75% não conheciam a instituição e/ou não percebiam sua presença na comunidade. Alguns entrevistados relataram que não era a primeira vez que estudantes aplicavam questionários e em seguida questionavam: “*mais isso aí é pra quê mesmo?*”.

Quando abordados para ceder a entrevista, previamente os objetivos do questionário eram explicados, no entanto, a maioria dos pescadores mostravam certo grau de desconfiança. Questionou-se ao presidente da Colônia se ele conhecia algum projeto da Universidade e se alguma vez ele pediu ou recebeu assistência da Instituição. O presidente afirmou não conhecer os projetos, não tinha conhecimento do Curso de Engenharia de Pesca, por exemplo, e disse nunca ter pedido auxílio, pois não sabia que a Universidade proporcionava isso à comunidade.

³⁰ (não se identificou n° 14, acima de 60 anos)

³¹ (F.S.C., acima de 60 anos)

³² (não se identificou n° 24, 45 a 60 anos)

³³ (não se identificou n° 25, 45 a 60 anos)

Quadro 1 - Opinião dos pescadores quanto à administração da Colônia de Pescadores Z-6. Cajueiro da Praia. Junho/2014.

Opiniões dos pescadores em relação à Colônia de Pescadores Z-6
“Tinham que dar mais atenção ao pescador. Tinha um carro e o carro não tá mais lá. A gente pede o carro para ir até Teresina pra conseguir tratamento e eles não dão o carro pra gente ir. Quando dão o carro, a gente tem que pagar o óleo, ou a gasolina.” (Não se identificou, 26 a 45 anos)
“Tá bom, mas precisa tá mais atento à necessidade do pescador” (Não se identificou, 45 a 60 anos)
“Deveria ter mais recursos para ajudar a gente a comprar equipamentos” (Não se identificou n° 9, 45 a 60 anos)
“Deveriam tratar da saúde dos pescadores, ajudar na compra dos remédios” (Não se identificou n° 10, 45 a 60 anos)
“Eles prometeram computadores para os nossos filhos estudarem e não fizeram isso” (Não se identificou n° 12, 45 a 60 anos)
“Teria que mudar toda a diretoria da colônia” (Não se identificou n° 13, acima de 60 anos)
“A sede deveria ser em Cajueiro da Praia” (Não se identificou n° 14, acima 60 anos)
“Eles deveriam se desligar da política” (F.S.C., acima de 60 anos)
“Não tem organização, a administração é ruim, não existe prestação de contas, e não existem projetos para nós pescadores.” (Não se identificou n° 20, de 26 a 45 anos)
“Não tem apoio ao pescador, então deveriam apoiar a gente. Deveria ter material (para a pesca) pra emprestar pra gente e ajudar os pescadores” (N.P.S., de 26 a 45 anos)
“Deveriam ajudar com equipamentos para os pescadores” (Não se identificou n° 24, acima 60 anos)
“A carteira demora chegar. Eles tinham que ajudar a gente a comprar material, a manter nosso material, que é muito caro.” (Não se identificou n° 25, 45 a 60 anos)
“Falta transparência. Deveria mudar toda a administração e trazer projetos.” (Não se identificou n° 26, de 45 a 60 anos)

Fonte: entrevistas da pesquisa, junho/2014

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES QUE NÃO TERMINAM AQUI

Segundo o Registro Geral da Pesca, do Ministério da Pesca e Aquicultura, o estado do Piauí possui 32.584 pescadores profissionais registrados no sistema. Segundo dados do IBAMA (2006), todo o pescado do Piauí é oriundo da pesca artesanal. Sendo assim, percebe-se a importância socioeconômica, cultural e de segurança alimentar que a pesca artesanal possui no estado.

Ao largo dessa importância, no município de Cajueiro da Praia (PI) a atividade da pesca artesanal é exercida quase que exclusivamente por homens, de baixa escolaridade, baixa renda e pouca articulação. A atividade é composta por mão de obra familiar, de baixa produtividade e individualista. Essas características são responsáveis pela atual situação da atividade pesqueira no município, pois se pode inferir que um dos motivos da baixa produtividade e consequente “atraso” tecnológico é a fragilidade da organização social dos pescadores. Um exemplo é a inoperância da fábrica de gelo na comunidade de Barra Grande, por aproximadamente 3 anos. No decorrer do estudo, percebeu-se a importância do gelo produzido na fábrica para a conservação do pescado.

É importante destacar que a baixa escolaridade causa retração dos pescadores na participação social, sendo notada em vários outros estudos. Essa característica das comunidades tradicionais que vivem da pesca artesanal é um gargalo que causa o enfraquecimento da cadeia produtiva, pois muitos pescadores não sabem ou não têm interesse em exigir por seus direitos. Assim, a cadeia produtiva da pesca, que envolve o manejo do pescado, armazenamento, transporte e comercialização, precisa de articulações estruturadas para a melhoria do desenvolvimento profissional e local.

Em relação à cultura, percebe-se que os jovens, provavelmente influenciados por seus pais, não continuam na atividade tradicional. No entanto, a pesca no município de Cajueiro da Praia não é atrativa economicamente para os jovens pela falta de visão holística, tecnológica e organizacional dos profissionais da pesca. Como visto, a pesca artesanal é importante para a cultura, economia e combate à extrema pobreza, por mais que na maioria das vezes esses profissionais estejam à margem da sociedade.

No que concerne ao meio ambiente, os pescadores entrevistados de Cajueiro da Praia mostraram-se sensibilizados ao período de defeso estipulado pelo IBAMA. Em outros estudos, também se percebe essa sensibilização, inclusive muitas Colônias de Pescadores exercem o papel de fiscalizadoras no período. É importante destacar que os profissionais da pesca artesanal fazem e mantêm o seu próprio apetrecho de pesca. Karl Marx em seu clássico “O Capital” prescreve uma linha histórica e evolutiva que se inicia no artesanato até a grande indústria manufatureira do século XIX. Para Marx, o artesão é dono de um ofício, que produz todas as etapas da produção, sem divisão do trabalho e sem assalariados, produzindo um produto único e individual (DIEGUES, 1973). No raciocínio de Marx, percebe-se o pescador artesanal, dono do seu próprio meio de produção e com mão de obra familiar.

O intuito deste trabalho foi de conhecer as técnicas utilizadas pelos pescadores, bem como analisar sua estrutura socioeconômica e cultural, além de perceber suas dificuldades organizacionais. Percebeu-se que os pescadores estavam com resistência no manejo sustentável da pesca, perderam apoio mútuo; porém, continuam confeccionando suas artes da pesca e compartilhando a produção. Por outro lado, não vivenciam uma

organização democrática, dificultando as demandas dos pescadores, como o seguro defeso, atraso nas carteiras de pescador, sem repasse de informações, e as documentações da aposentadoria ocupam a maior parte do tempo da Colônia.

Isso causa a ausência da Colônia nas atividades produtivas e de comercialização, enfim, problemas emergentes de ordem produtiva. Além disso, a condição tecnológica da pesca à vela, a produtividade e os custos de produção, tornam a atividade economicamente inviável e o que a mantém viva é o somatório das contribuições de subsistência, dos excedentes, das políticas de bolsas / seguro (incentivos) e uma crescente contribuição do fator turismo. Dessa forma, depreende-se que o olhar limitado e assistencial do pescador artesanal de Cajueiro da Praia se dá pelo não conhecimento da importância da cooperação e do fortalecimento da organização social para a melhoria da cadeia produtiva.

A Universidade tem um importante papel neste fortalecimento, na medida em que oferece os pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão. A extensão se destaca nesse âmbito por ser uma prática acadêmica que interliga a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, sendo, portanto, um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (RENEX, 2005).

Assim, a extensão universitária promove transformação e não assistencialismo, ou seja, com o apoio da pesquisa e do ensino, a Universidade utiliza o pilar da extensão para promover transformação na sociedade que a cerca. Dessa forma, os cursos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, assim como os projetos e programas desta instituição em contato com a população de Cajueiro da Praia (PI) proporcionaria aos acadêmicos a oportunidade de elaboração de prática no conhecimento acadêmico.

No entanto, os pescadores artesanais não percebem a Universidade próxima da comunidade de Cajueiro da Praia. Quando a Universidade se fez presente, a comunidade relatou não receber devolutivas, causando desconfianças. Portanto, é necessário que projetos de extensão sejam construídos em conjunto com a comunidade para despertar o empreendedorismo e organização política e social dos pescadores.

Agradecimentos: Gostaria de agradecer a Claudinha (*in memorian*), Ivana e Neneca por colaborarem nesse processo de pesquisa, assim como o apoio e acolhimento das professoras Shaiane Vargas e Simone Putrick.

³⁴ O sistema foi acessado no dia 28 de julho de 2014. Disponível em: <http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp/>

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L. P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Arquivos de Ciência do Mar**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 12 – 19. 2011.

ANDREOLI, V. M.; SILVA, O. H. Conhecimentos tradicionais e práticas conservacionistas da Natureza: a pesca artesanal em Matinhos – PR. In IV

ARAÚJO, R. C. P.; MAIA, L. P. Análise dos Problemas e Objetivos das Atividades Econômicas Tradicionais e Emergentes na Zona Costeira do Estado do Ceará. **Arquivos de Ciência do Mar**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 20 – 39. 2011. Disponível em: www.labomar.ufc.br Acesso em: 10 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**, Brasília, DF, 2003.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2. P. 15-33. jul.-dez. 2011.

CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)**, 2010. 164f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), Teresina, 2010.

CIA, Comissão Ilha Ativa. **Projeto Pesca Solidária**. 2013. Disponível em:

www.comissaoilhaativa.org.br/ Acesso em: 20 de maio de 2014.

CONDINI, M. V.; GARCIA, A. M.; VIEIRA, J. P. Descrição da pesca e perfil sócio-econômico do pescador da garoupa-verdadeira *Epinephelus marginatus* (Lowe) (Serranidae: Epinephelinae) no Molhe Oeste da Barra de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, v.2, n.3, p. 279-287, 2007.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. CEMAR – Centro de Culturas Marítimas. São Paulo, 1973.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. Brasília, 2008. **Anais...** Brasília, 2008.

FAO. Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO. **El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura**, Roma, 2010. Disponível em: www.fao.org Acesso em: 26 de maio de 2014.

FAO. Notícia Site oficial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Relatório destaca o crescente papel do peixe na alimentação mundial**. Disponível em: www.fao.org Acesso em: junho de 2014.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture**, Roma, 2014. Disponível em: www.fao.org Acesso em: 10 de junho de 2014. E-ISBN 978-92-5-108276-8 (PDF)

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO; J. I. Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v.27, n.1, p. 17-29, 2005.

HARAYASHIKI, C. A. Y.; FURLAN, F. M.; VIEIRA, J. P. Perfil Sócio-Econômico Dos Pescadores da Ponte dos Franceses, Rio Grande, RS, Brasil. **Boletim Instituto de Pesca**, São Paulo, v.37, n.1, p. 93 – 101, 2011.

IBAMA/CEPENE/ICMBIO. **Boletim da Pesca no Estado do Piauí**, 2006. Disponível em: www4.icmbio.gov.br/cepene Acesso em: 20 de junho de 2014.

IFPA. **Beneficiamento do pescado**. Rede e-Tec. Pará, 2011. Disponível em: www.ifpa.br, acesso em 18 de julho de 2014.

MACÊDO, E. M. **O turismo de Barra Grande – PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local**, 2011. 181f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, 2011.

MONTELES, J. S.; FUNO, I. Cristina de Almeida; CASTRO, A. C. L. Caracterização da Pesca Artesanal nos Municípios de Humberto de Campos e

Primeira Cruz – Maranhão. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, São Luís, v.23, p. 65-74, 2010.

NASCIMENTO, M. do S. V.; SASSI, R. Análise da atividade pesqueira e das condições socioeconômicas dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, Brasil. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v.1, n.2, p. 141-154, 2007.

NISHIDA, A. K.; NORDI, N.; ALVES, R. R. N. Embarcações Utilizadas por Pescadores Estuarinos da Paraíba, Nordeste, Brasil. **BioFar – Revista de Biologia e Farmácia**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2008. ISSN 1983-4209.

NISHIDA, A. K.; NORDI, N.; ALVES, R. R. da N. Aspectos socioeconômicos dos catadores de moluscos do litoral paraibano, Nordeste do Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, João Pessoa, v. 8, n. 1, 1º Semestre 2008. ISSN 1519-5228.

RENEX. **Documentos de extensão**. Plano Nacional de Extensão Universitária. Documento em pdf. Disponível em: www.renex.org.br Acesso em: 22 de junho de 2014.

SANTOS, D. G.; NASCIMENTO, I. R. do N.; SANTOS, A. M. B.; NASCIMENTO, C. A. S.; MARIANO, D. S. Aspectos socioambientais da pesca artesanal no Porto das Cabras, Povoado Jatobá – SE. In: Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, nov. 2013. ISSN 2236-7934

SANTOS, E. C.; SAMPAIO, C. L. S. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada/Journal of Integrated Coastal Zone Management**, Lisboa, v.13, n.4, p.513-524, 2013.

SANTOS, M. A. S. dos; GURREIRO-FILHO, M. C. S.; NEVES, P. R. dos S.; AGUIAR, C. G. G. Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense. In: XLIII Congresso da SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. **Anais...** Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005, p. 1-20.

SANTOS, M. N. L.; CARVALHO, A. C. A.; SANTOS, M. C. L.; SILVA, L. F. A dinâmica sócio-organizativa no território pesqueiro de Brejo Grande, Sergipe, Brasil. In: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. **Anais...** Perú: 14ª Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2013. p. 1-18.

SANTOS, P. V. C. J.; ALMEIDA-FUNO, I. C. da S.; PIGA, F. G.; FRANÇA, V. L.; TORRES, S. A.; MELO, C. D. P. Perfil socioeconômico de pescadores do município de Raposa, estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca – REPesca**, São Luís, v.6, n.1, p.I-XIV, 2011. ISSN: 2175-3008.

SILVA, M. da C.; OLIVEIRA, A. S.; NUNES; G. de Q. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 2, n. 4, p. 37-51, jan./jun. 2007.

SOUZA, M. R. M.; NEUMANN-LEITÃO, S. Consequências Sócio-Econômicas dos Impactos Antrópicos no Estuário do Rio São Francisco em Brejo Grande, Sergipe – Brasil. **Trabalhos do Instituto de Oceanografia**, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, v.28, n.1, p. 97- 116, 2000.

CAPÍTULO X

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DE FORTE VELHO-PB

Lucas Ferreira de Oliveira
Aline Feitosa Rêgo

INTRODUÇÃO

O turismo é um segmento do terceiro setor da economia que cresceu consideravelmente nas últimas décadas no Brasil, em consequência, principalmente, do aumento da renda média do trabalhador brasileiro, que ocorreu nos últimos anos, a diminuição dos custos das viagens e o maior acesso às informações por parte do turista a diversas localidades.

O Nordeste brasileiro aparece com destaque entre os principais destinos turísticos nacionais, configurando o turismo como uma das principais atividades econômicas para a região, promovendo a geração de trabalho e renda para a população residente, porém uma característica pertinente observada na região é a alta concentração do turismo na faixa litorânea.

Devido à concentração e o modelo massificado estruturado na região, observa-se uma forte exclusão das comunidades tradicionais que vivem à margem do turismo de massa nessas localidades, sendo minimamente beneficiada por essa atividade, que tem como resultado o empobrecimento, a exclusão, desvalorização e a perda do modo tradicional de produção local.

É importante que haja nessas comunidades, práticas de atividades de educação ambiental, pois é considerada de interesse

relevante para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, modalidade que resulta na participação dos próprios moradores de um espaço, passando a articular e construir uma cadeia produtiva (CORIOLANO, 2003). Pensando desta forma, o turismo, a comunidade e o meio ambiente são três pilares considerados áreas temáticas amplas; no entanto, cada forma de como se trabalha esses temas nas comunidades, se tornam um desafio, dentre os quais estão aqueles considerados essenciais para o crescimento local, cultural, ambiental e educacional que podem também ser adicionados às práticas do ecoturismo, turismo de aventura, turismo de base comunitária e turismo cultural.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) vem sendo discutido e difundido desde 1990 no Brasil. Essas discussões, afins de planejamento e organização, ocorrem para atender a demanda, de forma responsável, contrapondo as consequências das viagens a lazer, e assim, contribuindo como forma de sobrepor as dificuldades encontradas pelas comunidades frente à economia globalizada e centralizadora, com modelo de gestão capaz de fomentar o desenvolvimento local através da valorização dos agentes locais e geração de emprego e renda na própria comunidade. O discurso da sustentabilidade propicia o desenvolvimento das comunidades através da atividade turística, possibilitando, consequentemente, uma qualidade de vida melhor, ao mesmo tempo em que preza pela conservação ambiental.

O turismo de base comunitária é uma prática que visa à valorização dos agentes locais, à preservação pelo meio ambiente e ao respeito pela cultura local, buscando encontrar meios de desenvolvimento e valorização da estrutura tradicional, sendo essas a produção local que está vinculada ao artesanato, pesca, culinária e modo de vida tradicional da comunidade.

Ao possibilitar uma segunda fonte de renda às comunidades e, como efeito, a mudança na qualidade e expectativa de vida, o TBC pode sofrer influência de outros agentes, tais como Instituições de Ensino Superior (IES) e organizações não governamentais. É recorrente se deparar com alguns obstáculos encontrados pelas comunidades, tais como o despreparo com a forma de desenvolver o turismo, falta de informação, deficiência na comunicação, ausência de ferramentas para gestão e falta de profissionalismo, e por isso fazem-se necessários estudos e práticas direcionadas a essas comunidades (HALLACK, BURGOS & CARNEIRO, 2011; MALDONADO, 2009).

O planejamento turístico comunitário é fomentado pelos envolvidos que tenham interesse, possibilitando a minimização das interdependências e praticando a integração das partes, através de mecanismos que certifiquem a sustentabilidade do sistema. (LANDORF, 2009).

O engajamento da população exalta na sua cultura e no meio ambiente, pois oportuniza a criação artística das comunidades através da música, criação de souvenirs e apresentação teatral, sendo geradora de trabalho e renda através do artesanato e culinária típica, unificando ações nas instituições que resgatam e moldam crianças, jovens, adultos e idosos como futuros propagadores da sua região.

De acordo com o Tourism Societ (1982):

Turismo é o movimento temporário e de curta duração de pessoas para lugares externos ao local em que normalmente vivem e trabalham, bem como as atividades que essas pessoas executam durante o tempo em que permanecem nesses lugares, incluem-se aí movimentos por qualquer motivo, assim como visitas diárias ou excursões.

Indiscutivelmente o turismo se tornou por muitos a maior indústria do mundo, isso se justifica devido ao desempenho econômico e no potencial referente à criação de empregos, tanto no âmbito internacional como nacional, regional e local.

O TBC procura ressaltar com ética e cooperação as relações sociais, assim, valorizando os recursos e meios utilizados para tal, estabelecendo relações de informação e comunicação com agentes externos, comunidade e visitantes. Logo, a troca de informação entre estes atores (turistas e comunidade receptora) como afirma Sampaio (2006):

Ambos [visitantes e comunidades receptoras] considerados agentes de ação sócio-econômica ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio-ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma conjunta organizam seus arranjos produtivos locais, possuindo o controle das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. O turista é instigado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. No turismo comunitário, os residentes possuem o domínio das atividades desenvolvidas desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos locais.

Deste modo, esse estudo se justifica no tocante à necessidade da pesquisa acerca do desenvolvimento local. A pesquisa acerca

do turismo de base comunitária se faz necessária para compreender e fomentar o desenvolvimento local através do turismo de base comunitária, a fim de explorar e intensificar os efeitos positivos desse segmento para o desenvolvimento de pequenas comunidades. Tal investigação objetiva, portanto, a valorização dos agentes locais, que se encontram normalmente marginalizados, tanto pelo afastamento dos grandes centros urbanos ou até mesmo por não serem incluídas na indústria do turismo tradicional, que habitualmente visa somente o grande capital.

É necessário que haja uma discussão maior sobre a temática no meio acadêmico para construir maiores redes de conhecimento que busquem consolidar o conhecimento já adquirido em favor das comunidades, e tal ação só é realizada quando existem de fato estudos na área das ciências humanas e nas ciências sociais aplicadas, para o auxílio no desenvolvimento da prática, do conhecimento e do saber.

O TURISMO TRADICIONAL E AS PEQUENAS COMUNIDADES

A atividade turística é um dos principais seguimentos da economia que corrobora para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma determinada região; todavia, os seus efeitos benéficos podem ocorrer de forma heterogênea dentro de um próprio território, dependendo da forma que a atividade é implementada e desenvolvida.

Como atividade econômica e social, o turismo constrói territórios turísticos para se reproduzir. O processo de reprodução habitualmente é promovido de forma intrínseca ao modelo de turismo de massa e globalizado, que muitas das vezes, têm

historicamente excluído as comunidades locais (BRAGA; SELVA, 2016).

Ainda segundo Braga e Selva (2016), existem casos de territórios turísticos, onde a população local é absorvida na atividade, porém, de forma marginalizada, sendo introduzida como mão de obra menos qualificada e não obtendo seu reconhecimento como atores sociais ativos e estratégicos para o desenvolvimento.

O turismo pôde se desenvolver principalmente após a globalização. Devido à integração e ao processo de barateamento do setor, houve a expansão do turismo globalmente, e no Brasil não foi diferente. Como o turismo globalizado visa grandes estruturas locais, as comunidades tradicionais instaladas em regiões turísticas não foram incluídas nos projetos daqueles, e acabaram por perder oportunidades e vantagens, ficando à margem de grandes empreendimentos centralizadores (CORIOLANO, 2009).

Como demonstra Coriolano (2009), comumente, percebe-se que as comunidades litorâneas que viviam da pesca, agricultura de subsistência, do artesanato acabam perdendo esse ofício, principalmente devido à concorrência da indústria turística e pela expulsão das famílias da orla marinha.

Como resultado da concorrência de grandes empreendimentos turísticos frente às comunidades que sobreviviam do trabalho tradicional, tendo fortes laços com a localidade, verifica-se que, via de regra, as famílias deixam de realizar seus trabalhos convencionais para serem incluídas na indústria do turismo, geralmente de forma marginalizada.

Por outro lado, o modelo de turismo tradicional que, na prática, se apresenta como um modelo mais excludente cria oportunidades para serem exploradas por pequenos grupos,

geralmente de pouco poder aquisitivo, que visam satisfazer experiências diversas e que buscam primordialmente a vivência do ambiente, valorização da cultura, da paisagem e da experiência local. (CORIOLANO, 2006).

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária pode ser compreendido como um segmento na área de serviços que busca o reconhecimento e a valorização dos agentes locais inseridos dentro do território turístico. A atividade busca a inserção da população local frente à própria gestão, para que desta forma, seja evidenciado o papel e a importância que a própria comunidade possui dentro do território e a valorização do meio ambiente no qual está inserida.

Segundo evidenciam Grimm e Sampaio (2011) o turismo de base comunitária é uma prática turística que busca harmonizar o desenvolvimento local e a conservação da natureza, contribuindo também para a dimensão sociocultural, através do intercâmbio cultural entre moradores e visitantes.

Ademais, a prática turística prioriza a conservação do meio ambiente e a própria cultura tradicional, e surge como um meio para que pequenas comunidades desenvolvam e fortaleçam seu modo de produção e de organização, gerando oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Assim, o turismo comunitário pode ser compreendido como sendo a organização das comunidades de forma associativa, dispondo do controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. (CORIOLANO, 2006). O turismo de base comunitária visa à interação do turista com a localidade e com os habitantes, sejam pescadores, ribeirinhos ou pantaneiros.

Neste sentido, o turismo comunitário não está concentrado apenas na atividade turística, uma vez que retrata uma referência de desenvolvimento territorial sustentável que engloba diversas dimensões, tais como: política, cultural, econômica, humana, da vida em sociedade (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Nesta perspectiva, Grimm e Sampaio (2011) entendem o turismo de base comunitária como uma proposta institucional que mantém os comportamentos da vida tradicionais e preserva a biodiversidade local. É importante ressaltar que o turismo de base comunitária ocorre em pequenas comunidades assentadas em povoados, aldeias e vilas.

Em verdade, o turismo de base comunitária, incorpora-se nas comunidades para cooperar no descobrimento de seus potenciais e reformá-los como atrativos, propiciando o desenvolvimento local através do turismo, tendo a comunidade como a principal gestora (SOUZA; SANTANA, 2015). Com isso, Souza e Santana (2015) evidenciam o modo de vida das comunidades, sua tradição local, as principais atrações para o turismo de base comunitária, buscando compartilhar a cultura em um intercâmbio de aprendizagem e troca de experiências com outras culturas a partir das atividades cotidianas desenvolvidas.

O TURISMO COMUNITÁRIO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local pode ser compreendido como o protagonismo dos agentes locais que buscam o desenvolvimento de forma autônoma e descentralizada, tais agentes encontram no turismo uma saída para garantir tais efeitos e como forma de gerar emprego e renda dentro da própria comunidade, fomentando a geração de riqueza que contribui diretamente para o desenvolvimento da localidade.

Conforme o Ministério do Turismo (2010), o desenvolvimento local no turismo abrange a inserção dos atores sociais e econômicos como agentes ativos na organização da oferta e serviços turísticos, gerando de forma particular, meios para sobrevivência na atividade turística.

Segundo Coriolano (2003), o turismo de base comunitária - sendo gerido por moradores locais, onde a comunidade passa a ser reguladora da cadeia produtiva, e a renda e o lucro fica na própria comunidade - auxilia sobremaneira para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

O turismo de base comunitária acaba proporcionando inúmeras vantagens socioeconômicas a todos os agentes econômicos envolvidos. Segundo Zamignan e Sampaio (2010) presume-se, portanto, que na comunidade, a atividade turística contribuirá para a melhoria da qualidade dos indivíduos, tal como para a prosperidade do micro empreendimento e economia local.

A atividade de base comunitária surge numa perspectiva social, com atribuições voltadas às famílias locais, e que buscam diminuir os impactos negativos e enfatizar os positivos do turismo, buscando garantir que a renda e os lucros gerados permaneçam nas comunidades. Entretanto, é preciso que a população tenha participação em toda a cadeia produtiva para que ocorra esse fenômeno.

Deste modo, o turismo vem sendo tratado como um dos principais meios, seja no âmbito social ou econômico, para promover o desenvolvimento de diversas localidades, principalmente por sua capacidade de geração de emprego e renda (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Pinheiro (2012) destaca a importância do desenvolvimento através da liberdade, defendendo o direito da comunidade local escolher o que fazer, buscando por meio de uma decisão coletiva,

livre e racional operar e aceitar a abertura da comunidade em busca do desenvolvimento local. Desta forma, entende-se que para possibilitar a realização de atividades de cunho associativo e cooperativo, como o turismo de base comunitária, é necessário ter o apoio da própria comunidade local, visto que parte da própria comunidade a decisão de desenvolver o turismo comunitário.

É necessária que haja, de forma rígida, o associativismo e o cooperativismo entre os indivíduos que estão inseridos na dinâmica do turismo comunitário, pois a própria comunidade está no centro do modelo, e é somente através dessa que se pode coexistir o turismo de base comunitária. Soma-se a isso, outros agentes capazes de colaborar e conduzir estratégias mais assertivas, tais como as universidades e pesquisadores, que junto à população conseguem ressignificar na prática o turismo de base comunitária.

Dito isso, o desenvolvimento local não é o resultado de uma construção apenas teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento, mas sim uma necessidade real, uma forma de gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento, tanto no melhor uso dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores envolvidos (IPADES, 2010).

A COMUNIDADE DE FORTE VELHO – PB

Encontra-se no município de Santa Rita - Paraíba, a comunidade de Forte Velho, hoje elevada à categoria de distrito, e como tal expõe potenciais ao desenvolvimento do turismo de prática comunitária (ALMEIDA, 2019). Ainda segundo Almeida (2019), existem carências de medidas para estabelecer um fluxo turístico capaz de ampliar as possibilidades de geração e distribuição dos benefícios aos atores locais e resguardar o

ambiente natural e as manifestações culturais de possíveis contradições e impactos. Assim, é relevante compreender a atual prática turística realizada e de como se dá a inclusão dos atores locais na atividade, buscando interfaces com os princípios e as orientações do TBC.

Apesar de Forte Velho ser elevada à categoria de distrito, a comunidade segue o exemplo de povoações tradicionais que vivem próximo ao litoral nordestino, onde sua principal atividade está ligada à pesca. A sua origem e sua localização sofre intensa influência do ambiente e pressões de atividades econômicas e de grupos externos, incluindo a atividade turística, que alteram e desestruturam substancialmente sua organização interna (ALMEIDA, 2016).

A atual prática turística neste espaço, bem como a perspectiva do aumento da circulação de turistas e visitantes decorre da cobertura asfáltica do principal acesso terrestre às povoações que margeiam o estuário (ALMEIDA, 2016). Nishida et al. (2004) apud Almeida (2016) afirma que o processo desencadeado através do turismo já foi iniciado, o que acentua a necessidade de ação organizada para dimensionar e direcionar a atividade neste espaço.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa foi adotado a metodologia de caráter exploratório-descritivo, onde o Universo da pesquisa é a comunidade de Forte Velho, em Santa Rita–PB. A coleta sistemática foi realizada mediante questionários e formulários que buscam compreender e identificar a realidade da comunidade local.

O estudo é classificado como exploratório-descritivo de abordagem quantitativa e qualitativa, por buscar compreender

quais as alternativas de emprego e renda encontrada na comunidade a partir da atividade turística de base comunitária.

Gil (2002) afirma que as pesquisas descritivas têm como propósito a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Desta forma busca-se descrever a relação do turismo comunitário como uma variável e o impacto desta em demais variáveis, tal como: renda, trabalho e salários.

Soma-se a isto o estudo constituído através de levantamento bibliográfico e documental a fim de caracterizar e delimitar a área de estudo, analisar os princípios do turismo de base comunitária através dos estudos de autores como Coriolano (2006), Maldonado (2009), Irving (2009), Sansolo e Bursztyn (2009), Mielke e Pegas (2013), Sampaio et al. (2014), Burgos; Mertens (2015), dentre outros.

UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa é constituído pela comunidade de Forte Velho, sediada no Distrito de Forte Velho, no município de Santa Rita-PB, localizado aproximadamente a 45 km de distância da capital do Estado, João Pessoa. Forte Velho está situado na desembocadura do rio Paraíba, às margens do canal que separa a Ilha da Restinga, do Município de Santa Rita, sendo uma das mais antigas povoações do Estado da Paraíba.

A comunidade foi escolhida para o estudo por executar práticas associadas ao turismo comunitário que ocasiona demanda turística específica capaz de gerar renda e oportunidade de emprego para a população local.

A amostra foi composta por voluntários, residentes na comunidade, com perfis distintos (gênero, faixa etária e renda), os respondentes eram em sua maioria artesãos, aposentados,

pescadores, e líderes comunitários. A entrevista foi de suma importância para análise de realidade local, contribuindo de forma positiva para que o turismo de base comunitária possibilite experiências ordenadas, apontando seus efeitos negativos sendo capaz assim de corrigir - lós. As entrevistas foram conduzidas de forma individual e tiveram duração de 30 minutos cada, todas com o auxílio do celular para que fossem gravadas.

Para a realização desses encontros, foram adotadas ferramentas de mobilização a partir das orientações de Salvati (2003) na tentativa de gerar um efetivo conhecimento a respeito da dinâmica do turismo local.

PLANO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada *in loco* e composto por um questionário que visa compreender e descrever a atividade turística da comunidade e seus resultados desta prática local do turismo comunitário.

De acordo com Dencker (1998, p. 146), “A finalidade do questionário é obter, de forma sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada”. Desta forma, compreende a importância da escrita do documento para o sucesso da investigação.

TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica escolhida para a realização da colheita de dados foi a implementação de um questionário com perguntas abertas para que possa ser compreendido de forma mais ampla a intervenção da atividade turística na comunidade, visando a maior liberdade de expressão por parte do entrevistado acerca da problemática em

questão. Neste ponto a pesquisa ocorre em um caráter mais qualitativo.

Para além do questionário, fez-se presente a inclusão de recursos da informática, tal como a ferramenta Excel, para a tabulação de dados mais específicos, na abordagem quantitativa, que também foi abordada na forma de formulários, mas com perguntas fechadas.

Uma das principais funções que fora utilizada para análise de dados foi a função “SE”, do Excel, que serve para responder perguntas simples, que constituirá no questionário aplicado, usando a palavra “SE” para determinar uma condição por meio de fórmulas lógicas na análise de dados. Esta função serve, acima de tudo, para facilitar o tratamento das comparações de dados que, neste caso, será a técnica para analisar as respostas adquiridas.

CONCLUSÃO

A atividade turística desenvolvida na comunidade do Forte Velho impacta de forma positiva a comunidade abordada. A ótica de turismo não apenas com fins lucrativos, tendo como base geradora a própria comunidade, acaba gerando uma perspectiva não somente econômica, mas contribui, também, para a preservação local, valorização do trabalho artesanal e ao próprio orgulho para as famílias que fazem parte, mesmo que de forma discreta, dentro do turismo desenvolvido na localidade.

Numa outra perspectiva, como descrito por Dias (2003), independentemente da forma do impacto do turismo, a ótica de turismo com fins apenas lucrativos, acaba gerando uma percepção meramente econômica, onde é minimizado os impactos causados pelos danos, tornando futuramente a atividade inviável, uma vez que sem uma mínima infraestrutura não há demanda, principalmente em áreas naturais.

O turismo de base comunitária desenvolvido na comunidade contribui para o desenvolvimento e integração dos trabalhos, com a comunidade local, gera dinamismo e maior participação da população. O papel da mulher ganha destaque, pois esta, muitas vezes, consegue sua independência através da prática empreendedora, tendo como seus principais clientes os turistas que frequentam seus empreendimentos, tais como suas casas, que servem como pousadas, restaurantes, e ainda desenvolvem a culinária a partir de produtos encontrados na própria região.

O papel do pai de família, em grande parte, estava vinculado, primordialmente, ao da pesca. Este papel também era compartilhado com os filhos do sexo masculino, que desde muito cedo aprendiam técnicas de pesca. Essa mercadoria, muitas vezes, era vendida como matéria prima para demais localidades, porém uma parte significativa era destinada também para a alimentação familiar e para os empreendimentos dentro da própria comunidade.

É notória a incipiência em algumas fases da cadeia de turismo comunitário, pois esse, na comunidade, não se encontra de forma plena e desenvolvida em sua real potencialidade, porém o fluxo mencionado anteriormente já corrobora para a compreensão do turismo comunitário. O elo que existe desde a pesca até a venda do peixe dentro do próprio contexto empreendedor criado pela comunidade, já possibilita, previamente, identificar traços fortes e imprescindíveis dentro do modelo estudado.

O papel do estado se faz necessário para a continuidade desse modelo de gestão, mas não somente esse, ONGs, a comunidade, Universidades, estudantes, líderes comunitários, possuem um papel imprescindível para a construção e sustentação de um modelo de turismo menos predatório, mais dinâmico e mais

inclusivo dentro da comunidade. Percebe-se, através da pesquisa por questionário, a sensação, por muitos moradores da ausência de políticas públicas que busquem de fato consolidar o turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho – PB. É de interesse da comunidade que exista maior quantidade de incentivo do governo, maior publicidade da comunidade dentro do estado, maior apoio a micro e pequenos empreendedores individuais, que carecem, ainda, de crédito para ampliar seu empreendimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. B. de *et al.* **Ecoturismo e turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho, PB: diagnóstico e proposições.** 2016.

BRAGA, M. B; SELVA, V. S. F. **O Turismo De Base Comunitária Pode Ser Um Caminho Para O Desenvolvimento Local?** REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA. Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Os limites do desenvolvimento e do turismo.** In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 13-27.

CORIOLOANO, L.N. M. T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro.** In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

DE ALMEIDA, A. R. B. *et al.* A base comunitária, os conflitos e o turismo na comunidade de Forte Velho, Santa Rita (PB). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** Futura, 2000.

DIAS, R. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública / Ministério do Turismo. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIMM, I J; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online), 2011, 19: 57-68.

HALLACK, N., BURGOS, A, & CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. Ambientalmente Sustentável (Online), 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2183/11979>> Acesso em: 25/02/2021.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.

IPADES. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável. Disponível em: < <http://www.ipades.com.br/>>. Acesso em: 28/06/2017.

LANDORF, C. Managing for sustainable tourism a review of six cultural world heritage sites. Journal of Sustainable Tourism, 2009, v. 17, p. 53-70.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MATTOS, S. M. C. S. **Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás**. Sitientibus. Feira de Santana, n. 39, p. 131-167, 2008.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, abr., 2013, p. 170-189.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

SALVATI, S. S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. MITRAU, S. (Org.). Brasília: WWF Brasil, 2003.

SAMPAIO, C A. C; CORIOLANO, L. N. M. T. **Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 2009, v. 3. n. 1: 4-24.

SAMPAIO, C. C; OYARZÚN, E; Et al. Arranjo Socioprodutivo De Base Comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. In: **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL.** Caxias do Sul, 7 e 8 de julho, 2006.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

SOUZA, R. P. de; SANTANA, L. **Possibilidades apartir do turismo de base comunitária na contra costa da vera cruz–distrito de baiacu–ba.** Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. jan. 2015, Vol. 02, nº 01, p. 01-13.

ZAMIGNAN, G; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais: a experiência da micro-bacia do rio Sagrado, Morretes (PR). **Anais [...] V Encontro Nacional da Anppas.** Florianópolis–SC, 2010.

AS ORGANIZADORAS

Shaiane Vargas da Silveira

Bacharel em Turismo (1994) formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2000) pela Universidade de Brasília - UnB. Doutora em Políticas Públicas (2015) pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com sanduíche realizado (2013) no Instituto de Estudos de Ocio - Universidad de Deusto/Bilbao/Espanha. Atualmente é docente permanente do Programa de Mestrado em Gestão Pública (PPGP) da Universidade Federal do Piauí - UFPI e do Curso Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr. Ministra as disciplinas de Avaliação de Programas e Projetos Governamentais (PPGP), Tópicos Emergentes em Turismo e Planejamento e Organização do Turismo. É atual Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET/Grupo PET Turismo (2018-atual). Líder do Grupo de Pesquisa Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer - CONTEMPLAR (CNPq/UFPI). Membro do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (EITUR/UFPI). Membro da Associação Ibero-Americana de Estudios de Ocio – Rede Otium. Orientadora de projetos de Iniciação Científica e Extensão Universitária. Revisora de Periódicos nacionais e internacionais com temática interdisciplinar em lazer.

Edvania Gomes de Assis Silva

Licenciatura e Bacharel em Geografia (1986-1992-/UFPB). Especialista em Geografia e Gestão Territorial (1996/UFPB). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (2000-2002/UFPB). Doutora em Geografia - Área de Concentração - Análise Regional e Regionalização (2006-2010/UFPE). Atua nas áreas de Geografia e Meio Ambiente. Desenvolve pesquisas em Bacias Hidrográficas, Estudo da Paisagem. Gestão do Território, Gestão Social das Águas, Sustentabilidade e Meio Ambiente. Ministra disciplinas de Geografia, Meio Ambiente e Geografia do Turismo para o curso de Graduação em Turismo (UFDPar) e Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO/UFPI. Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET/PET - Turismo/UFPI (2012-2018). Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Turismo/UFPI. (2012 - atual).

Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Patrimônio em Bacias Hidrográficas - GESBHAP. (CNPq/UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Geoconservação (CNPq/UFPI). Membro do Grupo de Estudos Urbanos (GERUR/UFPI). Orienta projetos de Iniciação Científica. Membro do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (EITUR/UFPI). Revisora de Periódicos nas áreas de Ciências Ambientais, Geografia e Turismo.

OS AUTORES

Acaahi Ceja de Paula da Costa

Formada em Ciências Econômicas e Psicologia pela Universidade Federal do Piauí, especialista em Gestão Pública e Técnica em Eventos. Atualmente compõe o segmento usuário, exercendo o papel de primeira secretária do Conselho de Saúde de Parnaíba através do Coletivo Feminista Mulheres em Pauta. bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo.

Aline Feitosa Rêgo

MBA em Gestão de Serviços pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2017). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo. Voluntária de Iniciação Científica pela Universidade Federal do Piauí – UFPI com o projeto de Utilização do Sistema de Informação Geográfica - SIG e as Geotecnologias aplicada ao Turismo. Técnica em Informática pelo Centro Estadual de Educação Profissional Santo Antônio - CEEPSA. Atuou na área de Ecoturismo de Base Comunitária da APA (Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba). Atualmente atua como Agente de Viagens na empresa Orleanstur.

Antônio Matheus Moreira da Silva

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Técnico em Informática pela Escola Estadual de Educação Profissional Governador Waldemar Alcântara. Atualmente é estagiário bolsista do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Erika Costa Sousa

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Tem experiência na área de Economia, Pobreza e Meio Ambiente.

Possui participação no livro: Mosaicos Geográficos do Delta do Parnaíba com um capítulo intitulado de “Mosaico Geográfico da Cidade de Parnaíba: Uma análise socioeconômica”. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo.

Erivan Santos Lima

Graduando no curso Bacharel em Engenharia de Pesca, pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFDPAr; Estagiário do Laboratório de Tecnologia do Pescado- LATEP desde 2018 e Bolsista PIBEX do Projeto: Desenvolvimento e aplicação de boas práticas de manipulação na comercialização de pescado nos mercados públicos da cidade de Parnaíba/PI.

Fabício Costa Silva

Graduando em Engenharia de Pesca na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Egresso do Programa de Educação Tutorial – PET/ PET TURISMO.

Francisco Gerlilson Souza Júlio

Graduando no curso Bacharel em Engenharia de Pesca, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, bolsista Programa de Educação Tutorial - PET/ PET TURISMO, atua na área de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com pesquisas de Ecoturismo de base comunitária na APA Delta do Parnaíba, CMRV/UFPI.

Francisco Pereira da Silva Filho

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (2011). Especialista em Elaboração e Assessoria de Projetos Públicos e Privados pelo Centro de Capacitação e Treinamento de Pessoas - CCTP/Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina - FACET (2012). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2016). Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI). Atua nas áreas de Turismo e Meio Ambiente, Arranjos Produtivos Locais, Projetos Turísticos, Metodologia do Trabalho Científico, Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, Organização e Planejamento Turístico.

Idevan de Sousa Gomes

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Técnico em Informática pelo CEEP – Liceu Parnaibano. Tem experiência nas áreas de Economia e Meio Ambiente. Desenvolve pesquisa nas áreas de planejamento e território, estudo da paisagem, comunidades tradicionais da APA Delta do Parnaíba, ordenamento e gestão das águas. Petiano ativo do Programa de Educação Tutorial – PET/ PET TURISMO.

Joais Lima da Cruz

Mestrando em Ciência Políticas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Egresso do Programa de Educação Tutorial – PET/ PET TURISMO.

John Kennedy Viana Rocha

Graduado em Normal Superior pela Universidade Estadual do Piauí (2012), graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (2015) e Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (2017). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo. Atua principalmente nos seguintes temas: educação, identidade, geografia e turismo. Mestre em Geografia pela universidade Federal do Piauí - UFPI, desenvolvendo pesquisa na linha de Estudos Regionais e Geoambientais. Graduação em andamento em Geografia na Faculdade Estácio de Sá.

José Natanael Fontenele de Carvalho

Possui Doutorado (2017) e Mestrado (2008) em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela rede PRODEMA/UFPI e graduação (2005) em Ciências Econômicas (UFPI). É professor Adjunto II da Universidade Federal do Delta do Parnaíba/UFDPar (Parnaíba-PI), lotado no Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas (DCEQ). É avaliador institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Atualmente exerce o cargo de Pró-Reitor de Planejamento da UFDPar. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e dos Recursos Naturais, atuando principalmente nos seguintes temas: extrativismo, cadeias de produtos da sociobiodiversidade (carnaúba, especialmente), negociações coletivas no meio rural.

Josivan Lopes Ferreira

Graduando em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Piauí. Técnico em Análises Químicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Atualmente Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/PET-Turismo. É responsável pelo Laboratório de Microalgas da Estação de Piscicultura da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Lucas Ferreira de Oliveira

Formado em Economia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2017) e atualmente Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Tem como áreas de estudo as disparidades regionais, com foco na Região Nordeste; Desigualdades socioeconômicas, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Políticas Públicas. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo, fomentando estudos para o desenvolvimento local de comunidades tradicionais nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Atualmente atua como Assistente de Planejamento Estratégico e Operacional na empresa Orbitall Powered by Stefanini.

Renê de Oliveira Gomes

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e Técnico em Hospedagem pelo Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portella (CEEP-MPP). Atua nas áreas de Turismo e Meio Ambiente. Desenvolve pesquisas nas áreas de planejamento e território, estudo de paisagem, comunidades tradicionais da APA Delta do Parnaíba, ordenamento e gestão das águas. Egresso do Programa de Educação Tutorial – PET/ PET TURISMO.

Ricardo Rayan Nascimento Rocha

Possui Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2014) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2018). Tem experiência em pesquisa e extensão na área do Turismo, com ênfase nos seguintes temas: Geografia do Turismo, Turismo e produção do espaço, Turismo e território, Turismo e Meio Ambiente, Turismo e comunidades tradicionais e a territorialização do

turismo no Delta do Parnaíba (PI-MA). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Turismo.

Sandra Helena de Mesquita Pinheiro

Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa- MG (2010). Atualmente é professor Associado 2 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, vinculada ao curso de engenharia de pesca, consultor adhoc PIBIC, UFPI/FAPEPI. Tem experiência na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, com ênfase em Tecnologia de Alimentos, de produtos de origem animal e vegetal, Análise sensorial de alimentos e bebidas, Desenvolvimento de produtos a base de algas marinhas, Controle de qualidade de alimentos. Desenvolve projeto extensionistas com comunidades pesqueiras no litoral Piauiense.

DELTA DO PARNAÍBA

Bases Conceituais, Interdisciplinaridades e Desafios
Para o Turismo Comunitário

Shaiane Vargas da Silveira
Edvania Gomes de Assis Silva

Organizadoras

